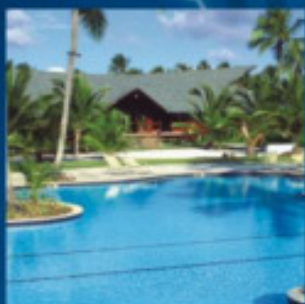


Banco do Nordeste



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Relatório de Resultados e Impactos Primeiro Semestre de 2010



**Banco do
Nordeste**



Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stelio Gama Lyra Junior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Jânia Maria Pinho Sousa

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

**Banco do
Nordeste**



Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Elizabeth Castelo Branco
Iracly Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza
Luiz Fernando Gonçalves Viana
Renato Alves dos Santos
Osias Pereira da Silva
Artur Icaro de Moraes Pinho – bolsista
Tereza Cristina Felix dos Santos – contratada

Colaboradores:

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Aírton Saboya Valente Júnior
Alan Coelho Silva
Antônio Ricardo de Norões Vidal
Cláudio Pereira Bentemuller
Cristiane Garcia Barbosa
Francisco Diniz Bezerra
Jacqueline Nogueira Cambota
João Bosco Ximenes Carmo
Kamille Leão de Souza
Luísa Maria Tessman
Máximo Antônio Cavalcante Sales
Pedro Pucci de Mesquita
Roberto Alves Gomes – contratado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	14
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE.....	16
3. A EXECUÇÃO DO FNE.....	20
3.1 Contratações Setoriais.....	29
3.1.1 Setor Rural.....	30
3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).....	36
3.1.2 Setor Agroindustrial.....	45
3.1.3 Setor Industrial e Turismo.....	48
3.1.4 Setor Infraestrutura.....	52
3.1.5 Setor Comercial e Serviços.....	55
3.2 Valores Programados e Valores Realizados.....	58
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE.....	63
3.3.1 Contratações por Estado.....	63
3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	69
3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das aplicações no Semiárido.....	72
3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário.....	74
3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE.....	76
3.4 Repasses do FNE.....	78
3.4.1 Repasse do FNE a Outras Instituições.....	78
3.4.2 Repasses do FNE ao BNB.....	86
3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE.....	90
3.5.2. Prioridades Setoriais.....	99
3.5.3. Prioridades Espaciais.....	107
3.6. O FNE no contexto da PNDR.....	109
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE.....	125
4.1 Metodologia de Avaliação do FNE.....	125
4.2 Avaliação do FNE RURAL.....	127
4.2.1 Cultivo de Soja.....	128

4.2.1.1 Análise Econômica	128
4.2.1.2 Síntese da Execução.....	131
4.2.1.3 Resultados e Impactos	133
4.2.2 Bovinocultura de Corte	139
4.2.2.1 Análise Econômica	139
4.2.2.2 Síntese da Execução.....	143
4.2.3 Bovinocultura de Leite	147
4.2.3.1 Análise Econômica	147
4.2.3.2 Síntese da Execução.....	150
4.2.4 Cultivo de Algodão	153
4.2.4.1 Análise Econômica	153
4.2.4.2 Síntese da Execução.....	154
4.2.5 Cultivo de Uva	159
4.2.5.1. Análise Econômica	159
4.2.5.2. Análise da Execução	161
4.2.5.3 Resultados e Impactos	162
4.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2010.....	165
4.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto	166
4.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2010	167
4.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE.....	169
4.3.2.2 Impactos das Atividades Seleccionadas dos Estados	170
4.3.2.3 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos para Atividades (FNE), com Valores Acima de R\$ 10 milhões	172
5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	173
5.1 Inadimplemento das Operações.....	173
5.2 Recuperação de Crédito.....	176
6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	177

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2010	178
6.2 Ações Realizadas	179
6.3 Principais Ocorrências	179
REFERÊNCIAS	181
ANEXOS	184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil.....	17
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2010	21
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2010	25
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2010.....	25
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2010.....	26
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2010.....	27
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾	29
Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2010	31
Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010.	35
Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Primeiro Semestre de 2010.....	40
Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2010	46
Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010.....	47
Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010	49
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010	51
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010	53
Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010	54
Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010	54
Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010	55
Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010	56
Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010	57
Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010	57
Tabela 22 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Primeiro Semestre de 2010	58
Tabela 23 - Contratações Programadas e Realizadas - Por mesorregiões em 2006	61
Tabela 24 - Contratações Programadas e Realizadas - Por mesorregiões em 2007	61
Tabela 25 - Contratações Programadas e Realizadas - Por mesorregiões em 2008	61
Tabela 26 - Contratações Programadas e Realizadas - Por mesorregiões em 2009	62
Tabela 27 - Contratações Programadas e Realizadas - Por mesorregiões - Primeiro Semestre de 2010	62
Tabela 28 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2010	63
Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010	64
Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2010	65
Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2010	67

Tabela 32 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente - Primeiro Semestre de 2010	68
Tabela 33 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados - Primeiro Semestre de 2010.....	68
Tabela 34 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010	69
Tabela 35 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Primeiro Semestre de 2010.....	70
Tabela 36 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010	72
Tabela 37 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Primeiro Semestre de 2010	72
Tabela 38 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010.....	74
Tabela 39 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2010.....	75
Tabela 40 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2010	75
Tabela 41 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2010	76
Tabela 42 - FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2010	77
Tabela 43 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Primeiro Semestre de 2010	77
Tabela 44 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2010	78
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações no Primeiro Semestre de 2010	79
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2010	79
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2010	80
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010	81
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010	81
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2010	82
Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010	82
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2010	83
Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2010	83
Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2010	84
Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2010.....	85
Tabela 56 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2010	85
Tabela 57 - FNE - Repasse ao BNB - Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2010	87
Tabela 58 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010.....	87
Tabela 59 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Agroindústria - Primeiro Semestre 2010	88

Tabela 60 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura - Primeiro Semestre 2010	88
Tabela 61 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010	89
Tabela 62 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2010	89
Tabela 63 - FNE - Repasse ao BNB - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2010	90
Tabela 64 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2010	90
Tabela 65 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ por Agricultores Familiares –Primeiro Semestre de 2010.....	91
Tabela 66 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais ⁽²⁾ / Empresas – Primeiro Semestre de 2010.....	92
Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ para Preservação ou Recuperação do Meio Ambiente – Primeiro Semestre de 2010.....	93
Tabela 68 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2010	96
Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Primeiro Semestre de 2010	98
Tabela 70 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2010.....	98
Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos ⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Primeiro Semestre de 2010.....	99
Tabela 72 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados ⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada ⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010	100
Tabela 73 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Primeiro Semestre de 2010	101
Tabela 74 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Espelho D'Água ⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010....	103
Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Matéria-prima Regional – Primeiro Semestre de 2010	104
Tabela 76 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010.....	105
Tabela 77 - FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2010	106
Tabela 78 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Turismo – Primeiro Semestre de 2010	106
Tabela 79 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010 ..	107
Tabela 80 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados ⁽²⁾ Públicos.....	108
Tabela 81 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2010	110
Tabela 82 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Porte– Primeiro Semestre de 2010	112
Tabela 83 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2010	112
Tabela 84 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2010.....	113
Tabela 85 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região – Primeiro Semestre de 2010.....	115

Tabela 86 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR ⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010.....	116
Tabela 87 – FNE- Contratações em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2010	119
Tabela 88 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2010	120
Tabela 89 – FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões– Primeiro Semestre de 2010	121
Tabela 90 – FNE- Contratações em Mesorregiões por Setor– Primeiro Semestre de 2010	123
Tabela 91 – FNE- Contratações na RIDE ⁽¹⁾ Petrolina-Juazeiro – Primeiro Semestre de 2010	124
Tabela 92 – FNE- Contratações na RIDE ⁽¹⁾ Timon-Teresina – Primeiro Semestre de 2010	124
Tabela 93 - Painel amostral dos clientes financiados no cultivo da soja, no ano de 2006 (com milho).....	134
Tabela 94 - Cultivo de soja - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008 ⁽¹⁾	138
Tabela 95 - Densidade Média Prevalente nos Estabelecimentos com Pecuária (em UA/ha), nas Diversas Regiões Brasileiras.....	141
Tabela 96 - FNE Rural Contratações Bovinocultura Corte por Estado - Período: 1998 a 2008	145
Tabela 97 - FNE Rural Contratações ⁽¹⁾ Bovinocultura de Corte por Estado e Porte - Período: 1998 a 2008	145
Tabela 98 - Criação de bovinos de corte - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾	146
Tabela 99 - Criação de bovinos de leite - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾	152
Tabela 100 – Cultivo de Algodão – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste - 1989 a 2008	159
Tabela 101 - FNE Rural - Contratações Cultivo de Uva por Estado - Período: 1989 a 2008	161
Tabela 102 - Produção de Uva no Brasil por Região(em ton)	162
Tabela 103 - Contratações do FNE para Cultura da Uva	163
Tabela 104 - Contratações do FNE para Cultura da Uva por Estado	163
Tabela 105 - Cultivo de Uva - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-2008 ⁽¹⁾	165
Tabela 106 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2010 ⁽¹⁾	168
Tabela 107 - Impactos no Nordeste das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado ¹ – Primeiro Semestre de 2010	170
Tabela 108 – Repercussões Sociais e Econômicas das Contratações do FNE - Atividades com Valores Superiores a R\$ 10 milhões	173
Tabela 109 – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários – Posição: 30.06.2010.....	174
Tabela 110 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 30.06.2010	175
Tabela 111 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2010.....	175
Tabela 112 – FNE – Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2010.....	176

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2009 e 2010	27
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações por Ano	44
Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ mil)	44
Gráfico 4 - Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial	59
Gráfico 5 - Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura	59
Gráfico 6 - Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços.....	60
Gráfico 7 - Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais	60
Gráfico 8 - FNE Rural – Cultivo de Soja por Porte - Período 1989 a 2008	131
Gráfico 9 - FNE Rural – Cultivo de Soja por Estado - Período 1989 a 2008.....	132
Gráfico 10 - Produção de carne em equivalente-carcaça por animal do rebanho, considerando a totalidade do rebanho - mundo e países/regiões selecionadas, 1998-2008.	140
Gráfico 11 - Efetivo Bovino por Regiões do Brasil, 1998-2008.....	141
Gráfico 12 – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período 1998 a 2008....	144
Gráfico 13 – Contratações Bovinocultura de Corte por Estado – Período 1998 a 2008 .	144
Gráfico 14 - Produção de Leite por Estado do Nordeste (milhões de litros)	149
Gráfico 15 - FNE Rural - Bovinocultura de Leite – Contratações - 1998 a 2008.....	150
Gráfico 16 - FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Porte - Período 1989 a 2008	151
Gráfico 17 - FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Estado - Período 1998 a 2008	151
Gráfico 18 - Principais Países Produtores de Algodão – Safra 2007/2008 (Em milhões de toneladas).....	154
Gráfico 19 - FNE Rural - Evolução dos Financiamentos à Cotonicultura - Período 1989 a 2008	156
Gráfico 20 - Contratações Cultivo de Algodão por Porte – 1989 a 2008.	158
Gráfico 21 - Contratações Cultivo de Algodão por Estado – 1989 a 2008.....	158
Gráfico 22 - Produção Nacional de Uvas, por Região Geográfica - 2000-2008.....	160
Gráfico 23 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2010.....	179
Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.....	16
Figura 2 - Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.....	111
Figura 3 - Mesorregiões da Região Nordeste.	117
Figura 4 - Distribuição espacial da área de produção de soja no Brasil - safra 2006/07.	130
Figura 5 - Mapa das contratações do FNE – Cultivo de Soja - Período: 1989 a 2008. ...	133
Figura 6 – Distribuição da Produção de Leite no Brasil em 2007 (mil litros).....	148
Figura 7 – Área de Atuação do BNB com Destaque para os Estados e Áreas Produtoras de Algodão em 2008 – Quantidade Produzida.....	157

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**, referente ao **primeiro semestre de 2010**. Além de informações sobre a execução do Fundo, foram incorporados no presente Relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações em andamento no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB, que foi revisada e publicada no primeiro semestre de 2010.

O BNB investiu, de 1989 ao primeiro semestre de 2010, R\$ 67,6 bilhões¹ em recursos do FNE². No primeiro semestre de 2010, foram contratados R\$ 4,1 bilhões³, representando 183,5 mil operações de crédito.

Em termos de distribuição de recursos, o Setor Rural absorveu R\$ 1,4 bilhão (34,8%) do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2010, enquanto o Setor Industrial e Turismo foi beneficiado com R\$ 998,2 milhões (24,3%). O Setor de Comércio e Serviços contratou R\$ 890,1 milhões (21,7%), enquanto Infraestrutura recebeu R\$ 659,4 milhões (16,1%) e o Agroindustrial, R\$ 128,2 milhões (3,1%).

O BNB destinou, no primeiro semestre de 2010, R\$ 1,2 bilhão aos mini, micro e pequenos empreendedores, totalizando mais de 527,6 mil beneficiários. A agricultura familiar, através do PRONAF, obteve R\$ 467,9 milhões do FNE, beneficiando mais de 504,6 mil pessoas.

Foram dirigidos ao semiárido R\$ 1,6 bilhão, de modo que mais de 331 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nessa área geográfica do Nordeste, correspondendo a 38,2% do total aplicado pelo Fundo.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação, abrangendo 1.922 (96,6%) dos municípios desse espaço. Assim, o BNB atribui representatividade ao FNE com o intuito de alavancar o desenvolvimento do Nordeste.

¹ Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2010.

² Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A, da Lei nº 7.827/89.

³ Idem ao anterior.

Além disso, o Banco disponibiliza vários mecanismos de estruturação do desenvolvimento – a exemplo dos estudos, pesquisas sócio-econômicas e inovações tecnológicas adaptadas às condições da Região, particularmente do semiárido, desenvolvidas e apoiadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – para potencializar a aplicação dos recursos do Fundo.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, afere-se que as contratações realizadas no semestre de 2010 pelo FNE geraram para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 5,9 bilhões; geração de 394 mil ocupações formais e informais; pagamento de salários por volta de R\$ 1,6 bilhão e geração de impostos estimada em R\$ 1,5 bilhão. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

A Avaliação do FNE Rural para o período 1998 a 2008 sinaliza, de acordo com resultados preliminares para a atividade de cultivo de soja, para um aumento aproximado de 37,2% na área plantada e 45,8% na produção, obtendo um ganho de produtividade de 6,3%, passando de 48 sacas/ha antes do financiamento para 51 sacas/ha após o financiamento.

Outros impactos do Fundo foram aferidos através da Matriz de Insumo-Produto, sendo que os dados preliminares apontam que a sojicultura na Região Nordeste do Brasil incorporou, no período analisado, R\$ 3,0 bilhões em Valor Bruto da Produção, gerando mais de 123 mil empregos, incrementando R\$ 443 milhões à massa salarial e R\$ 428 milhões em tributos.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no primeiro semestre de 2010, alcançaram o montante de R\$ 4,1 bilhões⁴, representando 183,5 mil operações de crédito e 530,8 mil beneficiários.
2. Em termos de demanda por recursos, no fim do primeiro semestre de 2010, tinha-se um estoque de propostas em carteira no valor de R\$ 4,1 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 4,2 bilhões.
3. Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio Rural absorveram R\$ 1,4 bilhão ou 34,8% do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2010, enquanto que o Setor de Indústria e Turismo foi beneficiado com R\$ 998,2 milhões (24,3% do total contratado) e o Setor de Comércio e Serviços aportou R\$ 890,1 milhões (21,7% do total contratado). O segmento de Infraestrutura obteve R\$ 659,4 milhões (16,1% do total contratado) e o Setor Agroindustrial recebeu R\$ 128,2 milhões (3,1% do total contratado).
4. As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 1,6 bilhão, de modo que mais de 331 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.
5. Os mini, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Mais de 527,6 mil beneficiários do FNE, no primeiro semestre de 2010, pertencem a essa categoria.
6. A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 467,9 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram mais de 504,6 mil pessoas pertencentes a esse Programa.
7. O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação. 1.922 municípios, ou 96,6% do total, pertencentes à área de atuação do FNE, foram beneficiados com contratações do Fundo no primeiro semestre de 2010.
8. Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, afere-se que as contratações realizadas no semestre de 2010 pelo FNE geraram para

⁴ Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei nº. 7.827/89.

a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 5,9 bilhões; geração de 394 mil ocupações formais e informais; pagamento de salários por volta de R\$ 1,6 bilhão e geração de impostos estimada em R\$ 1,5 bilhão. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

9. A Avaliação do FNE Rural para o período 1998 a 2008 sinaliza, de acordo com resultados preliminares para a atividade de cultivo de soja, para um aumento aproximado de 37,2% na área plantada e 45,8% na produção, obtendo um ganho de produtividade de 6,3%, passando de 48 sacas/ha antes do financiamento para 51 sacas/ha após o financiamento.
10. No que se refere ao mercado de trabalho da Região Nordeste, mesma Avaliação estima que, embora a sojicultura seja uma atividade altamente capital intensiva, após a implantação dos projetos em foco houve ampliação da ordem de 160,0% no nível de emprego, nesses empreendimentos financiados.
11. Outros impactos do Fundo foram aferidos através da Matriz de Insumo-Produto, sendo que os dados preliminares apontam que a sojicultura na Região Nordeste do Brasil incorporou, no período analisado, R\$ 3,0 bilhões em Valor Bruto da Produção, gerando mais de 123 mil empregos, incrementando R\$ 443 milhões à massa salarial e R\$ 428 milhões em tributos

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², equivalente a 19,5% do território nacional. A Região é coberta por um expressivo bolsão semiárido (Figura 1), abrangendo uma área de 986,9 mil km², que se estende do Piauí à Bahia. De acordo com os microdados da PNAD/IBGE (2008), o Nordeste abriga 53,5 milhões de habitantes, correspondendo a 28,2% da população brasileira, enquanto o semiárido, incluindo a porção norte de Minas Gerais, possui, aproximadamente, 22,0 milhões de habitantes.

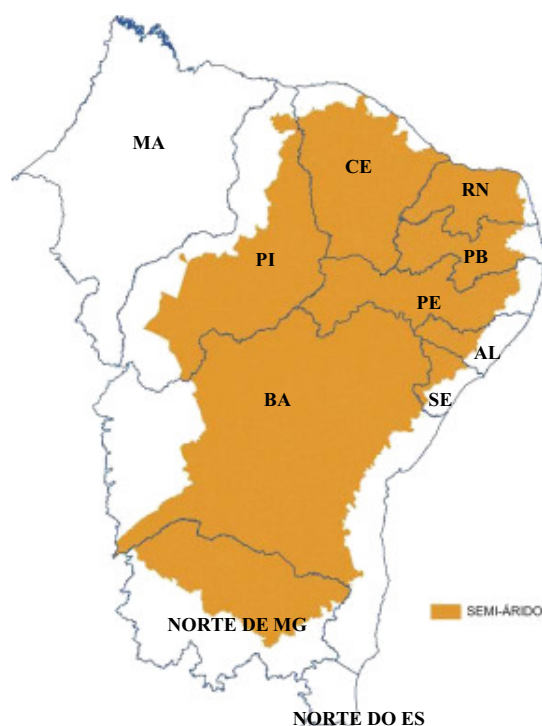


Figura 1 - Mapa do Semiárido Nordestino.

Fonte: SIGBNB – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste.

A população do Nordeste tem apresentado um crescimento médio inferior ao da população brasileira. Entre 2001 e 2008, a população do Nordeste cresceu a uma taxa média de 1,2% a.a, enquanto o crescimento populacional do Brasil foi de 1,5% a.a. O menor crescimento da população do Nordeste ocorreu em virtude da redução da taxa de natalidade e do saldo migratório negativo da Região. Por outro lado, existe ainda uma tendência à redução do déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil, tendo-se observado inclusive aumento do número de emigrantes das regiões Sudeste e Sul com destino ao Nordeste, especialmente, para litoral e cerrado.

De outra parte, desde a década de 1960, é observado um processo de urbanização, em que o percentual da população vivendo na área urbana passou de 34,2%, em 1960, para 72,4%, em 2008 (Censo, 1960 e Pnad, 2008). Referidas mudanças do quadro demográfico do Nordeste evidenciam a necessidade de estratégias públicas adequadas à Região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, ou seja, investimentos em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, escolas, hospitais e equipamentos de lazer.

No âmbito econômico, o Nordeste experimentou expressivo desempenho entre 1970 e 1980, período em que o PIB regional obteve um crescimento médio de 8,7% a.a, tendo superado a taxa de crescimento médio do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos na imediata crise fiscal e financeira do País, e a consequente adoção de políticas restritivas ao crescimento (Albuquerque, 2002).

Mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, em alguns anos, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do PIB do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior aos números obtidos na década de 1970. Em virtude da crise econômico-financeira mundial, as taxas de crescimento do PIB declinaram no Brasil e no Nordeste em 2009 (Tabela 1), entretanto, as estimativas do PIB para os próximos períodos indicam recuperação das economias do Nordeste e do Brasil.

Tabela 1 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	5,7	6,1
2008	5,8	5,14
2009	(-0,1)	(-0,2)
2010	6,9	6,8
2011	5,7	5,5
2012	5,7	5,5

Fontes: Fundação Getúlio Vargas - FGV / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2006 a 2009) e Estimativas do BNB-ETENE-Ciest (2010, 2011 e 2012) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE/DPG/PSE (1970 a 1984) e Estimativas do BNB-ETENE (2009, 2010, 2011 e 2012) para o Nordeste.

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se que nos últimos 50 anos a economia da Região passou por intenso processo de modernização. Assim, em 1970, o Setor Comércio/Serviços representava 59,3% do PIB regional, seguido do Setor Agropecuário (22,4%) e Industrial (18,3%). Em 2007, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: Comércio/Serviços (67,9%), Indústria (24,3%) e Agropecuária (7,8%) (Ministério da Integração Nacional, 2006; IBGE- Contas Regionais do Brasil, 2003-2007).

A participação relativa da agropecuária no total do PIB regional sofreu redução, embora esse setor tenha se expandido em termos absolutos, particularmente, com a expansão de culturas, tais como: a agricultura irrigada (voltada para a produção de frutas e hortaliças, cuja comercialização alcança o mercado externo), pecuária leiteira, avicultura, caprinocultura, ovinocultura, aquicultura, piscicultura, apicultura, castanha de caju, algodão (nas áreas de cerrados), cana de açúcar - destinada para a produção não somente de açúcar, mas ainda de álcool, - floricultura, mudas e sementes, além do aumento da produção de grãos, como arroz, milho e soja.

Em contrapartida, houve aumento na participação da indústria no PIB do Nordeste com destaque para os segmentos de químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânica, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Referidas indústrias praticamente inexisiam no Nordeste até meados do século XX (Albuquerque, 2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, transporte e armazenagem, além da expansão das atividades de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, shopping centers e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras (Ministério da Integração Nacional, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e, principalmente, dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se. A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora essa Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. Com base nos dados do Ministério da

Indústria e Comércio Exterior (2009), a participação da exportação de produtos industrializados aumentou de 45,1% em 1980 para 73,3% em 2008. Ocorreram, ainda, mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos de tecnologia da informação.

O Nordeste obteve relevantes melhorias em seus indicadores sociais entre 1960 e 2008. De acordo com os microdados da PNAD/IBGE (2008), a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 34,4 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 19,4%; e a esperança de vida do nordestino aumentou de 48 para 70 anos. A mudança nesses indicadores sociais propiciou uma melhoria na principal medida de desenvolvimento humano. Assim, o IDH do Nordeste que era de apenas 0,306 em 1970, classificado como baixo pelos parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas, passou para um nível intermediário de 0,749 (IPEA e Banco Central). No entanto, apesar do crescimento de 144,7% nesse indicador, os estados do Nordeste continuam com IDH inferior aos demais estados do Brasil, e apresentaram as piores classificações no *ranking* nacional.

Os indicadores de saneamento básico também registraram avanços, tanto que o percentual de domicílios com canalização interna de água aumentou de 16,0% em 1970 para 78,0% em 2008; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 41,0% para 75,4% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 2,0% dos domicílios em 1970 para 55,0% em 2008.

Desse modo, em decorrência da persistência das desigualdades intra e inter-regionais e do elevado nível de pobreza existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuam para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2010, somaram R\$ 3,5 bilhões, registrando um decréscimo de 11,0% em relação ao mesmo período de 2009, período em que foram contratados R\$ 3,9 bilhões. Excluindo as contratações realizadas através do Pronaf, o total das contratações do FNE no período em análise foi de 3,0 bilhões (Tabela 2).

Em consonância com o Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89⁵, foram contratados R\$ 602,4 milhões, distribuídos no Setor Agroindustrial (R\$ 28,6 milhões), no Setor Industrial e Turismo (R\$ 191,6 milhões) e no Setor de Infraestrutura (R\$ 382,2 milhões), conforme descrito no item Repasses do FNE ao BNB. Dessa forma, o volume total contratado pelo BNB até a metade do ano de 2010, com recursos do FNE, alcançou R\$ 4,1 bilhões, o que representa um incremento de 4,4% em relação ao primeiro semestre de 2009.

Observa-se que alguns setores apresentaram crescimento das aplicações, em relação ao mesmo período de 2009: Industrial e Turismo (1,3%), Comércio e Serviços (7,6%) e o Rural (28,7%). Entretanto os setores, Agroindustrial e de Infraestrutura, apresentaram decréscimo de 50,3% e 72,2%, respectivamente, em relação ao primeiro semestre de 2009. Se a estes valores forem acrescentadas as contratações feitas através do Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89, o percentual de incremento do Setor Industrial e Turismo passaria para 25,4% e a redução nos setores Agroindustrial e de Infraestrutura seria, respectivamente, de 36,0% e 34,0%. Vale ressaltar que as características do setor de infraestrutura podem justificar a variação das contratações entre os períodos em análise, já que o setor não responde imediatamente às variações de demanda do mercado.

Assim, o BNB vem desempenhando um contínuo esforço na melhoria de seu desempenho operacional e o FNE constitui-se instrumento importante de suprimento de crédito ao setor produtivo, para minimizar os impactos negativos sobre o nível da atividade econômica e para encorajar os agentes produtivos no enfrentamento de situações econômicas adversas, sobretudo no Setor Rural.

⁵ Ver item Repasses do FNE ao BNB.

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2010

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações ⁽¹⁾		%	Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
		Quant. Benef.	Valor		
RURAL	174.180	521.316	1.425.310	40,7	557.979
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	5.900	16.527	877.455	25,1	445.314
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	2.275	6.825	40.409	1,2	7.993
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	152.235	456.705	271.670	7,8	15.897
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	1.270	3.810	4.157	0,1	27
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	45	135	260	-	8
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	12.378	37.134	151.433	4,3	29.794
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	41	102	40.115	1,1	14
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	36	78	39.811	1,1	45.539
Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	-	-	-	-	13.393
AGROINDUSTRIAL	142	244	99.494	2,9	276.765
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN)	82	82	94.655	2,7	274.645
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-AGROINDÚSTRIA)	60	162	4.839	0,2	2.120
INDUSTRIAL E TURISMO	1.337	1.337	806.666	23,0	1.682.064
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	329	329	542.820	15,5	1.542.154
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	892	892	67.954	1,9	47.469
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	19	19	53.260	1,5	58.509
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO)	93	93	30.446	0,9	32.623
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	3	3	112.140	3,2	-
Programa de Financiamento à	1	1	46	-	1.309

Valores em R\$ Mil

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Nº de Operações	Contratações ⁽¹⁾		%	Valor das Propostas em Carteira ⁽²⁾
		Quant. Benef.	Valor		
Inovação (INOVAÇÃO)					
INFRAESTRUTURA	4	4	277.194	8,0	859.702
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	3	3	259.068	7,4	833.080
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	1	1	18.126	0,6	26.622
COMÉRCIO E SERVIÇOS	7.875	7.875	890.144	25,4	731.604
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	1.011	1.011	500.445	14,3	527.324
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	6.241
Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO)	4	4	673	-	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	6.860	6.860	389.026	11,1	198.039
Total	183.538	530.776	3.498.808	100,0	4.108.114

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período. (3) O BNB contratou, ainda, sob seu nome e com risco integral, o valor de R\$ 602,4 milhões repassados pelo FNE, de acordo com o Art. 9º da Lei nº.7.827/89, totalizando em R\$ 4.101 milhões o valor total contratado pelo BNB com recursos do FNE no primeiro semestre de 2010.

Os Setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, mais de R\$ 1,5 bilhão, representando 43,6% do total contratado pelo FNE no período sob análise. O Setor Industrial e Turismo realizou contratações de R\$ 806,7 milhões ou 23,0% do total contratado através do FNE. No Setor de Infraestrutura foram contratados R\$ 277,2 milhões, equivalentes a 8,0% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no primeiro semestre de 2010 foi de R\$ 890,1 milhões ou 25,4% das contratações do FNE.

Vale ressaltar que dos quase 530,8 mil beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2010, 98,2% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural, sendo que do total de beneficiários do Setor, 99,6% pertencem à categoria de mini, micro e pequenos produtores (Tabela 39).

O Setor Rural continuou sendo, no primeiro semestre de 2010, o setor com maior participação nas aplicações do FNE, com valor contratado da ordem de R\$ 1,4 bilhão, representando 40,7% das aplicações do Fundo. No mesmo período de 2009, o Setor representava 28,2% do volume de financiamentos.

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R\$ 877,5 milhões foram contratados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL),

com participação de 61,6% nesse Setor e 25,1% no FNE total, apresentando um acréscimo de 36,2% em relação ao mesmo período de 2009. No âmbito do PRONAF, foram contratados R\$ 467,9 milhões, representando 32,8% das contratações do FNE no Setor Rural e 13,4% das contratações do FNE total, com acréscimo de 27,6% das suas contratações em relação ao mesmo período em 2009.

Ainda no Setor Rural, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA), tendo sido contratados R\$ 40,1 milhões, correspondendo a 2,8% das aplicações do Setor Rural e a 1,1% das aplicações totais do FNE, no período. O FNE VERDE para a agricultura, programa que financia itens de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem ou estimulem a preservação e conservação do meio ambiente, obteve contratações da ordem de R\$ 39,8 milhões, participando com 2,8% das contratações do Setor e com 1,1% das contratações totais do FNE.

As contratações no Setor Agroindustrial somaram cerca de R\$ 99,5 milhões de recursos aplicados no primeiro semestre de 2010, representando 2,9% das contratações totais do FNE, com decréscimo de 50,3% em relação ao mesmo período de 2009.

As contratações do FNE no Setor Industrial e Turismo foram da ordem de R\$ 806,7 milhões em 2010, dos quais R\$ 542,8 milhões foram aplicados no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 67,3% das contratações do Setor Industrial e 15,5% das contratações globais do FNE no período, com um crescimento, nesse segmento, de cerca de 17,9% em relação às contratações do primeiro semestre de 2009. O Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR), contratou R\$ 53,2 milhões, representando 6,6% das contratações do Setor e 1,5% das contratações do FNE no período sob análise, apresentando crescimento no volume de aplicação nesse segmento, de 250,4%.

Merecem destaque no Setor Industrial e Turismo o Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas, o MPE Indústria e o MPE Turismo. Juntos, esses programas contrataram R\$ 98,4 milhões o que representou 12,2% das contratações do Setor e 2,8% do FNE. O FNE VERDE para a Indústria e Turismo aplicou R\$ 112,1 milhões, representando cerca de 13,9% das contratações do Setor e 3,2% das contratações do FNE.

As aplicações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R\$ 259,1 milhões, representando 7,4% das aplicações do FNE. O FNE Verde Infraestrutura foi responsável por 0,6% do total das aplicações no FNE, o que representa um volume de recursos de R\$ 18,1 milhões.

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, as contratações atingiram R\$ 890,1 milhões, totalizando 25,4% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento

de 7,6% em relação ao mesmo período de 2009. No âmbito do programa de financiamento às micro e pequenas empresas, o Setor contratou R\$ 389,0 milhões no primeiro semestre de 2010, um incremento de 30,8% em relação a 2009.

Vale destacar, ainda, as contratações no âmbito do Programa de Financiamento à Inovação, o mais recente programa do FNE. No primeiro semestre de 2010, o programa aplicou R\$ 719 mil sendo R\$ 673,0 mil no Setor de Comércio e Serviços e R\$ 46,0 no Setor Industrial e Turismo.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o primeiro semestre de 2010 apresentou importantes resultados, destacando-se os setores Rural, Indústria e Turismo, além de Comércio e Serviços. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE:

1. os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço e ações do BNB em aprimorar seu processo de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. forte presença do BNB como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento econômicos regionais, cumprindo seu papel de executor da Política Pública do Governo Federal. Isso se faz ainda mais evidente em períodos de retração econômica, complementando a atuação dos demais agentes.
3. o PRONAF continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no primeiro semestre de 2010; a ampliação das aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios;
4. a ampliação do volume contratado pelo FNE – Verde no Setor Rural, bem como no Setor de Infraestrutura;

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2010, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 4,1 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 40,9% do Setor de Indústria e Turismo; 20,9% do Setor de Infraestrutura; 17,8% do Setor Comercial e Serviços; 13,6% do Setor Rural e 6,7% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 4,1 bilhões refere-se tão somente às propostas que já se encontram em tramitação no BNB (Tabela 2), demonstrando clara necessidade de ampliação dos recursos do Fundo.

Além das propostas em carteira, a prospecção de negócios registrou uma demanda da ordem de R\$ 4,2 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções os seguintes estados por ordem decrescente: Bahia (R\$ 1,4 bilhão), Ceará (R\$ 1,1 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 682,8 milhões) e Paraíba (R\$ 284 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram até 30.06.2010, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, representando 81,3% dos negócios em vias de realização (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2010

Valores em R\$ Mil	
Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	-
Bahia	1.362.206
Ceará	1.123.580
Espírito Santo	9.720
Minas Gerais	77.870
Maranhão	127.045
Paraíba	284.558
Pernambuco	168.949
Piauí	44.459
Rio Grande do Norte	682.759
Sergipe	124.300
Extra-Regionais	244.399
Total	4.249.845

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consulta aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 29,5 bilhões em 31.12.2009, para R\$ 31,4 bilhões em 30.06.2010, apresentando crescimento nominal de 6,7%. Referido acréscimo líquido (R\$ 1,9 bilhão) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (R\$ 2,0 bilhões) (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2010

Valores em R\$ Mil	
(1) Até 31.12.2009	29.454.928
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	28.854.696
. Resultados/Outros Valores	600.232
(2) No Exercício de 2010 (1º. Semestre)	1.974.997
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	2.033.706
. Resultado do Período	(32.918)

. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores (25.791)

Patrimônio Total em 30.06.2010 (1) + (2) 31.429.925

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No primeiro semestre de 2010, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 2,0 bilhões (Tabelas 4 e 5), representando acréscimo de 4,6% em relação ao mesmo período de 2009, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 1,9 bilhão. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos no primeiro semestre de 2010 foram maiores (exceto em janeiro) que os valores repassados no mesmo período de 2009. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária.

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	302.919	302.919
Fevereiro	369.843	672.762
Março	274.740	947.502
Abril	329.179	1.276.681
Maio	405.287	1.681.968
Junho	351.738	2.033.706

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

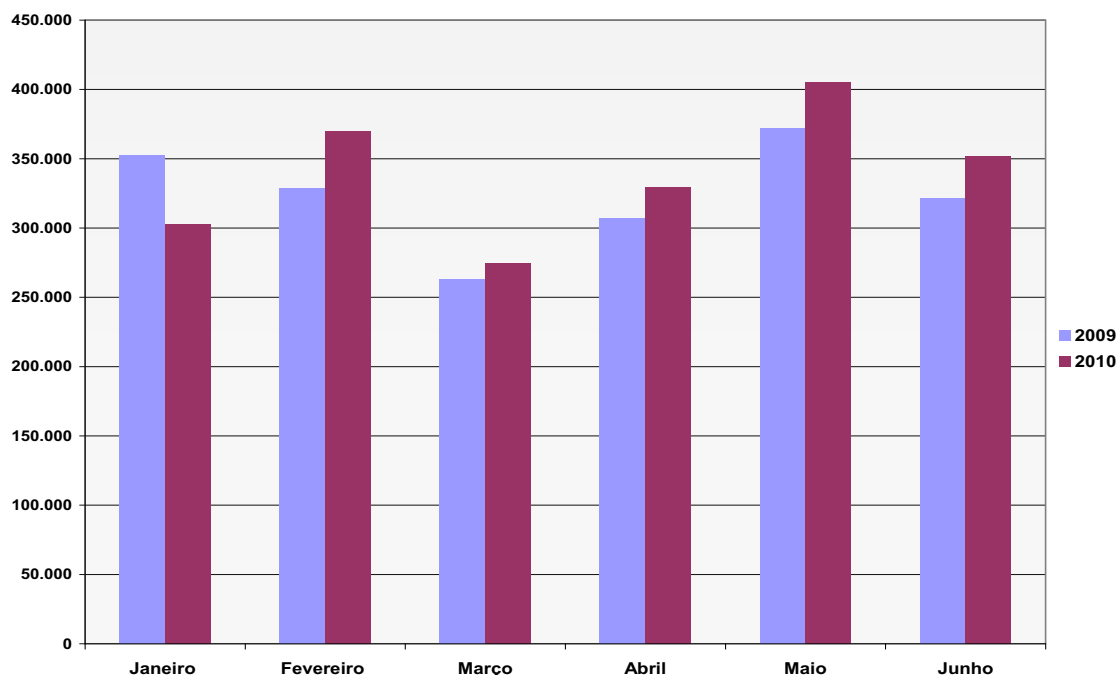


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2009 e 2010

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 1,9 bilhão no primeiro semestre de 2009, para R\$ 2,6 bilhões em 2010, com incremento nominal de 36,1%. As disponibilidades do FNE apresentaram decréscimo ao final do primeiro semestre de 2010, de 5,9% em relação ao final do exercício de 2009. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 3,3 bilhões ao final do primeiro semestre de 2010, dos quais R\$ 2,5 bilhões representam por valores a liberar por conta de operações já contratadas, e R\$ 809 milhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 6).

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2010

	Valores em R\$ mil
Disponibilidades em 31.12.2009	3.550.828
Disponibilidades para Novas Contratações	274.304
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.276.524
Disponibilidades em 30.06.2010	3.341.269
Disponibilidades para Novas Contratações	809.060
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	2.532.209
Varição das Disponibilidades	(209.559)
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	2.033.706
- Remuneração das Disponibilidades	142.741

- Reembolsos Ops. Crédito/Repasses (Líquido Bônus Adimplência)	2.547.639
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	93.753
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	17.755
- Desembolsos de Repasses ao BNB	(400.000)
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repasses Outras Instituições	(3.841.814)
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	45
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	4.329
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	1.381
- Cobertura de Ops. p/Fundos de Risco	-
- Taxa de Administração	(406.741)
- Del Credere do BNB - Repasses Lei 7.827, Art. 9º A	(2.366)
- Del Credere do BNB - Demais Operações	(321.957)
- Del Credere Instituições Operadoras	(1.955)
- Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	(34.091)
- Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	(60)
- Despesa Auditoria Externa	(40)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(238)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(92)
- Encargos por Inadimplência Transferidos para o BNB	-
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(8.472)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(1.080)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(16.652)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(12.869)
- Bônus/Dispensa Reclassif/Aquisição de Oper. pelo FNE - Lei 11.322/11.775	(204)
- Descontos Ops. Lavoura Cacaueira - DESENBAHIA - Lei 11.775	(501)
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	330
- Outros Eventos	(2.106)
Total	(209.559)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1 Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no primeiro semestre de 2010, sofreram algumas alterações quando comparadas com o mesmo período de 2009, com significativo incremento na participação relativa do Setor Rural. O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as aplicações rurais continuaram se destacando no quadro de financiamentos. Assim é que 40,7% do total contratado foram investidos no Setor Rural no primeiro semestre de 2010, enquanto no mesmo período de 2009 o Setor representara 28,2% (Tabela 7).

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾

Primeiro Semestre	Em Porcentagem					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	40,7	2,9	23,0	8,0	25,4	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O fortalecimento do meio rural é crucial para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, objetivando, sobretudo, o desenvolvimento de empreendimentos bem sucedidos, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida rural, possibilitando a permanência das pessoas no campo, reduzindo-se as migrações para as cidades.

Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, como estratégia não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo inflacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante

como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, refletindo-se em oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

Quanto ao Setor de Comércio e Serviços, no primeiro semestre de 2008, este ocupava a quarta colocação no *ranking* das aplicações setoriais (17,1%), passando para a terceira posição no primeiro semestre de 2009 (21,10%). No primeiro semestre de 2010 o Setor passou a ocupar a segunda colocação (25,4%) ficando atrás apenas do Setor Rural, líder com 40,7%.

As primeiras operações do FNE em Infraestrutura foram realizadas no ano de 2004, observando-se, desde então, significativa participação desse Setor no cômputo geral das contratações. Apesar de ter apresentado crescimento durante dois períodos consecutivos (2007 e 2008), o que o colocou na segunda posição em relação aos demais setores, no primeiro semestre de 2010 sua participação caiu para a quarta posição (Tabela 7).

O Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição nas aplicações do FNE, tendo ampliado sua participação de 3,3% no primeiro semestre de 2007, para 4,2% e 5,1% no mesmo período de 2008 e 2009, respectivamente. No primeiro semestre de 2010, a participação diminuiu para 2,9% (Tabela 7).

Quanto ao Setor Industrial e Turismo, este vem mantendo sua participação entre 20% e 23% nos últimos 03 anos, alternando entre o terceiro (2008 e 2010) e o quarto lugares (2009) (Tabela 7).

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2010, totalizaram cerca de R\$ 1,4 bilhão, representando 40,7% das aplicações do FNE, com incremento de 28,7% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 1,1 bilhão). O incremento verificado refletiu-se no aumento da participação relativa no período sob análise, em relação ao mesmo período de 2009, que passou de 28,2% para 40,7%. A quantidade de beneficiários atingiu 521.316, significando 98,2% dos beneficiários de recursos do FNE.

A esse respeito, considere-se a atenção do BNB quanto ao retorno das aplicações realizadas pelo Fundo, ao mesmo tempo em que o Banco vem adotando políticas de estímulo ao financiamento direcionadas para os agricultores familiares e aos mini e pequenos produtores rurais.

O incremento nas aplicações do FNE Setor Rural confirmou o que já se vislumbrava ao final de 2009, ante o expressivo volume de propostas em carteira

(R\$ 650 milhões). Da mesma maneira, vislumbram-se importantes incrementos nas aplicações até o final do ano 2010, diante do significativo valor das propostas em carteira em 30.06.2010 (R\$ 558,0 milhões) (Tabela 2).

Registre-se, ainda, que o FNE Setor Rural (excluindo o PRONAF) registrou aplicação da ordem de R\$ 957,4 milhões, representando incremento de 29,3% no volume de contratações em relação ao mesmo período de 2009, cujo volume de aplicações foi de R\$ 740,7 milhões (Tabela 2).

Dos recursos aplicados no FNE Setor Rural no primeiro semestre de 2010, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural obteve o melhor desempenho, totalizando cerca de R\$ 877,5 milhões de aplicações, o que corresponde a 61,6% dos recursos aplicados no referido Setor e a 25,1% das aplicações do FNE. Em seguida, está o Pronaf no qual foram aportados R\$ 467,9 milhões, respondendo por 32,8% das aplicações do FNE Setor Rural e 13,4% do total do FNE (Tabelas 2 e 10).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 635,5 milhões, respondendo por 45,5% das contratações do FNE Setor Rural e por 18,2% das aplicações do FNE. Observou-se aumento das aplicações de 21,2% em relação ao mesmo período de 2009, quando foram aportados R\$ 524,2 milhões em valores nominais. No primeiro semestre de 2009, a pecuária apresentou participação de 47,7% e 13,4% no Setor Rural e no total do FNE, respectivamente, registrando-se, portanto, aumento da participação no total do FNE e diminuição em relação ao Setor Rural.

Na agricultura de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 657,9 milhões, respondendo por 45,4% das contratações do setor e por 18,8% das aplicações do Fundo, no primeiro semestre de 2010. O volume de recursos aplicados obteve incremento de 51,3% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 434,8 milhões). Nesse período de 2009, a agricultura representou 39,0% do Setor e 10,9% das contratações do FNE.

Juntas, as atividades agropecuárias, excluindo-se a aquicultura e a pesca, responderam no primeiro semestre de 2010 por 90,9% dos recursos aplicados no Setor Rural e por 37,0% das aplicações totais do FNE. Em relação ao mesmo período de 2009, houve um aumento da participação dessas atividades dentro do Setor Rural e em relação ao FNE total, as quais representaram 86,7% e 24,3%, respectivamente (Tabela 8).

Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2010

Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
PECUÁRIA	635.499	45,5	18,2
Bovinocultura	491.789	34,3	13,9

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Avicultura	39.194	2,7	1,1
Ovinocaprinocultura	55.526	3,9	1,6
Suinocultura	28.401	2,0	0,8
Apicultura	4.094	0,3	0,1
Equinocultura	613	0,1	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	758	1,1	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	15.124	1,1	0,4
AQUICULTURA E PESCA	40.750	2,7	1,2
Carcinicultura	33.822	2,2	1,0
Piscicultura	6.928	0,5	0,2
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	409.900	28,4	11,8
Grãos	262.867	18,1	7,5
Fibras e Têxteis	44.511	3,1	1,3
Fruticultura	37.295	2,6	1,1
Gramíneas	37.811	2,7	1,1
Raízes e Tubérculos	9.166	0,6	0,3
Bebidas e Fumo	16.936	1,2	0,5
Outras Atividades ⁽³⁾	1.314	0,1	-
AGRICULTURA IRRIGADA	248.034	17,0	7,0
Fruticultura	125.797	8,6	3,5
Bebidas e Fumo	44.675	3,1	1,3
Gramíneas	32.436	2,3	0,9
Grãos	13.271	0,9	0,4
Fibras e Têxteis	7.001	0,5	0,2
Olericultura	6.749	0,5	0,2
Raízes e Tubérculos	13.464	0,9	0,4
Flores	398	0,0	-
Oleaginosas	176	0,0	-
Mudas e Sementes	3.409	0,2	0,1
Cactáceas	10	0,0	-
Outras Atividades ⁽⁴⁾	648	0,0	-
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	91.127	6,4	2,5
Processamento e Benef Cana de Açúcar	3.028	0,2	0,1
Florestamento e Reflorestamento	7.904	0,6	0,2

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	80.195	5,6	2,2
Total	1.425.310	100,0	40,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se a olericultura, extração vegetal, oleaginosas, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

A aquicultura e a pesca, cujas aplicações no primeiro semestre de 2010 totalizaram R\$ 40,8 milhões, responderam por 2,7% das aplicações dirigidas ao FNE Setor Rural e por 1,2% das aplicações totais do Fundo. Tais participações são inferiores às constatadas no primeiro semestre de 2009, as quais foram 5,0% e 1,5%, respectivamente (Tabela 8).

As outras atividades rurais financiadas foram responsáveis por 6,4% das contratações do Setor Rural, o que representou diminuição em relação ao mesmo período de 2009, quando essa participação foi de 8,3%. No que se refere à participação nas contratações totais do FNE, essas atividades apresentaram uma pequena redução, participando com 2,5% em 2010 e 2,4% em 2009 (Tabela 8).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 34,3% das aplicações do Setor Rural e por 13,9% das aplicações do FNE no período sob análise. Observando um crescimento de 19,6% em relação ao primeiro semestre de 2009, que apresentou, em contratações, um volume de R\$ 411,3 milhões, com recuperação de investimentos na atividade no mesmo período em 2010 (R\$ 491,8 milhões). Outras atividades financiadas foram a Ovinocaprinocultura (R\$ 55,5 milhões), a Avicultura (R\$ 39,2 milhões) e a Suinocultura (R\$ 28,4 milhões), com participação de 3,9%, 2,7% e 2,0%, respectivamente (Tabela 8).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no período foram grãos (19,0%), fruticultura (11,2%), gramíneas (5,0%) bebidas e fumo (4,3%), com aplicações de R\$ 276,1 milhões, R\$ 163,0 milhões, R\$ 70,2 milhões e R\$ 61,6 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 86,8% das aplicações na agricultura, no primeiro semestre de 2010. Observe-se que, em relação ao mesmo período de 2009, houve incremento das aplicações em fruticultura na ordem de 44,1%; grãos em 76,7%; gramíneas de 37,9% e em bebidas e fumo de 70,1%. Além das atividades citadas, fibras e têxteis e raízes/tubérculos registraram aplicações de R\$ 51,5 milhões e R\$ 22,6 milhões, respectivamente (Tabela 8).

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro participou no primeiro semestre de 2010 com 28,4% das aplicações do FNE Setor Rural e com 11,8% das aplicações do FNE, resultando em R\$ 409,9 milhões, contra R\$ 273,8

milhões contratados no mesmo período de 2009, com incremento de 49,7% nas aplicações entre os dois períodos. As atividades que receberam os maiores volumes de recursos no primeiro semestre de 2010 foram: grãos (R\$ 262,9 milhões), fibras/têxteis (R\$ 44,5 milhões), gramíneas (R\$ 37,8 milhões) e fruticultura (R\$ 37,2 milhões) participando com 18,1%; 3,1%; 2,7% e 2,6%, respectivamente (Tabela 8).

Participando com 17,0% e 7,0% das contratações do FNE Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, no primeiro semestre de 2010, R\$ 248,0 milhões, 54,1% superior ao volume de recursos aplicados no mesmo período em 2009, o qual totalizou R\$ 161,0 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de aplicações realizadas pelo FNE Setor Rural no período foram fruticultura (R\$ 125,8 milhões); bebidas e fumo (R\$ 44,6 milhões); gramíneas (R\$ 32,4 milhões) e grãos (R\$ 13,2 milhões). Mencionadas atividades responderam no período por 8,6%; 3,1%; 2,3% e 0,9% das aplicações do Setor Rural, respectivamente (Tabela 8).

Quanto às outras atividades rurais, observamos que os volumes contratados no primeiro semestre de 2010 (R\$ 91,1 milhões) sofreram uma pequena diminuição em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 92,9 milhões). As atividades não agrícolas no rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do Setor Rural 5,6% de participação no primeiro semestre de 2010, com valores nominais de R\$ 80,2 milhões, 9,7% inferior ao mesmo período de 2009, que teve participação de 8,0% e valor nominal de R\$ 88,9 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 639,9 milhões no fim do primeiro semestre de 2010, contra R\$ 551,0 milhões no primeiro semestre de 2009, representando incremento de 16,1% nas aplicações. Registre-se, ainda, que do total de recursos aplicados pelo FNE no semiárido no primeiro semestre de 2010, ou seja, em torno de R\$ 1,4 bilhão, o FNE Setor Rural contratou 45,0% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE Setor Rural fora do semiárido, no primeiro semestre de 2010, foram da ordem de R\$ 785,4 milhões, representando 37,8% das aplicações dos recursos do FNE nessa região, as quais totalizaram R\$ 2,07 bilhões (Tabelas 1.A e 2.A)

Os estados que apresentaram os melhores desempenhos em aplicações de recursos no semiárido em 2010, no âmbito do FNE Setor Rural, foram a Bahia, com 21,3% do total aplicado nessa região, seguido de Pernambuco com 18,1%; Ceará com 17,6% e Rio Grande do Norte com 11,6% (Tabelas 1.A).

O FNE Setor Rural destinou R\$ 662,6 milhões aos mini, micro e pequenos produtores no primeiro semestre de 2010, representando 46,5% dos recursos deste Setor, atendendo a 519.594 beneficiários ou 99,6% dos beneficiários do Setor Rural. Aos médios produtores, foram destinados R\$ 157,6 milhões ou 11,1%

dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural, atendendo a 1.328 beneficiários ou 0,3% do total de beneficiários nesse Setor. Aos grandes, foram destinados, aproximadamente, R\$ 605,0 milhões, representando 42,4% dos recursos contratados no Setor, atendendo a 394 beneficiários ou 0,1% do total de beneficiários (Tabelas 39 e 40).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os demais setores atendidos pelo FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.892 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 95,1% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 9 e 42).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 378,1 milhões); Maranhão (R\$ 211,3 milhões); Piauí (R\$ 144,5 milhões) e Minas Gerais (R\$ 141,4 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 61,4% dos recursos aplicados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho em aplicações foram Espírito Santo (R\$ 20,3 milhões), Paraíba (R\$ 34,5 milhões), Alagoas (R\$ 50,2 milhões); e Rio Grande do Norte, com R\$ 77,2 milhões (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE – Setor Rural Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	50.196	3,5
Bahia	378.066	26,5
Ceará	137.592	9,7
Espírito Santo	20.396	1,4
Maranhão	211.255	14,8
Minas Gerais	141.445	9,9
Paraíba	34.485	2,4
Pernambuco	135.293	9,5
Piauí	144.510	10,2
Rio Grande do Norte	77.154	5,4
Sergipe	94.918	6,7
Total	1.425.310	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, e em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado, institucionalmente, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros, que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se, assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O PRONAF tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o PRONAF é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do PRONAF na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento

rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 6,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos quando estes participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Investimento a Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 5.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 4,5% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 40.000,00, juros de 5,5% ao ano
Investimento – Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 7.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 18.000,00 até R\$ 28.000,00 juros, de 4% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 28.000,00 até R\$ 36.000,00 juros, de 5% ao ano

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (PRONAF Agrinf) – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado;

Crédito para Cotas-partes de Agricultores Familiares Cooperativados (PRONAF Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 70,0% (setenta por cento) de seus sócios ativos classificados como agricultores familiares enquadrados no PRONAF e que, no mínimo, 55% (cinquenta e cinco por cento) da produção beneficiada, processada ou comercializada sejam oriundas de associados enquadrados no PRONAF. Financia a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção e aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.⁶

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (PRONAF Agroindústria) – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao

⁶ o BNB não operacionaliza essa linha.

beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (PRONAF Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (PRONAF Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

Crédito de Investimento para Mulheres (PRONAF Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (PRONAF Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (PRONAF Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinada à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (PRONAF ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de

práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinada à modalidade PRONAF Agricultores Familiares (Comum).

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (PRONAF Mais Alimentos) – Destinado a agricultores familiares enquadrados no PRONAF, para o financiamento das seguintes atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo e para fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Os agricultores devem comprovar que, no mínimo, 70% da renda da unidade familiar é proveniente destas atividades.

É importante observar que as regras para o PRONAF são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2010/2011 disponibilizou R\$ 16,0 bilhões, valor 666% maior do que os R\$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003. Outra medida trazida pelo Plano foi a criação do seguro de clima para as operações de investimento pelo Seguro da Agricultura Familiar (SEAF).

As aplicações realizadas pelo BNB no PRONAF, no primeiro semestre de 2010, totalizaram R\$ 469,8 milhões, dos quais, R\$ 467,9 milhões foram por intermédio dos recursos do FNE, correspondendo a 99,6% dos recursos aplicados no PRONAF. Outra fonte utilizada no financiamento do PRONAF, trata-se de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que participaram com 0,4% dos investimentos realizados no Programa. Foram beneficiadas 504.609 pessoas no primeiro semestre de 2010, representando 95,0% do total de beneficiários do FNE e 96,8% do FNE Setor Rural. Considera-se como beneficiário do PRONAF o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. O valor financiado pelo FNE no PRONAF totalizou 13,4% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 3,5 bilhões) no primeiro semestre de 2010 (Tabela 10). Em relação ao mesmo período de 2009, as contratações do PRONAF pelo FNE tiveram incremento de 27,6% nos valores contratados.

Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Pronaf – Primeiro Semestre de 2010

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
PRONAF - Grupo A	6.825	1,4	40.409	8,6
PRONAF - Grupo B	456.705	90,5	271.670	58,1
PRONAF - Grupo C	3.810	0,8	4.157	0,9
PRONAF - Grupo D	135	0,0	260	0,1
PRONAF - Grupo A/C	1.875	0,4	2.352	0,5
PRONAF - Semiárido	2.238	0,4	4.850	1,0
PRONAF - Mulher	1.017	0,2	2.836	0,6

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
PRONAF - Comum	15.762	3,1	41.889	9,0
PRONAF - Demais Grupos	16.242	3,2	99.506	21,2
Total	504.609	100,0	467.929	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere às aplicações nos grupos do PRONAF, observa-se que o Grupo B tem a maior participação nos recursos (58,1%), contratando R\$ 271,7 milhões e beneficiando 456.705 pessoas.

Em seguida, se apresenta o Grupo Agricultores Familiares (Comum), dirigido aos agricultores cuja renda familiar nos últimos 12 meses anteriores à contratação foi de até R\$ 110 mil, para o qual o FNE investiu R\$ 41,9 milhões, beneficiando 15.762 pessoas.

Vale registrar o montante contratado no Grupo A (R\$ 40,4 milhões), cujos valores foram destinados aos agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. Foram beneficiadas 6.825 pessoas pertencentes a esse grupo, no primeiro semestre de 2010.

Os três grupos acima referidos receberam 75,7% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Destaque-se, ainda, as aplicações no PRONAF - Mais Alimentos, para o qual o FNE investiu recursos da ordem de R\$ 98,4 milhões (Tabela 65), no PRONAF Semiárido, que absorveu R\$ 4,8 milhões, beneficiando 2.238 pessoas; o PRONAF Mulher totalizou R\$ 2,8 milhões e 1.017 beneficiárias; o PRONAF A/C, R\$ 2,4 milhões e 1.875 beneficiários (Tabela 10).

Objetivando a ampliação e o aperfeiçoamento do processo operacional do PRONAF, especialmente quanto à melhoria da adimplência e maior qualificação do crédito, o Banco do Nordeste implementou várias medidas no 1º semestre de 2010, dentre as quais destacamos:

- a) implantação e estruturação das carteiras de negócios;
- b) suprimimento dos funcionários para a carteira de Agricultura Familiar;
- c) elaboração de curso na Comunidade Virtual de Aprendizagem (CVA) sobre PRONAF, destinado a analistas bancários. Já foram treinados 112 funcionários;

- d) implementação de curso presencial para os Gerentes de Negócios (Formação de Gerentes de Negócio PRONAF) e curso para Analista Bancário (Curso de Aperfeiçoamento para Analista Bancário);
- e) assinatura de convênio com o MDA para potencializar financiamentos a grupo de mulheres;
- f) realização, em parceria com o Ambiente de Políticas Territoriais, Ambientais e de Inovação, de 66 eventos do Dia da Agricultura Familiar, em parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania - INEC e com o MDA;
- g) formalização, em parceria com o Ambiente de Políticas de Financiamentos, de parceria com a PETROBRAS para a implantação de programa de biocombustíveis, visando financiar agricultores familiares;
- h) participação no grupo que elaborou minuta para a Lei n. 12.249 que estabelece renegociação de dívidas rurais, inclusive previsão de remissão;
- i) realização com as Unidades Técnicas Estaduais (UTE) do Programa Nacional de Crédito Fundiário para avaliação desses programas, e definição de metas de contratação do PRONAF Grupo A;
- j) participação, com *stand*, na Feira Nacional da Agricultura Familiar, realizada em Fortaleza-CE no primeiro semestre de 2010;
- k) participação na comissão que estudou as alterações Pronaf para o Plano Safra 2010/2011;
- l) implantação do subprograma PRONAF REVITALIZA para o setor de pesca da agricultura familiar, no âmbito do PRONAF Mais Alimentos;
- m) definição de metas de renegociação por gerente de negócio PRONAF ao amparo da Lei n. 11.775;
- n) alteração da forma de comprovação da aplicação de 10% dos recursos do FNE no PRONAF Grupo A, incluindo nesse cálculo as operações do PRONAF Semiárido;
- o) realização, em parceria com a Área de Finanças (Ambiente de Controladoria), de novo estudo de precificação das carteiras do AgroAMIGO, PRONAF e Mini/Pequenos Produtores.

Agroamigo

Em 2004, o BNB iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o INEC, através de um projeto-piloto em duas Agências, com dois assessores em cada uma. A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o programa Agroamigo foi ampliado para todas as Agências do BNB, se constituindo em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares

classificados no PRONAF Grupo “B”, utilizando-se de metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- orientação para o crédito e acompanhamento;
- maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- expansão de atendimento aos agricultores familiares;
- maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento do agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- atendimento ao cliente por profissional especializado (assessor de microcrédito rural);
- uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- promoção e atendimento no local;
- acompanhamento sistemático;
- identificação das necessidades financeiras do cliente;
- orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Este assessor deverá ter suas origens na área de sua atuação; conhecer as potencialidades econômicas locais; ser comprometido com o desenvolvimento local; inspirar confiança na comunidade; ter formação de técnico agrícola ou área afim.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Agroamigo está presente em 159 agências do Banco, assistindo 1.877 municípios por intermédio de 635 Assessores de Microcrédito Rural, funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa.

No primeiro semestre de 2010, foram contratadas 150.864 operações, totalizando R\$ 269,2 milhões. Desde o início da operacionalização do Agroamigo, em 2005, até junho de 2010, foram contratadas 969.487 operações, no montante de R\$ 1,4 bilhão.

A evolução das operações e valores aplicados pelo AgroAMIGO nos exercícios de 2005 até jun/2010 pode ser visualizada nos gráficos a seguir:

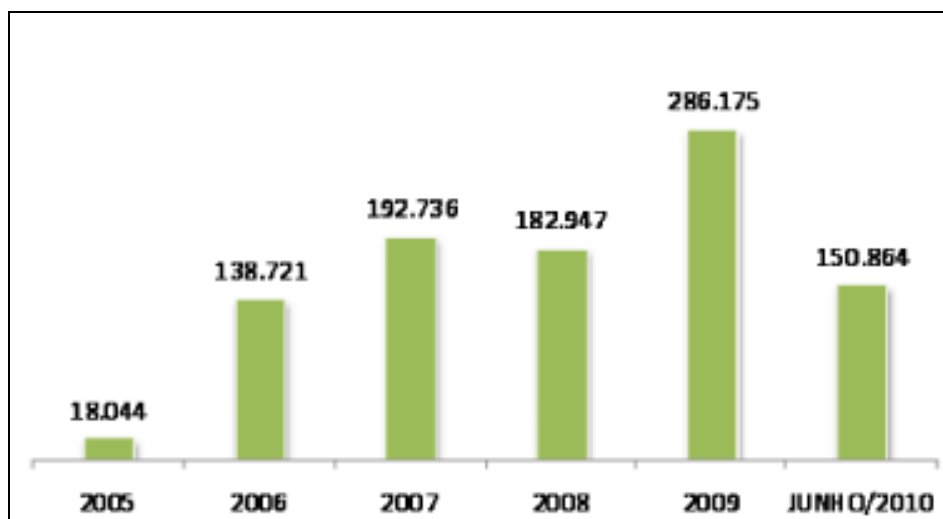


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

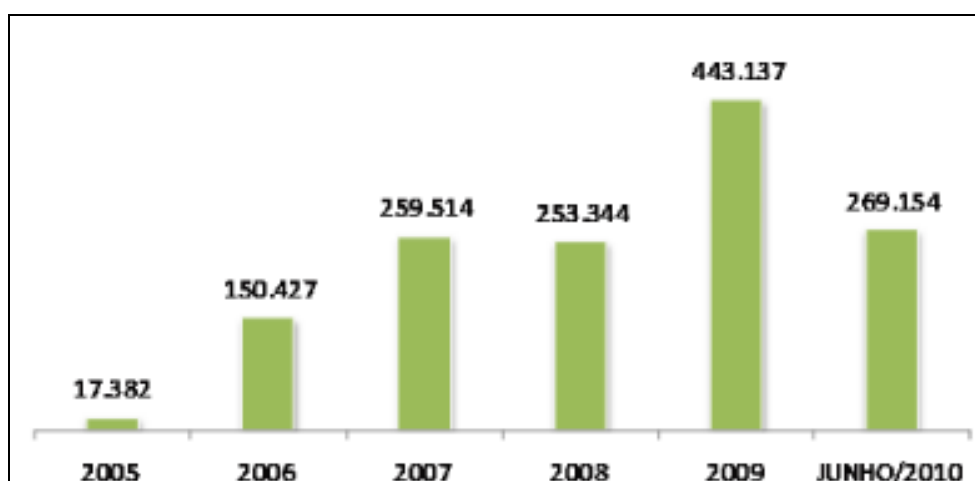


Gráfico 3 – Agroamigo - Valores Contratados por Ano (R\$ Mil)

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e de Programas de Crédito Fundiário.

Destaca-se, abaixo, as principais ações no âmbito do AgroAMIGO (Programa de Microcrédito Rural Produtivo Orientado do Banco do Nordeste) no primeiro semestre de 2010, visando ao seu aperfeiçoamento administrativo e fortalecimento de sua imagem institucional:

- a) inclusão do Agroamigo na regulamentação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO);
- b) lançamento de cartilha sobre o meio ambiente para os clientes do Agroamigo;

- c) disponibilização de 350 computadores para utilização pelos Assessores do Agroamigo;
- d) assinatura de novo contrato com o INEC para continuidade da operacionalização do Agroamigo;
- e) realização de palestra sobre o Agroamigo em Seminário Internacional realizado no Peru;
- f) realização do evento comemorativo dos 5 anos do Agroamigo, com a presença do Presidente LULA;
- g) apresentação do Agroamigo na Assembleia Geral da ALIDE;
- h) implementação de ampla campanha de divulgação dos 5 anos do Agroamigo (TV, Rádio etc.);
- i) lançamento do Guia de Orientação para Gestão das Carteiras dos segmentos Agroamigo, PRONAF e Mini/Pequeno;
- j) criação de novas funções de monitor para acompanhamento do crédito do Agroamigo;
- k) criação do novo SuperAGRO (Mascote do Agroamigo);
- l) lançamento do Prêmio Microcrédito (Agricultor Familiar de Sucesso, atendido pelo Agroamigo);

Apesar dos avanços em relação ao PRONAF, o grande obstáculo a ser vencido é a criação de condições para que os agricultores familiares possam ampliar suas rendas, aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos, além do acesso a novas tecnologias de produção. Ademais, há de se considerar as diferentes capacidades dos agricultores para apropriação dos meios de produção e de seu desenvolvimento. O público do PRONAF caracteriza-se pela diversidade, na medida em que coexistem, sob a mesma política, agricultores integrados ao mercado e aqueles cuja condição de agricultor somente pode ser exercida com a permissão dos patrões.

3.1.2 Setor Agroindustrial

De acordo com a programação do FNE de 2010, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos agroindustriais. Vale ressaltar que não apenas o FNE Agroindustrial, mas também alguns outros setores do FNE, contam com o apoio

do programa FNE Micro e Pequenas Empresas – Programa de Financiamento às MPE’S, que visa fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

O FNE Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do primeiro semestre de 2010, cerca de R\$ 99,5 milhões, o que representou 2,9% do volume contratado pelo FNE no período. De acordo com o Art. 9-A, da Lei n. 7.827/89, acrescenta-se a este valor R\$ 28,6 milhões, contratados neste Setor. Assim, o valor total aplicado pelo BNB com recursos do FNE para o Setor Agroindustrial foi de R\$ 128,1 milhões, apresentando uma redução de 36,0% em relação ao mesmo período de 2009.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a indústria de combustíveis, refino de petróleo e álcool, foi responsável pelo maior volume de recursos, tendo sido contratados, nesta atividade, R\$ 31,8 milhões. Juntamente com as atividades de abate, preparação, produção de carne, aves e pescado (R\$ 22,9 milhões) e processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (R\$ 17,5 milhões), esses três segmentos foram responsáveis por 72,7% das contratações do Setor. Vale ressaltar que o processamento e beneficiamento da cana de açúcar obteve 10,8% das contratações (R\$ 10,8 milhões) (Tabela 11).

Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2010

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	22.952	23,1	0,7
Bebidas e Fumo	70	0,1	-
Laticínios	6.951	7,0	0,2
Process. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	4.195	4,2	0,1
Benef. Fibras	142	0,1	-
Process. Benef. Cana de Açúcar	10.762	10,8	0,3
Prod. e Distr. Eletricidade, Gás e Água	700	0,7	-
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	31.833	32,0	0,9
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	17.483	17,6	0,5
Outras Atividades ⁽²⁾	4.406	4,4	0,2
Total	99.494	100,0	2,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas:(1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e Serv. Aux. de Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura.

A região do semiárido nordestino recebeu R\$ 29,7 milhões das aplicações do FNE Setor Agroindustrial, representando cerca de 30,0% das contratações realizadas por esse segmento e 2,1% do total contratado na região semiárida. As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 70,0% do valor contratado

pelo Setor Agroindustrial (R\$ 69,7 milhões) e 3,4% do total contratado pelo FNE fora do semiárido, no primeiro semestre de 2010 (Tabelas 1.A e 2.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial do FNE beneficiou 244 empreendimentos, sendo 164 de mini, micro e pequeno portes (67,2%), 50 de médio porte (20,5%) e 30 agroindústrias de grande porte (12,3%) (Tabela 39).

Em relação ao porte dos beneficiários, o FNE Setor Agroindustrial destinou R\$ 4,9 milhões para mini e pequenos empreendimentos, perfazendo 5,0% do total das contratações do Setor, no primeiro semestre de 2010. Os empreendimentos de médio porte obtiveram R\$ 47,4 milhões, correspondendo a 47,6% das contratações. Para os grandes empreendimentos foram destinados R\$ 47,2 milhões, totalizando 47,4% das contratações do Setor (Tabela 40).

Os investimentos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do BNB, num total de 72 municípios, que representam 3,6% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 42). O estado de Sergipe foi responsável por mais da metade do volume de recursos contratados, com R\$ 52,0 milhões, o que representa 52,3% do total de recursos destinados ao Setor, sendo que deste total 61,2% (R\$ 31,8 milhões) foram aplicados na atividade de indústria de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool. Em seguida, surgem a Bahia (19,2%) e o Espírito Santo (9,5%). Juntos, esses estados foram responsáveis por 81,0% das contratações do FNE Setor Agroindustrial (Tabela 12).

Tabela 12 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	2.382	2,4
Bahia	19.130	19,2
Ceará	2.871	2,9
Espírito Santo	9.452	9,5
Maranhão	213	0,3
Minas Gerais	140	0,1
Paraíba	3.505	3,5
Pernambuco	6.724	6,8
Piauí	1.523	1,5
Rio Grande do Norte	1.521	1,5
Sergipe	52.033	52,3
Total	99.494	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O estado da Bahia foi o que apresentou maior incremento no volume de recursos, tendo no primeiro semestre de 2009 contratado R\$ 6,5 milhões no Setor, frente a R\$ 19,1 milhões no mesmo período de 2010, incluído os valores contratado através do Art. 9-A, da Lei n. 7.827/89, este total cresce para R\$ 47,7 milhões. Já os outros estados apresentaram redução do total contratado através no FNE Setor Agroindustrial em relação ao mesmo período de 2009.

Quanto ao incremento no segmento do FNE Setor Agroindustrial, o cenário se mostra favorável para o segundo semestre de 2010, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 276,7 milhões, no fim do primeiro semestre.

3.1.3 Setor Industrial e Turismo

O FNE Setor Industrial/Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional e pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR), com objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (Programação do FNE 2010).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO), Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO) e Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA).

No período referente ao primeiro semestre de 2010, o FNE Setor Industrial/Turismo contratou cerca de R\$ 806,7 milhões, correspondendo a 23,0% das contratações totais do FNE no período (Tabela 2). Acrescentando-se a esse percentual as contratações feitas através do Art. 9-A, da Lei n. 7.827/89, que foram da ordem de R\$ 191,5 milhões, a participação desse Setor no FNE eleva-se para 24,3% (R\$ 998,2 milhões), o que representou um acréscimo de 25,4% no volume de recursos contratados no Setor, em relação ao mesmo período de 2009. Até o fim do primeiro semestre de 2010, foram realizadas 1.337 operações no FNE Setor Industrial/Turismo.

As atividades manufatureiras absorveram 17,4% das contratações do FNE no período, o que correspondeu a R\$ 610,8 milhões. As atividades turísticas receberam cerca de R\$ 83,7 milhões, correspondendo a 2,4% das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2010 (Tabela 13).

As contratações com bens de consumo não duráveis destacaram-se totalizando R\$ 309,1 milhões, ou seja, participação de 38,3% nas contratações do Setor e de 8,9% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados está relacionada a calçados (R\$ 61,3 milhões), seguida de cosméticos (R\$ 31,1 milhões) e produtos alimentícios (R\$ 24,5 milhões).

Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	309.179	38,3	8,9
Calçados	61.387	7,5	1,7
Produtos Alimentícios	24.584	3,0	0,7
Têxteis	21.047	2,6	0,6
Gráfica	19.805	2,5	0,6
Cosméticos	31.161	3,9	0,9
Celulose e Papel	3.146	0,4	0,1
Bebidas	19.072	2,4	0,5
Eletroeletrônica	5.266	0,7	0,2
Vestuários e Acessórios	13.283	1,6	0,4
Ind.Prod.Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	19.907	2,5	0,6
Outras Atividades ⁽²⁾	90.521	11,2	2,6
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	281.344	34,8	7,9
Indústria Siderúrgica	871	0,1	0,0
Produtos Químicos	33.342	4,1	1,0
Produtos Plásticos	24.536	3,0	0,7
Tintas, Vernizes e Esmaltes	10.976	1,4	0,3
Minerais não Metálicos ⁽³⁾	88.582	11,0	2,4
Metal Mecânica	13.521	1,7	0,4
Madeira, exceto Mobiliário	568	0,1	0,0
Extração de Minerais Metálicos	1.562	0,2	0,0
Produtos de Borracha	2.962	0,4	0,1
Resinas e Elastômeros	16.985	2,1	0,5
Outras Atividades ⁽⁴⁾	87.439	10,7	2,5
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	20.296	2,5	0,6

Valores em R\$ Mil			
Atividades	Valor	% Setor	% FNE
Mobiliário	20.296	2,5	0,6
TURISMO	83.707	10,5	2,4
Hospedagem	70.638	8,8	2,0
Transportes	7.742	1,0	0,2
Alimentação	3.164	0,4	0,1
Outras Atividades ⁽⁵⁾	2.163	0,3	0,1
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	112.140	13,9	3,2
Total	806.666	100,0	23,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a laticínios, Proces.Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Incluindo a Extração de Minerais Não Metálicos. (4) Outras Atividades referem-se à Indústria Siderúrgica, Ind.Combust.Nucleares, Refino Petróleo e álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais. (5) Entretenimento, Artesanato e Transporte Turístico.

O segmento de bens de consumo intermediário obteve participação de 34,8% no total contratado no Setor Industrial/Turismo, o que representou um volume de recursos de R\$ 281,3 milhões no primeiro semestre de 2010, ou seja, 7,9% das contratações efetivadas no FNE. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a de minerais não metálicos (R\$ 88,6 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 20,3 milhões no primeiro semestre de 2010, o que corresponde a 2,5% do total contratado no Setor Industrial/turismo e 0,6% dos valores contratados no âmbito do FNE (Tabela 13). O Setor Mobiliário contratou a totalidade desses recursos, observando-se que as contratações nesse segmento obtiveram significativo incremento em relação ao total contratado, no mesmo período de 2009, no segmento, quando foram contratados R\$ 8,8 milhões (Tabela 13).

O Setor Turístico recebeu R\$ 83,7 milhões das contratações do FNE no período em análise. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu em relação ao primeiro semestre de 2009, quando foram contratados R\$ 36,1 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 84,4% dos recursos desse Setor (R\$ 70,6 milhões), e essa relevante participação pode ser atribuída à característica de capital intensivo da atividade, já que 90,0% das aplicações foram destinadas à ampliação e à implantação de empreendimentos hoteleiros.

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 313,0 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial/Turismo no primeiro semestre de 2010, correspondendo a 38,8% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial/Turismo contribuiu com 22,0% (Tabela 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor

Industrial/Turismo foi responsável por cerca de R\$ 493,6 milhões, o que representa 61,2% do total contratado nesse Setor e 23,8% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 2.A).

O FNE beneficiou 1.337 empreendedores/empresas no Segmento Industrial e Turismo no primeiro semestre de 2010. Em relação ao porte dos empreendimentos, 74,4% dos beneficiários no FNE Setor Industrial/Turismo, situaram-se nas categorias micro, mini e pequeno porte, enquanto que 19,7% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 5,8% destinaram-se aos beneficiários de grande porte (Tabela 39).

Quanto ao volume de recursos, nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 59,1% dos recursos do Setor (R\$ 476,5 milhões); a de médio porte respondeu por 27,8% das contratações (R\$ 224,1 milhões); e a categoria de micro, mini e pequeno beneficiários foi responsável por 13,1% das contratações do Setor (R\$ 106,0 milhões), conforme Tabela 40.

O FNE Setor Industrial/Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco, beneficiando 348 municípios em 2010, o que representa 17,5% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 42). No primeiro semestre de 2009, esta quantidade foi de 473 municípios. Os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 73,6% das contratações do FNE no Setor (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valor	Valores em R\$ Mil
		%
Alagoas	35.918	4,5
Bahia	127.023	15,7
Ceará	249.180	30,9
Espírito Santo	2.332	0,3
Maranhão	40.208	5,0
Minas Gerais	10.122	1,2
Paraíba	22.472	2,8
Pernambuco	217.745	27,0
Piauí	26.631	3,3
Rio Grande do Norte	43.166	5,3
Sergipe	31.869	4,0
Total	806.666	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O incremento no segmento do FNE Setor Industrial/Turismo, mostra-se favorável para o segundo semestre de 2010, tendo em vista que o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 1,7 bilhão, no fim do primeiro semestre desse mesmo ano (Tabela 2).

3.1.4 Setor Infraestrutura

Dentro do cenário para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que esse desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Desse modo, o Setor passa a ser condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, por meio do acesso a serviços básicos.

A infraestrutura física desempenha papel fundamental e integrador nas economias das regiões, oferecendo sustentação às atividades socioeconômicas. Proporciona, assim, as condições para a implementação das políticas públicas sociais e cria um ambiente favorável aos negócios.

A eficiência da infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, em comparação com as regiões mais desenvolvidas, com uma situação ainda precária em termos de infraestrutura. Essas condições limitam o crescimento da Região e impedem avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que a eficiência dos projetos em infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, depende do apoio financeiro das instituições de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste – PROINFRA financia a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou R\$ 277,2 milhões no primeiro semestre de 2010, o que correspondeu a 8,0% do total contratado pelo FNE no mesmo período. Em relação ao primeiro semestre de 2009, quando foram

contratos R\$ 997,1 milhões, houve decréscimo de 72,2%, que pode ser explicado pela estratificação do valor contratado, segundo as atividades beneficiadas (Tabela 15). No primeiro semestre de 2009, os recursos contratados atenderam a demanda de quatro atividades: Atividades Auxiliares de Transportes (R\$ 16,8 milhões); Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (R\$ 280,1 milhões); Telecomunicações (R\$ 520,2 milhões); e Transporte Ferroviário (R\$ 180,0 milhões). Já no primeiro semestre de 2010, as contratações foram concentradas na atividade de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água (R\$ 277,2 milhões), que manteve o nível de investimento observado no mesmo período de ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, extinguiu o limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido Setor.

Ao valor contratado no Setor pelo FNE, acrescenta-se R\$ 382,3 milhões, contratados de acordo com o Art. 9-A, da Lei n. 7.827/89. Assim, o valor total aplicado pelo BNB com recursos do FNE para o Setor Infraestrutura foi R\$ 659,5 milhões, o que representa um decréscimo de 33,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Vale ressaltar que no mesmo período de 2009, não ocorreram contratações fundamentadas no artigo citado acima.

A atividade do Setor que obteve recurso foi de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	277.194	100,0	8,0
Total	277.194	100,0	8,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, R\$ 126,2 milhões (45,5%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região semiárida, enquanto R\$ 151,0 milhões (54,5%) foram para fora da região semiárida (Tabela 16). Considerando que no mesmo período no ano anterior, 67,6% e 32,4% havia sido aplicado nas Regiões Semiárida e Fora do Semiárido, respectivamente, observa-se que, no primeiro semestre de 2010, houve maior equilíbrio na destinação dos recursos entre as duas Regiões. Essa variabilidade na participação intra-regional pode ser explicada pelas características do próprio Setor, que em poucos projetos, dependendo dos valores financiados e dos municípios demandantes (Tabela 40-A), pode modificar a configuração dos números, pois a destinação dos recursos depende de bons projetos estruturantes, sejam no semiárido ou fora dele.

Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Valores em R\$ Mil	
	Valor	% Setor
Semiárido	126.188	45,5
Outras Regiões	151.006	54,5
Total	277.194	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Dos 11 estados que compõem a área de atuação do FNE, três receberam recursos destinados ao Setor de Infraestrutura. O Estado que obteve o maior volume de recursos foi o Piauí com R\$ 220 milhões, representando 79,4% das contratações no Setor. Em seguida, aparecem os estados da Bahia, com R\$ 39 milhões e 14,1% de representatividade, e o estado da Paraíba com R\$ 18,1 milhões e representatividade de 6,5% (Tabela 17).

No primeiro semestre de 2009, seis estados receberam recursos do FNE, ficando o destaque por conta de Pernambuco (R\$ 548,6 milhões), Maranhão (R\$ 161,7 milhões) e Bahia (R\$ 101,9 milhões) com representatividade de, respectivamente, 55,0%, 16,2% e 10,3%.

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Bahia	39.068	14,1
Paraíba	18.126	6,5
Piauí	220.000	79,4
Total	277.194	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No primeiro semestre de 2010 recursos foram destinados a 4 municípios, representando 0,2% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 42). No mesmo período de 2009, os recursos haviam sido destinados a sete municípios, com destaque para dois pernambucanos, Petrolina (R\$ 368,6 milhões) e Salgueiro (R\$ 180 milhões), que juntos obtiveram 55,1% dos valores contratados, e São Luís(MA) com 16,2% (R\$ 161,7 milhões).

3.1.5 Setor Comercial e Serviços

O FNE Setor Comercial e Serviços contratou R\$ 890,1 milhões no primeiro semestre de 2010, valor superior, em 7,6%, ao primeiro semestre de 2009, período em que foram contratados R\$ 827,3 milhões. Com relação ao número de operações, observa-se, no primeiro semestre de 2010, a contratação de 7.875 operações no Setor. Registre-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido Setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20% podendo chegar a 30%, desde que autorizado pelo conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A elevada demanda de recursos nesse segmento deve ser atribuída à enorme importância do Setor de Serviços na economia nordestina, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, o segmento comercial obteve significativa participação de 60,8% (R\$ 541,4 milhões), enquanto o de serviços obteve 39,2% (R\$ 348,7 milhões) dos valores contratados do Setor. Observa-se incremento de 49,4% no Setor de Serviços e decréscimo de 8,8% no comércio, das aplicações em relação ao mesmo período de 2009. O Setor Comercial e Serviços ocupa a segunda posição entre os que mais contratam pelo FNE (25,4% de participação), ficando atrás somente do Setor Rural, com 40,7% (Tabela 2).

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram saúde (R\$ 57,1 milhões), telecomunicações (R\$ 53,1 milhões), edifícios e obras de engenharia civil (R\$ 37,9 milhões), que totalizaram 42,5% dos recursos contratados nesse segmento. Em relação ao comércio, destacam-se, o comércio varejista, com participação de 60,9% dos recursos do segmento, totalizando R\$ 329,6 milhões (Tabela 18).

Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil	
			% FNE	
COMÉRCIO	541.431	60,8	15,5	
Comércio Varejista	329.562	37,0	9,4	
Comércio Atacadista	141.027	15,8	4,1	
Alimentação	10.437	1,2	0,3	
Outros	60.405	6,8	1,7	
SERVIÇOS	348.713	39,2	9,9	
Imobiliárias e Aluguéis	6.639	0,7	0,3	
Saúde	57.090	6,4	1,6	

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
Serv. Auxiliar à Indústria	183	0,0	-
Telecomunicações	53.122	6,0	1,5
Educação	12.959	1,5	0,4
Transporte Rodoviário	26.045	2,9	0,7
Reparação e Conservação	11.881	1,3	0,3
Serviços Pessoais	6.890	0,8	0,2
Edifícios e Obras de Eng.Civil	37.878	4,3	1,1
Entretenimento e Lazer	1.552	0,2	-
Serv. Aux. Adm. Empresas	11.481	1,3	0,3
Outros	122.993	13,8	3,5
Total	890.144	100,0	25,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No tocante à região geográfica, o semiárido foi beneficiado com R\$ 314,4 milhões dos recursos do FNE Setor Comercial e Serviços, no primeiro semestre de 2010, com 35,3% do valor total do Setor e 22,1% do total aplicado no semiárido. Fora do semiárido, o valor contratado foi de R\$ 575,7 milhões, representando um total de 64,7% do Setor e 27,7% do total aplicado nessa região (Tabelas 19, 1-A e 2-A).

Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil				
Região	Quantidade	%	Valor	%
Semiárido	4.104	52,1	314.419	35,3
Outras Regiões	3.771	47,9	575.725	64,7
Total	7.875	100,0	890.144	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Os mini, micro e pequenos empreendimentos foram os que obtiveram o maior volume de recursos, totalizando R\$ 390,3 milhões, representando 43,9% das contratações. Os de grande porte vieram em seguida, com R\$ 268,5 milhões, ou seja, 30,1% das contratações. Já os empreendimentos de médio porte contrataram R\$ 231,3 milhões, significando 26,0% dos recursos aplicados (Tabela 20).

Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010

Porte	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Mini/Micro/Pequeno	6.883	87,4	390.344	43,9
Médio	846	10,7	231.323	26,0
Grande	146	1,9	268.477	30,1
Total	7.875	100,0	890.144	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar o crescimento nos valores contratados para os mini, micro e pequenos empreendimentos, que obtiveram um crescimento de 20,3%, se comparados ao mesmo período do ano anterior. Já com relação aos de grande porte, nota-se um acréscimo de 11,4% no seu valor. Este movimento sinaliza o esforço do BNB em priorizar os clientes de menor porte.

Tradicionalmente, o Setor de Comércio do Nordeste brasileiro é marcado por mini/micro/pequenos empreendimentos, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à quantidade de operações, analisando o movimento entre os portes, observa-se que os mini, micro e pequenos contrataram 87,4% das operações; o médio porte, 10,7% e o grande, 1,9%.

No âmbito estadual aparece com destaque o Estado do Ceará com o valor contratado de R\$ 193,9 milhões (21,8%), seguido por Pernambuco com R\$ 156,4 milhões (17,6%) e Bahia com R\$ 137,4 milhões (15,4%). Esses três estados juntos contrataram 54,8% dos recursos destinados ao Setor (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	202	2,6	14.808	1,7
Bahia	1.329	16,9	137.358	15,4
Ceará	1604	20,4	193.897	21,8
Espírito Santo	120	1,5	26.606	3,0
Maranhão	508	6,5	123.920	13,9
Minas Gerais	494	6,3	38.668	4,3
Paraíba	559	7,1	46.418	5,2
Pernambuco	1.318	16,7	156.423	17,6
Piauí	545	6,9	45.842	5,1

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rio Grande do Norte	663	8,4	47.226	5,4
Sergipe	533	6,7	58.978	6,6
Total	7.875	100,0	890.144	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

Numa perspectiva global, a distribuição dos percentuais de contratação dos recursos do FNE para o exercício de 2010, apresentados na Tabela 22, mostrou que, em todos os segmentos de Setores/Programas, as contratações foram realizadas de acordo com a programação para esse período.

Tabela 22 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa - Primeiro Semestre de 2010

Setor/Programa	Programado (%)	Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	23,5	1.017.064	29,1
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	29,7	953.548	27,3
Comércio e Serviços ⁽²⁾	17,3	889.471	25,4
Programas Especiais ⁽³⁾	29,5	638.725	18,3
Total	100,0	3.498.808	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive os Programas Especiais (PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde e FNE-Pró-Recuperação Ambiental). (3) PRONAFs, INOVAÇÃO, PROCULTURA, FNE-Verde e FNE-Pró-Recuperação Ambiental (Rural, Industrial e Comércio e Serviços).

Essa é uma tendência que vem se verificando nos últimos quatro anos, de 2006 a 2009, para todos os setores, Rural e Agroindustrial; Indústria, Turismo e Infraestrutura; Comércio e Serviços e Programas Especiais, conforme se observa nos Gráficos 4 a 7, a seguir. Mesmo nos gráficos comparativos da programação e realização dos setores Comércio e Serviços, observa-se uma aproximação desses números, rompendo uma linha praticamente estável de realizações em níveis 11% superiores à programação, durante dois anos seguidos (2007 e 2008); o mesmo se observa para os Programas Especiais, cujos valores realizados, no ano de 2008, situaram-se 13,0 pontos percentuais abaixo da programação e, ao final do exercício de 2009, atingiram um nível de realização 5,3 pontos percentuais abaixo do programado.

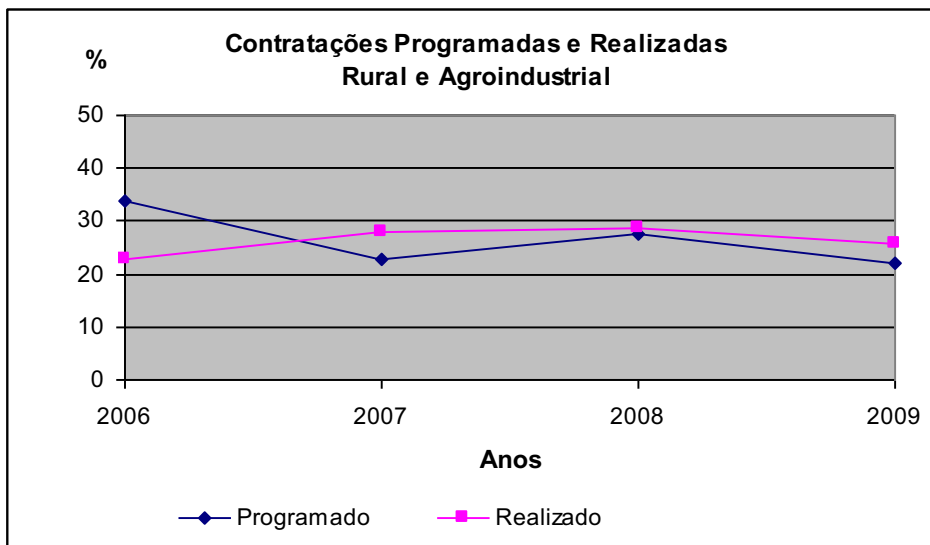


Gráfico 4 - Contratações Programadas e Realizadas - Rural e Agroindustrial

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

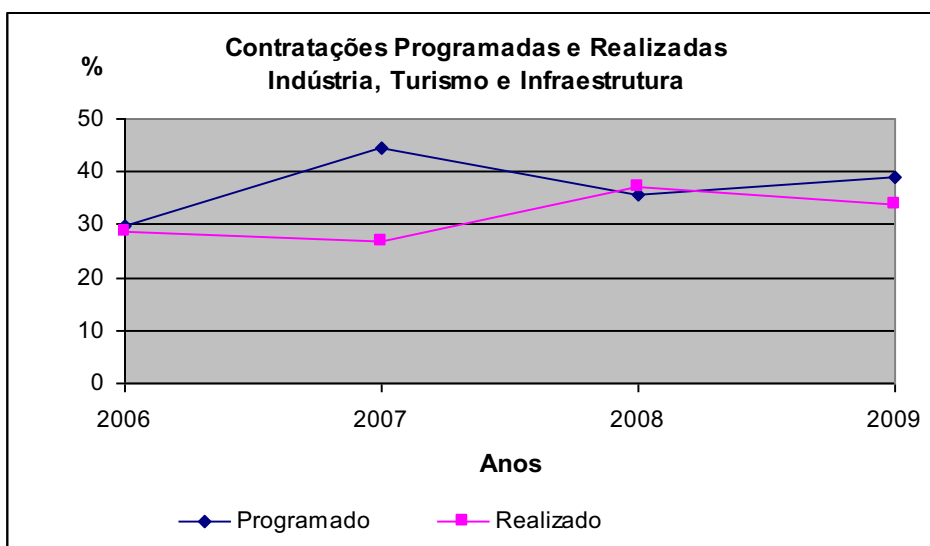


Gráfico 5 - Contratações Programadas e Realizadas - Indústria, Turismo e Infraestrutura

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

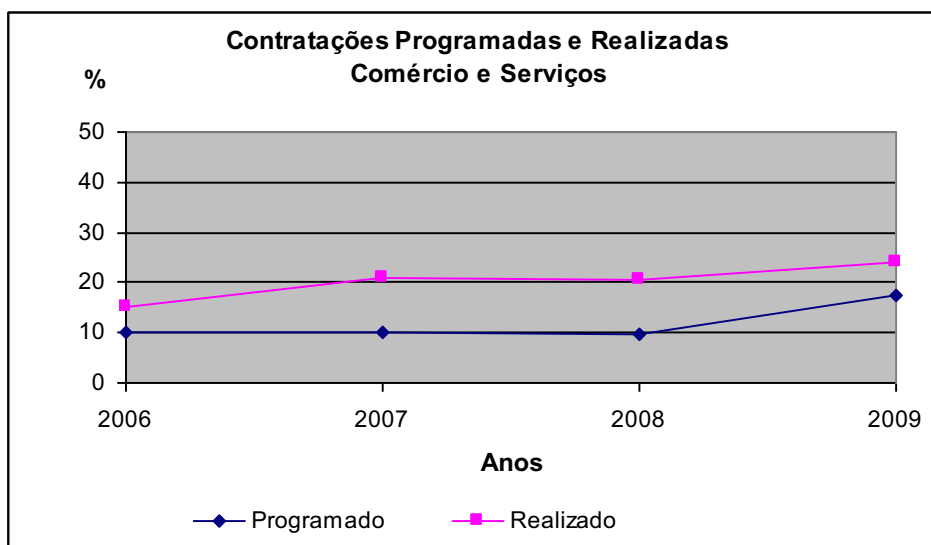


Gráfico 6 - Contratações Programadas e Realizadas - Comércio e Serviços

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

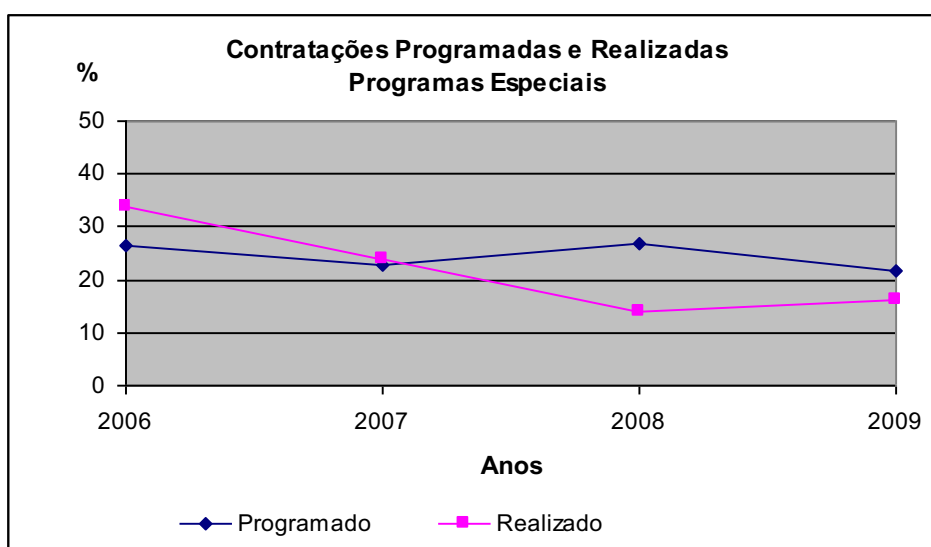


Gráfico 7 - Contratações Programadas e Realizadas - Programas Especiais

Fonte: Programações e Relatórios do FNE.

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, é importante ressaltar que o limite outrora estabelecido de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, com possibilidade de alcançar até 30,0%, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008. Esta medida se mostra acertada, uma vez que os valores demandados para esse segmento tendem a crescer, tendo em vista a estrutura econômica regional, caracterizando-se por ser potencialmente geradora de empregos.

No que se refere ao total de recursos, está programada, para 2010, a aplicação de R\$ 8,0 bilhões. Nesse primeiro semestre, 44% dessa meta foi

cumprida. Para o segundo semestre de 2010, a expectativa é de aumento no volume de aplicações, impulsionado pelos esforços das unidades operadoras do BNB em estimular a demanda, à luz das políticas e programas dos governos municipais e estaduais, e da programação elaborada para o exercício, no sentido do cumprimento integral da meta programada.

Relativamente às projeções para aplicações nas mesorregiões da PNDR para o Nordeste, observa-se que no período de 2006 a 2009, de maneira geral, os valores contratados ultrapassam a programação, em média em 186,9%, num esforço permanente de estimular os investimentos nessas mesorregiões priorizadas pelo Ministério da Integração Nacional (Tabelas 23 a 26).

Tabela 23 - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões em 2006

Valores em R\$ Mil						
Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	0	0,0	0	0,0	0	0
Chapada das Mangabeiras	11.142	15,3	209.000	48,6	236.651	113,2
Chapada do Araripe	16.633	22,8	52.000	12,1	74.207	142,7
Jequitinhonha/Mucuri	12.980	17,8	78.000	18,1	193.022	247,5
Seridó	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Xingo	32.235	44,2	91.000	21,2	123.318	135,5
Total	72.990	100,0	430.000	100,0	627.198	145,9

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2006.

Tabela 24 - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões em 2007

Valores em R\$ Mil						
Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	3.574	5,8	27.000	5,1	63.367	234,7
Chapada das Mangabeiras	6.532	10,6	126.000	23,7	329.141	261,2
Chapada do Araripe	13.268	21,6	86.000	16,2	85.038	98,9
Jequitinhonha/Mucuri	8.982	14,6	99.000	18,6	75.368	76,1
Seridó	8.655	14,1	31.000	5,8	38.965	125,7
Xingo	20.413	33,2	162.000	30,5	95.995	59,3
Total	61.424	100,0	531.000	100,0	687.874	129,5

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2007.

Tabela 25 - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões em 2008

Valores em R\$ Mil						
Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	3.752	7,1	80.000	11,6	323.366	404,2
Chapada das Mangabeiras	4.614	8,8	258.400	37,5	596.807	231,0
Chapada do Araripe	11.359	21,5	100.900	14,6	230.086	228,0
Jequitinhonha/Mucuri	8.513	16,1	129.700	18,8	133.791	103,2
Seridó	7.869	14,9	32.800	4,8	41.376	126,1

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Xingo	16.608	31,5	87.600	12,7	191.745	218,9
Total	52.715	100,0	689.400	100,0	1.517.171	220,1

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2008.

Tabela 26 - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões em 2009

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	4.361	7,3	8.800	1,7	140.022	1591,2
Chapada das Mangabeiras	6.245	10,4	51.100	9,7	491.247	961,3
Chapada do Araripe	14.003	23,3	109.800	20,9	332.013	302,4
Jequitinhonha/Mucuri	9.596	16,0	193.300	36,8	145.926	75,5
Seridó	8.326	13,9	57.500	11,0	53.812	93,6
Xingo	17.563	29,2	104.100	19,8	158.799	152,5
Total	60.094	100,0	524.600	100,0	1.321.819	252,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2009.

Nessa perspectiva, a observação comparativa dos valores de contratações programados e realizados, no primeiro semestre de 2010, para as mesorregiões da PNDR, revela que, se o comportamento se repetir no segundo semestre, as contratações superarão as programações em 71,5% (Tabela 27).

Tabela 27 - Contratações Programadas e Realizadas - Por Mesorregiões - Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor Programado	%	Valor Realizado	%
Bico do Papagaio	2.037	6,6	194.100	23,7	88.613	45,7
Chapada das Mangabeiras	3.754	12,2	106.300	13,0	305.514	287,4
Chapada do Araripe	6.812	22,2	180.900	22,1	123.746	68,4
Jequitinhonha/Mucuri	4.170	13,6	212.300	25,9	54.684	25,8
Seridó	4.252	13,9	61.000	7,4	25.689	42,1
Xingo	9.656	31,4	64.600	7,9	104.204	161,3
Total	30.681	100,0	819.200	100,0	702.450	85,7

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Programação do FNE 2010.

Vale lembrar que os valores programados para contratação não se constituem em metas rígidas, mas recomendações às Agências e Superintendências do BNB, tendo em vista a melhor distribuição dos recursos por programas de crédito e setores econômicos. A qualidade e a sustentabilidade dos

projetos representam os principais fatores que determinam, em última instância, os números finais da aplicação dos recursos por programas.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2010 totalizaram R\$ 3,5 bilhões, representando um decréscimo de 10,9% em relação ao valor de R\$ 3,9 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2009. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 700,6 milhões), Ceará (R\$ 583,5 milhões), Pernambuco (R\$ 516,2 milhões), Piauí (R\$ 438,5 milhões) e Maranhão (R\$ 375,6 milhões). Apesar da variação negativa no total de contratações com relação ao primeiro semestre de 2009, houve crescimento do volume de recursos contratados nos estados do Piauí (170,9%), Minas Gerais (43,2%), Sergipe (29,3%), Bahia (19,3%) e Ceará (6,1%). Por outro lado, estados como Alagoas e Pernambuco apresentaram queda de 54,8% em suas contratações (Tabela 28).

Vale ressaltar que o considerável crescimento do volume de contratações no Estado do Piauí se refere principalmente a duas operações de infraestrutura, relacionadas a eletricidade, gás e água, que abrangem 50,2% do total contratado no Estado.

Tabela 28 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	103.304	3,0	131.423	234.727	3,1
Bahia	700.645	20,0	1.022.433	1.723.078	22,7
Ceará	583.540	16,7	972.313	1.555.853	20,5
Espírito Santo	58.786	1,7	27.428	86.214	1,1
Maranhão	375.596	10,7	305.363	680.959	9,0
Minas Gerais	190.375	5,4	223.098	413.473	5,4
Paraíba	125.006	3,6	46.171	171.177	2,3
Pernambuco	516.185	14,8	1.036.873	1.553.058	20,4
Piauí	438.506	12,5	157.853	596.359	7,8
Rio Grande do Norte	169.067	4,8	116.373	285.440	3,8
Sergipe	237.798	6,8	68.786	306.584	4,0
Total	3.498.808	100,0	4.108.114	7.606.922	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 4,1 bilhões no final do primeiro semestre de 2010, e com relação ao primeiro semestre de 2009, apresentaram crescimento de 7,8%. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados de

Pernambuco (R\$ 1,0 bilhão), Bahia (R\$ 1,0 bilhão), Ceará (R\$ 972,3 milhões) e Maranhão (R\$ 305,3 milhões) Entretanto, dentre os estados atendidos pelo BNB, 5 registraram decréscimos nas propostas em carteira, sendo os maiores decréscimos representados pelos estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe da ordem de 58,6% e 50,2%, respectivamente.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2010 (R\$ 7,6 bilhões), apresentou decréscimo de 1,7% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2009 (R\$ 7,7 bilhões). A Bahia, o Ceará e Pernambuco despontaram com as maiores demandas por Estado, com uma média de R\$ 1,6 bilhão, de acordo com a Tabela 28.

Com relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2010, verifica-se que três unidades federativas não atingiram o piso mínimo estabelecido internamente de 4,5% do total de aplicações anuais do Fundo: Espírito Santo (1,7%), Alagoas (3,0%) e Paraíba (3,6%), o que poderá ser revertido até o fim do exercício de 2010. Em relação ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum Estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 28).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2010, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%), cuja região norte foi integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 17,3 bilhões), Ceará (R\$ 10,7 bilhões), Pernambuco (R\$ 8,5 bilhões) e Maranhão (R\$ 7,3 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 64,9% do total das contratações. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco (Tabela 29).

Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	3.444.402	5,1
Bahia	17.269.889	25,6
Ceará	10.758.853	15,9
Espírito Santo	707.071	1,0
Maranhão	7.291.580	10,8
Minas Gerais	3.453.549	5,1
Paraíba	3.768.664	5,6
Pernambuco	8.536.532	12,6

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Piauí	4.566.677	6,8
Rio Grande do Norte	4.323.979	6,4
Sergipe	3.443.555	5,1
Total	67.564.751	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2010.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 1,4 bilhão no primeiro semestre de 2010, representando crescimento de 28,7% em relação ao mesmo período de 2009 (R\$ 1,1 bilhão). Nesse setor, os estados que mais receberam recursos foram Bahia (R\$ 378,1 milhões), Maranhão (R\$ 211,3 milhões) e Piauí (R\$ 144,5 milhões). Os valores contratados nesses três estados significam 51,5% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia (Tabela 30).

As contratações no FNE Setor Rural, referentes ao primeiro semestre de 2010, quando comparadas com o mesmo período de 2009, apresentaram variações negativas apenas nos estados do Ceará (6,6%) e do Espírito Santo (15,2%). As maiores variações positivas ocorreram em Alagoas (80,2%), Sergipe (64,8%), Piauí (59,9%) e Bahia (51,0%), conforme Tabela 30.

Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valores em R\$ Mil					
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	50.196	2.382	35.918	0	14.808	103.304
Bahia	378.066	19.130	127.023	39.068	137.358	700.645
Ceará	137.592	2.871	249.180	0	193.897	583.540
Espírito Santo	20.396	9.452	2.332	0	26.606	58.786
Maranhão	211.255	213	40.208	0	123.920	375.596
Minas Gerais	141.445	140	10.122	0	38.668	190.375
Paraíba	34.485	3.505	22.472	18.126	46.418	125.006
Pernambuco	135.293	6.724	217.745	0	156.423	516.185
Piauí	144.510	1.523	26.631	220.000	45.842	438.506
Rio Grande do Norte	77.154	1.521	43.166	0	47.226	169.067
Sergipe	94.918	52.033	31.869	0	58.978	237.798
Total	1.425.310	99.494	806.666	277.194	890.144	3.498.808

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No segmento Agroindustrial, o total contratado alcançou, no primeiro semestre de 2010, R\$ 99,5 milhões, representando queda de 50,3% sobre o primeiro semestre de 2009. Essa variação negativa se deveu ao decréscimo das contratações em praticamente todos os estados, principalmente no Maranhão (99,0%), em Alagoas (96,1%) e em Minas Gerais (84,1%). Um aspecto relevante a ser observado é o crescimento de 192,8% nas contratações do estado da Bahia para o setor Agroindustrial. Tal crescimento se deve a quatro operações de grande porte realizadas nesse estado, que foram responsáveis por 63,5% do total contratado no setor.

Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no setor Agroindustrial, no primeiro semestre de 2010, estão nos estados de Sergipe (R\$ 52,0 milhões), Bahia (R\$ 19,1 milhões), Espírito Santo (9,4 milhões) e Pernambuco (R\$ 6,7 milhões), conforme Tabela 30.

Nos Setores de Indústria e Turismo, as operações totalizaram R\$ 806,7 milhões, registrando um pequeno acréscimo de 1,3% sobre as contratações do primeiro semestre de 2009. Ressalte-se o bom desempenho do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, cujas contratações atingiram R\$ 249,2 milhões, R\$ 217,7 milhões e R\$ 127,0 milhões, respectivamente, em 2010. Destaca-se o incremento, em relação ao primeiro semestre de 2009, da ordem de 331,9%, nas contratações desse Setor no Estado do Espírito Santo. Além desse Estado, sobressaíram-se também Piauí (172,1%) e Minas Gerais (110,8%). Os estados da Paraíba e de Pernambuco apresentaram retração de 25,6% e 36,2%, respectivamente, nas contratações do Setor Industrial/Turismo no primeiro semestre de 2010, quando comparado ao primeiro semestre do ano imediatamente anterior (Tabela 30).

O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 277,2 milhões no primeiro semestre de 2010, com retração de 72,2%, na comparação com o primeiro semestre de 2009. Do total de recursos contratados neste Setor 79,4% se destinaram ao Estado do Piauí. Além deste Estado, Paraíba e Bahia realizaram contratações no primeiro semestre de 2010 as quais sofreram retração em relação ao mesmo período de 2009, da ordem de 61,7% e 69,3%, respectivamente.

O Setor Comercial e Serviços elevou em 7,6% o valor contratado no primeiro semestre de 2010 (R\$ 890,1 milhões), comparado com o mesmo período de 2009 (R\$ 827,3 milhões). Sete estados elevaram o valor de suas contratações nesse setor. As maiores expansões ocorreram nos estados de Sergipe (67,6%), Espírito Santo (42,8%), Maranhão (41,1) e Pernambuco (40,8%).

Quanto ao montante de contratações, no primeiro semestre de 2010, os maiores destaques foram Ceará (R\$ 193,9 milhões), Pernambuco (R\$ 156,4 milhões), Bahia (R\$ 137,3 milhões) e Maranhão (R\$ 123,9 milhões), por ordem decrescente de valores contratados (Tabela 30).

O número de beneficiários do FNE totalizou 530,8 mil no primeiro semestre de 2010, registrando ampliação de 7,3% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2009. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (94,6 mil), seguido do Ceará (77,1 mil), Maranhão (68,8 mil) e Pernambuco (60,4 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 48,4 mil e 26,7 mil, destoando dessa média apenas o Estado do Espírito Santo que apresentou 703 beneficiários (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº de Beneficiários	Distribuição do Crédito R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	103.304	34.822	2.966,63	11
Bahia	700.645	94.593	7.406,94	6
Ceará	583.540	77.104	7.568,22	5
Espírito Santo	58.786	703	83.621,62	1
Maranhão	375.596	68.798	5.459,40	7
Minas Gerais	190.375	48.468	3.927,85	9
Paraíba	125.006	38.516	3.245,56	10
Pernambuco	516.185	60.405	8.545,40	4
Piauí	438.506	48.025	9.130,79	2
Rio Grande do Norte	169.067	32.651	5.178,00	8
Sergipe	237.798	26.691	8.909,30	3
Total	3.498.808	530.776	6.591,87	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2010 foi de R\$ 6.591,87, valor 16,9% inferior ao valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2009, que foi de R\$ 7.938,61. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 83.621,62) cujo valor diverge, inclusive, da média das cinco maiores relações contratação/beneficiário, apresentada pelos estados do Piauí, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Bahia que ficou em torno de R\$ 8.312,13. As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos estados de Alagoas (R\$ 2.996,63), Paraíba (R\$ 3.245,56) e Minas Gerais (R\$ 3.927,85), conforme Tabela 31.

Os três estados mais populosos da região Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará – foram também aqueles que mais contrataram recursos do FNE no primeiro semestre de 2010. Considerando-se toda área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 61,2 por habitante, comparada a R\$ 69,4, no mesmo período de 2009. O Piauí apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$

139,4/habitante, seguido pelos estados de Sergipe (R\$ 117,7/habitante), Espírito Santo (R\$ 70,5) e Ceará (R\$ 68,3/habitante) (Tabela 32).

Tabela 32 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente - Primeiro Semestre de 2010

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	103.304	3.156	32,7	11
Bahia	700.645	14.637	47,9	9
Ceará	583.540	8.548	68,3	4
Espírito Santo ⁽²⁾	58.785	834	70,5	3
Maranhão	375.596	6.367	59,0	6
Minas Gerais ⁽²⁾	190.375	2.796	68,1	5
Paraíba	125.006	3.770	33,2	10
Pernambuco	516.185	8.810	58,6	7
Piauí	438.506	3.145	139,4	1
Rio Grande do Norte	169.067	3.138	53,9	8
Sergipe	237.799	2.020	117,7	2
Total	3.498.808	57.221	61,2	-

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Estimativa da População 2009.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Refere-se ao norte do Estado, área de atuação do BNB.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 33 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 3,7% do PIB desse setor gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí e Sergipe, em torno de 10% Rio Grande do Norte (5,5%) e os demais estados todos abaixo de 5,0%. No setor secundário, a importância relativa do Fundo foi de 0,9%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados de Pernambuco (1,6%), Piauí (1,1%) e Rio Grande do Norte (0,8%).

Tabela 33 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados - Primeiro Semestre de 2010

Estado	FNE Setor Rural/ PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/ PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	3,4	8	0,8	5
Bahia	3,4	7	0,4	8
Ceará	3,7	6	2,1	1
Espírito Santo ⁽²⁾	0,6	11	0,1	11
Maranhão	3,0	9	0,7	6
Minas Gerais ⁽²⁾	4,8	4	0,3	10
Paraíba	2,3	10	0,4	9

Estado	FNE Setor Rural/ PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/ PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Pernambuco	3,9	5	1,6	2
Piauí	10,3	1	1,1	3
Rio Grande do Norte	5,5	3	0,8	4
Sergipe	10,0	2	0,6	7
Total	3,7	-	0,9	-

Fonte: BNB – ETENE e IBGE - Contas Regionais 2003 a 2007.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os valores que deram origem aos percentuais apresentados para estes estados, se referem apenas ao somatório dos municípios.

3.3.2 Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino. Assim, é que o FNE alocou R\$ 27,3 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2010. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram maior volume de recursos, na ordem de R\$ 40,2 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 34).

Tabela 34 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010

Região	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
			%
Semiárido	27.323.740		40,4
Fora do Semiárido	40.241.011		59,6
Total	67.564.751		100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2010.

No primeiro semestre de 2010, o FNE aplicou R\$ 1,4 bilhão na região do semiárido nordestino, ou seja, 40,7% dos valores contratados através do Fundo. Aproximadamente 331 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 62,4% do total de beneficiários do Fundo, no período sob análise (Tabela 35).

Tabela 35 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região - Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Região	No de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	331.212	62,4	1.423.357	40,7
Fora do Semiárido	199.564	37,6	2.075.451	59,3
Total	530.776	100,0	3.498.808	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se o crescimento dos valores aplicados no semiárido em relação aos ingressos dos recursos. Assim, a relação contratações no semiárido e ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração foi, em 2009, de 83,3% (R\$ 3,0 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 3,6 bilhões de ingresso de recursos). Referida relação é de 96,5% quando se considera o período de 1989 ao primeiro semestre de 2010 (R\$ 30,3 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 31,4 bilhões de ingressos de recursos) e representa um significativo trabalho de estímulo ao financiamento de empreendimentos nessa região do semiárido nordestino, uma vez que no período de 1989 ao primeiro semestre de 2009, essa relação era de 53,2%.

Considerando-se apenas o primeiro semestre de 2010, essa relação é de 70,0% (R\$ 1,4 bilhão de contratações no semiárido e R\$ 2,0 bilhões de ingressos de recursos), de acordo com as Tabelas 5 e 35.

Este resultado vem refletir o esforço do BNB no cumprimento do que preceitua a legislação do FNE, a qual prevê participação de 50% das contratações do Fundo na região semiárida. Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da Região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados...” (Brasil, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de 25% e de 15% para os mutuários das demais regiões (Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está localizado totalmente fora do semiárido; atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino estar inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de

recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido, implicaria, portanto, aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na Região Nordeste como um todo e, conseqüentemente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, deve-se considerar as peculiaridades dos estados da região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, registrar significativos índices de crescimento econômico e assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste mostra, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) dos trinta municípios do Nordeste com menores índices de IDH, doze estão localizados no Maranhão; b) os 10 municípios do Nordeste com menor renda familiar, e um deles ocupando a última posição do *ranking*, também são maranhenses; c) os níveis de alfabetização mais baixos do País, o que vai refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão registrados no Maranhão (UNICEF/IBGE, 1994); e d) o PIB e a renda *per capita* do Maranhão figuram na última posição do *ranking* nacional, no ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia local menos dinâmica, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os como localizados ou não no semiárido. Outras questões igualmente importantes precisam ser consideradas na identificação dos estados que requerem maior incentivo através dos recursos alocados pelo Fundo. Indicadores como PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, índices de alfabetização, coeficiente de mortalidade infantil e índices de pobreza, dentre outros, devem ser considerados, também, no processo de identificação dos estados que requerem maior incentivo e, conseqüentemente, maior aporte de recursos do Fundo.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresentam-se, nas Tabelas 36 e 37, os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2010, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 40,4 para 45,3% portanto 4,9 pontos

percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE (Tabelas 34 e 36).

Tabela 36 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010

Região	Valor ⁽²⁾	Valores em R\$ Mil	
			%
Semiárido	27.323.740		45,3
Fora do Semiárido	32.949.431		54,7
Total	60.273.171		100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2010.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão no primeiro semestre de 2010 (R\$ 376,0 milhões), a participação percentual do semiárido, neste período, eleva-se de 40,7% para 45,6%, direcionando-se para o que preceitua a legislação do Fundo (Tabelas 30, 35 e 37).

Tabela 37 - FNE - Contratações ⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão) - Primeiro Semestre de 2010

Região	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárido	331.212	71,7	1.423.357	45,6
Fora do Semiárido	130.766	28,3	1.699.855	54,4
Total	461.978	100,0	3.123.212	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

Apesar das questões acima colocadas, o BNB tem adotado ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE na região semiárida.

O Banco do Nordeste, ao longo dos últimos vinte anos, vem envidando esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura, ao semiárido, a aplicação de, pelo menos, a metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando uma maior captação de recursos por essa sub-região. O próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe o

envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2010, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 50,5% (R\$ 4,04 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2010 (R\$ 8,0 bilhões) destinado ao semiárido.

Para elevar as aplicações nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados na mencionada região, especialmente para as empresas exportadoras e os empreendedores localizados nas RIDEs (Regiões Integradas de Desenvolvimento) Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e, nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido, tornando-os mais atrativos para a aplicação nessa região.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial – que associa a geração de negócios à organização das atividades produtivas, visando ao aumento da competitividade e à inclusão socioeconômica de mini e pequenos produtores.

Ressalte-se que todo o direcionamento estratégico do Banco se dá no sentido de envidar esforços para aplicar a metade dos recursos no semiárido. Assim, mantém-se a diretriz de priorizar projetos que contemplem atividades produtivas que possam ser desenvolvidas nessa região.

Espera-se, com estas ações, alavancar ainda mais as aplicações no semiárido, aproximando-se do que determina a legislação do FNE.

3.3.3 Contratações por Porte de Beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 40,1% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 27,1 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2010. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 8,6 bilhões, ou seja, 12,7% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 31,9 bilhões, o equivalente a 47,2% do total de contratações do FNE (Tabela 38).

Tabela 38 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2010

Porte	Valores em R\$ Mil	
	Valor ⁽²⁾	%
Mini/Pequeno	27.107.240	40,1
Médio	8.556.264	12,7
Grande	31.901.247	47,2
Total	67.564.751	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2010. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2010.

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram nos setores rural; agroindustrial, industrial e turismo; e comercial e serviços atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2010, em termos de quantidade de beneficiários. No segmento de infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do Setor, foram atendidos apenas empreendimentos de médio e grande portes. Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 527,6 mil, o que equivale a 99,4% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no período em foco.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (521,3 mil), segmento que registra 519,6 mil beneficiários

responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini e pequeno portes (Tabela 39).

Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Industrial e Turismo. Nos cinco setores, somaram 0,5% de todos os beneficiários do Fundo, no primeiro semestre de 2010 (Tabela 39).

No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação percentual mais destacada desse porte, ocorreu nos setores Agroindustrial, 12,3% dos beneficiários e de Infraestrutura, 50,0% dos beneficiários (Tabela 39).

Tabela 39 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2010

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial/ Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro /Pequeno	519.594	99,6	164	67,2	995	74,4	-	-	6.883	87,4	527.636	99,4
Médio	1.328	0,3	50	20,5	264	19,7	2	50,0	846	10,7	2.490	0,5
Grande	394	0,1	30	12,3	78	5,8	2	50,0	146	1,9	650	0,1
Total	521.316	100,0	244	100,0	1.337	100,0	4	100,0	7.875	100,0	530.776	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 33,3% dos recursos do FNE foram destinados aos mini e pequenos produtores, no primeiro semestre de 2010, perfazendo um total de R\$ 1,2 bilhões, apresentando incremento de 16,9%, quando comparado ao mesmo período de 2009. Os valores para este porte de empreendedores foram mais expressivos nos setores rural (R\$ 662,6 milhões) e comercial e serviços (R\$ 390,3 milhões), conforme Tabela 40.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2010, obtiveram recursos da ordem de R\$ 717,7 milhões, com incremento de 23,4% no volume de recursos. A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 46,2% no primeiro semestre de 2010, com redução de 22,9 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2009. Em termos de volume de recursos contratados por esta categoria, houve redução de 31,2% em relação ao primeiro semestre de 2009 (R\$ 2,3 bilhões), conforme Tabela 40.

Tabela 40 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2010

Porte	Rural		Agro-industrial		Industrial/ Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Mini/Micro /Pequeno	662.590	46,5	4.907	5,0	106.015	13,1	0	0,0	390.344	43,9	1.163.856	33,3
Médio	157.634	11,1	47.395	47,6	224.147	27,8	57.194	20,6	231.324	26,0	717.694	20,5
Grande	605.086	42,4	47.192	47,4	476.504	59,1	220.000	79,4	268.476	30,1	1.617.258	46,2

Total	1.425.310	100,0	99.494	100,0	806.666	100,0	277.194	100,0	890.144	100,0	3.498.808	100,0
--------------	------------------	--------------	---------------	--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	----------------	--------------	------------------	--------------

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.3.4 Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.922 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2010, representando 96,6% dos municípios atendidos pelo Fundo, 2,4 pontos percentuais acima do registrado no mesmo período de 2009, aproximando-se da quase totalidade dos municípios dos estados que compõem a área de abrangência do FNE, no período sob análise. Os estados do Ceará, Espírito Santo e Sergipe tiveram todos os municípios atendidos pelo FNE, nesse primeiro semestre de 2010 e os demais estados têm mais de 90% de seus municípios atendidos, demonstrando a abrangência territorial da atuação do FNE (Tabela 41).

Tabela 41 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2010

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	99	97,1
Bahia	417	395	94,7
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	28	100,0
Maranhão	217	201	92,6
Minas Gerais	168	157	93,5
Paraíba	223	219	98,2
Pernambuco ⁽¹⁾	185	182	98,4
Piauí	223	216	96,9
Rio Grande do Norte	167	166	99,4
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.922	96,6

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Em relação ao primeiro semestre de 2009, houve leve ampliação de cerca de 1,0% no total das localidades atendidas, já que no primeiro semestre de 2009, o FNE atendeu a 1.874 municípios. Dividindo-se o valor total contratado no âmbito do FNE no primeiro semestre de 2010 (R\$ 3,5 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.892), chega-se a uma média de R\$ 1,8 milhão contratado por município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 95,1% da área de atuação do Fundo, o que corresponde a 1.892 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em

954 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 48,0% da área de abrangência do Fundo (Tabela 42).

Tabela 42 - FNE - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos - Primeiro Semestre de 2010

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.892	95,1
Agroindustrial	72	3,6
Industrial/Turismo	348	17,5
Infraestrutura	4	0,2
Comércio/Serviços	954	48,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 1.197 municípios no primeiro semestre de 2010. Seguiram-se 659 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 66 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 43).

Tabela 43 - FNE - Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado - Primeiro Semestre de 2010

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	386	20,1
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	811	42,2
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	309	16,1
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	350	18,2
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	62	3,2
> R\$ 100 milhões	4	0,2
Total	1.922	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 44 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,1% de todas as operações do Fundo, enquanto os municípios de alta renda ficaram com 1,9% da quantidade de operações contratadas no primeiro semestre de 2010. No que se refere aos

valores contratados, nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 2,3 bilhões ou 66,6% dos recursos contratados).

Tabela 44 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado	%
Baixa Renda ⁽²⁾	59.313	32,3	485.546	13,9
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	57.605	31,4	1.153.866	33,0
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	63.207	34,4	1.175.916	33,6
Alta Renda ⁽⁵⁾	3.413	1,9	683.480	19,5
Total	183.538	100,0	3.498.808	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasses do FNE

3.4.1 Repasse do FNE a Outras Instituições

De acordo com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Nessa perspectiva, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras.

No primeiro semestre de 2010, o BNB realizou repasses de recursos do FNE a duas instituições, da ordem de R\$ 11 milhões, destinados à contratação de

52 operações. Referido montante é equivalente a 99,2% do volume de recursos repassados no mesmo período de 2009. O Banco do Estado de Sergipe (BANESE) foi responsável por 86,4% dos recursos repassados no primeiro semestre de 2010, ou seja, R\$ 9,5 milhões.

À Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA), no primeiro semestre de 2010, foram repassados R\$ 1,5 milhão, montante equivalente a 2,3 vezes o volume de recursos transferidos no mesmo período de 2009. Até 30.06.2010, esta agência foi responsável por 7,7% dos contratos firmados e 13,6% dos valores financiados (Tabela 45).

À Agência de Fomento do Rio Grande do Norte, que no exercício de 2009 absorveu 12,2% do total contratado naquele ano (R\$ 1,0 milhão), não apresentou solicitações de repasse durante o primeiro semestre de 2010.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações no Primeiro Semestre de 2010

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
				Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	-	-	-	-
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	48	92,3	9.476	86,4
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	4	7,7	1.489	13,6
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
Total		52	100,0	10.965	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

A exemplo do que ocorreu em 2009, dentre os setores financiados pelos bancos repassadores, com recursos do FNE, o Setor de Comércio e Serviços destacou-se no primeiro semestre de 2010, absorvendo 60,2% dos recursos contratados e repassados, ou seja, R\$ 6,6 milhões. No primeiro semestre de 2009, a participação do setor no total de recursos repasses foi de 74,3%.

Em seguida, aparece o Setor Rural, que respondeu por R\$ 3,8 milhões, ou seja, 34,3% do total contratado no primeiro semestre de 2010. Finalmente, o Setor de Indústria e Turismo recebeu R\$ 611,0 mil ou 5,6% da soma contratada. A participação do Setor Rural, no primeiro semestre de 2010, quase dobrou em relação ao primeiro semestre de 2009, saltando de 19,0% para 34,3% (Tabela 46).

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2010

Setor / Programa	Contratações ⁽¹⁾	Valores em R\$ mil
		Valor das

	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
RURAL	42	42	3.755	34,3	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	42	42	3.755	34,3	-
INDUSTRIAL E TURISMO	1	1	611	5,6	850
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	1	1	611	5,6	850
COMÉRCIO E SERVIÇOS	9	9	6.599	60,2	2.174
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	9	9	6.599	60,2	2.174
Total	52	52	10.965	100,0	3.024

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que concerne às atividades financiadas no Setor Rural, destaca-se a pecuária, que absorveu R\$ 2,9 milhões, correspondendo a 77,7% do montante contratado no Setor. Na pecuária sobressai-se a bovinocultura, cujos empreendimentos absorveram 94,3% dos recursos destinados à atividade pelas instituições repassadoras (Tabela 47).

A agricultura irrigada, cujo desempenho no primeiro semestre de 2009 foi de 37,1% dos recursos direcionados ao Setor Rural, em igual período de 2010 aplicou R\$ 738 mil (19,7%), mediante a formalização de nove operações no âmbito da fruticultura (2,2%) e uma para o cultivo de grãos, no valor de R\$ 656,0 mil (17,5%).

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadoros – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PECUÁRIA	31	2.917	77,7
Avicultura	1	155	4,1
Bovinocultura	29	2.751	73,3
Ovinocaprinocultura	1	11	0,3
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1	100	2,7
Fruticultura	1	100	2,7
AGRICULTURA IRRIGADA	10	738	19,7
Fruticultura	9	82	2,2
Grãos	1	656	17,5
Total	42	3.755	100,0

Fonte: AGN, BANESE E DESENBAHIA.

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
-----------	------------------	-------	---

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação às contratações no segmento Industrial e Turismo (Tabela 48), no primeiro semestre de 2010, foi contratada uma única operação na rubrica *bens* de consumo não-duráveis, contemplando atividades dedicadas à produção de vestuário e acessórios, no valor de R\$ 611 mil.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1	611	100,0
Vestuário e Acessórios	1	611	100,0
Total	1	611	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Analisando as contratações no grupo do Setor Comercial e Serviços, no primeiro semestre de 2010, o comércio varejista absorveu 63,9% do total dos recursos, ao passo que os serviços, nas áreas da construção, civil, saúde e educação, respondem por 36,1% do montante contratado. Observando-se o mesmo período de 2009, constata-se que, naquele ano, o melhor desempenho ocorreu em atividades de prestação de serviços (96,0%).

Em relação às atividades financiadas pelo Setor de Serviços, destaca-se o ramo da construção civil, para o qual foram destinados R\$ 1,8 milhão, ou seja, 27,1% do total dos recursos repassados ao Setor (Tabela 49).

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	4	4.218	63,9	0,5
Comércio Varejista	4	4.218	63,9	0,5
SERVIÇOS	5	2.381	36,1	0,3
Saúde	2	336	5,1	0,0
Construção Civil	1	1.785	27,1	0,2
Educação	2	260	3,9	0,0
Total	9	6.599	100,0	0,7

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
-----------	------------------	-------	---------	-------

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere à pontualidade nos recebimentos, o maior índice de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE é atribuído à AGN, com 5,0%, na posição de 30.06.2010, 20% superior ao índice verificado no final do primeiro semestre de 2009. O Banese, cujo percentual de inadimplência no final de 2009 era de 0,93%, ao encerrar o primeiro semestre de 2010 não apresentou inadimplência (Tabela 50). Observe-se que na posição de 31.12.2008, a AGN apresentava inadimplência de 5,83%, o BANESE, 0,28%, a DESENBAHIA 0,44% e o BDMG, a exemplo do período ora analisado, não apresentou atrasos nos reembolsos.

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadoros – Inadimplência ⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2010

Instituição Financeira	% de Inadimplência
Agência de Fomento do R. G. Norte S.A. - AGN	5,0
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-
Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA	0,7

Fonte: AGN, BANESE, BDMG e DESENBAHIA.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

Observando-se as contratações dos bancos repassadoros de acordo com a região, verifica-se que 82,1% do valor total contratado no primeiro semestre de 2010 contemplaram empreendimentos fora do semiárido, que responde por 63,5% do número de contratos firmados no período. Este comportamento mantém o padrão verificado ao final do ano de 2009, quando 17,1% do montante dos recursos e 41,4% total de beneficiários foram contratados no âmbito do semiárido. Observando-se apenas o primeiro semestre de 2009, constata-se que 85,8% do montante contratado ocorreu no semiárido (Tabela 51).

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadoros – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Região	Nº. de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	19	36,5	1.967	17,9
Fora do Semiárido	33	63,5	8.998	82,1
Total	52	100,0	10.965	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na análise da quantidade de beneficiários por porte e setor no primeiro semestre de 2010, verifica-se que apenas duas contratações (3,8% do total de operações) foram efetuadas com empresas de grande porte, ambas pertencentes ao Setor de Comércio e Serviços.

Observa-se, ainda, que os empreendedores de míni, micro e pequeno portes predominaram no que concerne à quantidade de contratos efetivados: 86,5% dos beneficiários. Assim, este segmentou participou com 95,2% das contratações no Setor Rural e com 55,6% no Setor de Comercio e Serviços (Tabela 52). As empresas de médio porte participaram com 9,7% dos contratos, distribuídos nos setores Rural, Industrial/Turismo e Comércio e Serviços.

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2010

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	40	95,2	-	-	-	-	-	-	5	55,6	45	86,5
Médio	2	4,8	-	-	1	100,0	-	-	2	22,2	5	9,7
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	2	22,2	2	3,8
Total	42	100,0	-	-	1	100,0	-	-	9	100,0	52	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBAHIA.

Em termos de volume de recursos contratados, no primeiro semestre de 2010, 47,8% do montante financiado direcionaram-se aos empreendimentos de grande porte, 38,4% beneficiaram os mini, micro e pequenos empreendimentos, ao passo em que os de médio porte absorveram 13,7% do total de recursos repassados (Tabela 53).

Examinando os valores contratados, por porte e setor, verifica-se que no Setor Rural, os empreendimentos de mini, micro e pequeno portes foram responsáveis por 80,1% do total contratado nesse Setor.

No Setor Industrial e Turismo todos os financiamentos foram realizados com empresa de médio porte. No Setor de Comércio e Serviços, os mini, micro e pequenos empreendimentos absorveram 18,3% do montante contratado, ficando os empreendimentos de grande porte com 79,5% do volume total de recursos destinado ao Setor. Relativamente aos setores agroindustrial e infraestrutura, como em 2009, não foram realizadas contratações.

Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	3.008	-	-	-	1.206	4.214
Médio	747	-	611	-	148	1.506
Grande	-	-	-	-	5.245	5.245
Total	3.755	-	611	-	6.599	10.965

Fonte: AGE, BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 30.06.2010, o saldo devedor das quatro instituições financeiras repassadoras do FNE somaram R\$ 107,8 milhões, distribuído da seguinte forma: Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA), 56,0% do total do saldo devedor; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 34,9%; Banco do Estado de Sergipe (BANESE), 4,6% e Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), 4,5%. Desse montante, 17,3% referem-se ao Setor Industrial, 21,6% ao Setor Rural e 61,1% a outros setores, conforme Tabela 54. No primeiro semestre de 2009, a DESENBAHIA também liderava o ranking, sendo responsável por 42,7% do saldo devedor dessas instituições.

Na posição relativa ao primeiro semestre de 2010, o saldo devedor dessas instituições (R\$ 107,8 milhões) representa 73% do total verificado no fechamento do primeiro semestre de 2009 (R\$ 147,7 milhões).

Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadoros – Saldos Devedores das Operações⁽¹⁾ – Posição: 30.06.2010

Setor	Instituições Repassadoras			
	AGN	BANESE	DESENBAHIA	BDMG
Industrial	2.166	382	16.138	-
Rural	226	1.880	21.148	-
Outros	2.474	2.670	23.076	37.629
Total	4.866	4.932	60.362	37.629

Fonte: AGN, BANESE, DESENBAHIA e BDMG.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

No que se refere à dispersão territorial, verifica-se que as contratações dos bancos repassadoros, no período observado, distribuíram-se por 35 municípios da área de atuação do Fundo, ocorrendo de forma mais intensa no segmento rural (85,7%), contemplando 30 municípios (Tabela 55). No primeiro semestre de 2009, foram beneficiados 26 municípios e, até o final desse mesmo ano, foram 40.

Assim, no primeiro semestre de 2010, verifica-se melhoria de 34,6% na dispersão territorial dos municípios que absorveram recursos do FNE, em relação ao mesmo período de 2009.

Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2010

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	30
Agroindustrial	1
Industrial	1
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	3

Fonte: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Dentre os municípios atendidos pelos bancos repassadores no primeiro semestre de 2010, destacam-se Nossa Senhora do Socorro e Aracaju, ambos no Estado de Sergipe, que absorveram, respectivamente, 31,6% e 28,3% do montante aplicado (Tabela 56).

Tabela 56 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2010

Município	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado	%
Aquidabã (SE)	35	0,3
Aracaju ((SE)	3.103	28,3
Barreiras (BA)	656	6,0
Boquim (SE)	782	7,1
Campo do Brito (SE)	70	0,6
Canindé de São Francisco (SE)	18	0,2
Canhoba (SE)	140	1,3
Capela (SE)	6	0,1
Carira (SE)	4	0,0
Cumbé (SE)	43	0,4
Estância (SE)	65	0,6
Frei Paulo (SE)	132	1,2
Gararu (SE)	51	0,5
Indiaroba (SE)	189	1,7
Itabaianinha (SE)	21	0,2
Itaporanga D'Ajuda (SE)	56	0,5
Japoata (SE)	30	0,3

Valores em R\$ Mil		
Município	Valor Contratado	%
Lagarto (SE)	10	0,1
Morro do Chapéu (SE)	733	6,7
Nossa Senhora das Dores (SE)	37	0,3
Nossa Senhora da Glória (SE)	91	0,8
Nossa Senhora do Socorro (SE)	3.460	31,6
Pinhão (SE)	11	0,1
Porto da Folha (SE)	19	0,2
Propriá (SE)	36	0,3
Riachão do Dantas (SE)	38	0,4
Ribeirópolis (SE)	26	0,2
Rio Real (BA)	100	0,9
Rosário do Catete (SE)	230	2,1
Santo Amaro das Brotas (SE)	77	0,7
São Cristóvão (SE)	78	0,7
São Domingos (SE)	17	0,2
Simão Dias (SE)	591	5,4
Umbaúba (SE)	10	0,1
Total	10.965	100,0

Fonte: AGN, BANESE e DESENBÁHIA.

3.4.2 Repasses do FNE ao BNB

Conforme mencionado no subitem 3.4.1, a Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989 estabeleceu a possibilidade de repasses de recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, segundo critérios definidos pelo Ministério da Integração Nacional.

O Artigo 9º-A da mesma Lei 7.827 definiu que os Fundos Constitucionais poderão repassar recursos aos próprios bancos administradores para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, apliquem os recursos do Fundo.

Nesse contexto, em julho/2009, foi firmado contrato de Dívida Subordinada para repasses de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600,0 milhões, destinando-se tais recursos à aplicação em operações de financiamento, na forma da legislação e das regras definidas nas programações anuais de aplicações do Fundo.

Em junho de 2010º BNB firmou novo contrato de Dívida Subordinada para repasse de recursos de FNE, no valor de R\$ 400,0 milhões, elevando, dessa forma, para R\$ 1,0 bilhão o montante de recursos do FNE repasse do Banco.

Assim, no primeiro ano de operacionalização dessa modalidade de repasses (2009), o BNB contratou operações de financiamento no montante de R\$ 295,3 milhões, correspondendo a 3,2% do total (R\$ 9.134,1 milhões) das contratações com respaldo em recursos oriundos do FNE.

No primeiro semestre de 2010 foram contratados R\$ 602,5 milhões nos setores de Infraestrutura (63,5%), Industrial e Turismo (31,8%) e Agroindustrial (4,8%), conforme demonstrado na Tabela 57.

Tabela 57 - FNE - Repasse ao BNB - Desempenho Operacional – Contratações – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Nº. de Operações	Contratações ⁽¹⁾		%	Valor das Propostas em Carteira
		Quant. Beneficiários	Valor		
AGROINDUSTRIAL-2	1	1	28.659	4,8	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar (AGRIN-2)	1	1	28.659	4,8	-
INDUSTRIAL-2 E TURISMO-2	2	2	191.572	31,8	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL-2)	1	1	47.367	7,9	-
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE-2)	1	1	144.205	23,9	-
INFRA-ESTRUTURA-2	1	1	382.253	63,5	-
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA-2)	1	1	382.253	63,5	-
Total	4	4	602.484	100,0	-

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No Setor Industrial e Turismo o montante financiado (R\$ 191,6 milhões) destinou-se a investimentos em atividades dedicadas à produção de bens de consumo não duráveis, mais especificamente no setor de produtos alimentícios (R\$ 47,3 milhões), além financiamento a atividades de preservação ambiental, no âmbito do FNE Verde e no setor de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, no montante de R\$ 144,2 milhões (Tabela 58).

Tabela 58 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1	47.367	24,7
Produtos Alimentícios	1	47.367	24,7

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE VERDE	1	144.205	75,3
Prod. Distr. de Eletricidade, Gás e Água	1	144.205	75,3
Total	2	191.572	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto aos recursos contratados pelo Setor Agroindustrial, no valor R\$ 28,7 milhões, estes foram integralmente aplicados na atividade de processamento e beneficiamento da cana de açúcar (Tabela 59).

Tabela 59 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Agroindústria - Primeiro Semestre 2010

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Process. e Benef. da Cana de Açúcar	1	28.659	100,0
Total	1	28.659	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao Setor de Infraestrutura, verifica-se que a totalidade dos recursos (R\$ 382,3 milhões) foi contratada para a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, conforme Tabela 60.

Tabela 60 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura - Primeiro Semestre 2010

Atividade	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	382.253	100,0	63,5
Total	382.253	100,0	63,5

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Do valor total contratado, R\$ 602,5 milhões, 76,1% (R\$ 458,3 milhões) foram aplicados em áreas fora do semiárido, enquanto a região semiárida foi beneficiada com R\$ 144,2 milhões, ou 23,9% do valor total contratado (Tabela 61). Considerando o número de beneficiários, a região fora do semiárido teve três beneficiários (75%), enquanto na região semiárida houve apenas 01 (um) beneficiário (Tabela 61).

Tabela 61 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Área	Nº de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semiárido	1	25,0	144.205	23,9
Fora do Semiárido	3	75,0	458.279	76,1
Total	4	100,0	602.484	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

De acordo com a Tabela 62, os financiamentos realizados com lastro nesses recursos repassados ao BNB, durante o primeiro semestre de 2010, concentraram-se em empresas de grande porte que absorveram 95,2% (R\$ 573,8 milhões) do valor total contratado. Essa concentração no setor de grande porte é explicada pela própria natureza do Setor de Infraestrutura, que requer valores de investimento de maior vulto, e representou 63,5% (R\$ 382,3 milhões) do valor das contratações no período em análise. O Setor Industrial/Turismo, também caracterizado por investimentos de maior porte, absorveu 31,8% (R\$ 191,6 milhões) do valor das contratações. As contratações destinadas às empresas de médio porte foram integralmente aplicadas no Setor Agroindustrial, representando apenas 4,8% (R\$ 28,7 milhões) do valor global das contratações.

Tabela 62 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial / Turismo	Infra - Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	-	-	-	-	-	-
Médio	-	28.659	-	-	-	28.659
Grande	-	-	191.572	382.253	-	573.825
Total	-	28.659	191.572	382.253	-	602.484

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Essas aplicações favoreceram quatro municípios da área de atuação do FNE: Candeias e Lajedão, no Estado da Bahia, Aracati, no Estado do Ceará e, no Estado do Pernambuco, Jaboatão dos Guararapes (Tabelas 63 e 64).

Tabela 63 - FNE - Repasse ao BNB - Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2010

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	-
Agroindustrial	1
Industrial	2
Infraestrutura	1
Comércio/Serviços	-

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 64 - FNE - Repasse ao BNB - Contratações por Município – Primeiro Semestre de 2010

Município	Valor Contratado	Valores em R\$ Mil
		%
Candeias (BA)	382.253	63,5
Lajedão (BA)	28.659	4,8
Aracati (CE)	144.205	23,9
Jaboatão dos Guararapes (PE)	47.367	7,9
Total	602.484	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

A Programação do FNE, construída e ajustada anualmente, ocorre de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Esse conjunto de prioridades refere-se à destinação dos recursos constantes do orçamento do programa.

Atendendo a demanda do Ministério da Integração Nacional (MI), conforme parecer conjunto nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, de 02.12.2008, e incorporando alguns ajustes negociados posteriormente com este Ministério, a seguir são apresentadas e contextualizadas as aplicações do FNE segundo a classificação das supracitadas prioridades, a saber: prioridades gerais, prioridades setoriais e prioridades espaciais.

3.5.1. Prioridades Gerais

i. Projetos apresentados por agricultores familiares, por mini e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Agricultores Familiares

Como pode ser observado na Tabela 65, entre os financiamentos contraídos por agricultores familiares no BNB, destacam-se aqueles concedidos no âmbito do Grupo B do PRONAF, que representaram 91,0% do número de contratos e 58,1% do volume de recursos aplicados na agricultura familiar. Especial atenção à linha complementar PRONAF Mais Alimentos que aumentou sua participação nos valores contratados em relação ao mesmo período de 2009, de 3,4% para 21,0%. A grande participação dessa linha de crédito no tocante ao volume de investimentos, pode estar atrelada à consolidação do programa, ao valor da operação por cliente, que é acima de R\$ 10.000,00 até R\$130.000,00, bem como ao seu público-alvo, por se tratar de agricultores que possuem, em geral, melhor estrutura. Desde o Plano Safra 2008/2009, o PRONAF Agricultores Familiares (Comum) reúne os Grupos C, D e E, tendo sido responsáveis por 10,0% do volume de recursos aplicados pelo programa no primeiro semestre de 2010. Vale ressaltar que o Grupo A utilizou 8,6% do montante de recursos. Estas linhas de crédito responderam por praticamente a totalidade do número de contratos firmados e por 96,7% do total de recursos destinados aos agricultores familiares.

Percebe-se aí que as demais linhas do PRONAF tiveram participação pouco expressiva nos valores contratados. Juntas, essas linhas absorveram 2,3% dos recursos.

Tabela 65 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ por Agricultores Familiares – Primeiro Semestre de 2010

Grupo	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
PRONAF-Grupo A	2.275	1,0	40.409	8,6
PRONAF-Grupo B	152.235	91,0	271.670	58,1
PRONAF-Grupo C	1.270	1,0	4.157	0,9
PRONAF-Grupo D	45	-	260	0,1
PRONAF-Grupo E	-	-	-	-
PRONAF-Grupo A/C	625	-	2.352	0,5
PRONAF-Semi-árido	746	-	4.850	1,0
PRONAF-Floresta	17	-	187	-
PRONAF-Mulher	339	-	2.836	0,6

Valores em R\$ Mil					
Grupo	Nº de Operações	%	Valor	%	
PRONAF-Jovem	1	-	7	-	
PRONAF-Agroecologia	1	-	14	-	
PRONAF-Agroindústria	6	-	74	-	
PRONAF-Emerg./2009	145	-	278	0,1	
PRONAF-Mais Alimento	5.202	3,0	98.385	21,0	
PRONAF-Eco	42	-	561	0,1	
PRONAF-Comum	5.254	4,0	41.889	9,0	
Total	168.203	100,0	467.929	100,0	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e suas associações e cooperativas

Quanto aos mini e pequenos produtores rurais, as micro e pequenas empresas, assim como suas associações e cooperativas, de acordo com a Tabela 66, foram destinados, aproximadamente, R\$ 696 milhões a esse segmento de beneficiários do FNE. Destaque-se o Setor Comércio e Serviços que participou com 56,1% do volume total de recursos. O Setor Rural absorveu 28,0% e ao Industrial e Turismo foram direcionados 15,2% dos recursos destas categorias⁷. Observa-se ainda, em todos os setores, participação bastante discreta das cooperativas e associações no tocante à realização de financiamentos.

Tabela 66 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais⁽²⁾/ Empresas – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil				
Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Rural	4.977	38,5	194.661	28,0
Cooperativas/Associações	2	-	73	-
Demais	4.975	38,5	194.588	28,0
Agroindustrial	62	0,5	4.907	0,7
Cooperativas/Associações	-	-	-	-

⁷ De acordo com os normativos do BNB, são os seguintes os limites de renda agropecuária bruta anual que definem o porte do produtor: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de 150 mil até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. No que respeita aos demais mutuários – setores industrial, agroindustrial, comercial, de turismo e de prestação de serviços –, a classificação (segundo a receita operacional bruta anual) é a seguinte: Microempresa – até R\$ 240 mil; Pequena empresa – superior a R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões; Média empresa – superior a R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande empresa – superior a R\$ 35 milhões.

Demais	62	0,5	4.907	0,7
Industrial e Turismo	995	7,7	106.015	15,2
Cooperativas/Associações	1	-	35	-
Demais	994	7,7	105.980	15,2
Infraestrutura	-	-	-	-
Demais	-	-	-	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.883	53,3	390.345	56,1
Cooperativas/Associações	1	-	2.064	0,3
Demais	6.882	53,3	388.281	55,8
Total	12.917	100,0	695.928	100,0
Cooperativas/Associações	4	-	2.172	-
Demais	12.913	100,0	693.756	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

ii. Projetos localizados em áreas adequadamente indicadas por zoneamento sócio-econômico e ecológico ou que estejam voltados para a conservação/preservação/recuperação do meio ambiente;

Essa linha de crédito demonstra a preocupação do BNB em atrelar cada vez mais o financiamento à Infraestrutura com conservação ambiental. Assim, constam da Tabela 67 os subprogramas direcionados para a conservação, preservação ou recuperação ambiental. Nesta prioridade, o maior número de contratos foi realizado pelo PRONAF Eco (42,4%); em segundo lugar, se apresenta o FNE Verde-Rural, com 36,4% dos contratos firmados, vindo a seguir o PRONAF Floresta com 17,2%. Percebe-se uma mudança na ordem de participação quanto às operações contratadas, em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando o FNE Verde-Rural respondeu por 47,3%, deixando a segunda posição para o Pronaf Eco com 33,3% de participação.

Em relação ao montante financiado no primeiro semestre de 2010, o FNE Verde - Industrial responde por 65,6% dos recursos aplicados; o FNE Verde Rural por 23,3%; o FNE Verde -Infraestrutura aparece com 10,7% de participação; o PRONAF Floresta e o PRONAF Eco, embora respondendo juntos por 59,6% dos contratos, foram responsáveis por apenas 0,4% dos financiamentos.

Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ para Preservação ou Recuperação do Meio Ambiente – Primeiro Semestre de 2010

Programas	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
FNE VERDE-INDUSTRIAL	3	3,0	112.140	65,6
FNE VERDE-RURAL	36	36,4	39.811	23,3

FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	1	1,0	18.126	10,7
PRONAF FLORESTA - FNE	17	17,2	187	0,1
PRONAF-ECO (FNE)	42	42,4	561	0,3
Total	99	100,0	170.825	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos inseridos em arranjos produtivos locais e cadeias produtivas que tenham por objetivo explorar as potencialidades e vocações dos estados e contribuam para a redução das desigualdades regionais.

Conforme acordado com o Ministério da Integração Nacional, para esta prioridade são informadas as contratações realizadas em arranjos produtivos locais – APLs dos setores prioritários definidos pelo Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC)⁸. Assim, encontram-se na Tabela 68 os principais APLs constantes da área de atuação do BNB, distribuídos em 10 estados. Nesse contexto, em que se trabalha a estruturação das cadeias produtivas locais na perspectiva dos territórios, entende-se que todos os projetos financiados visam, de uma forma geral, à redução das desigualdades.

Dessa forma, no que se refere ao volume de recursos aplicados, destaca-se a fruticultura (manga e uva) em Petrolina-PE com 62,8% e Juazeiro-BA com 14%. Ainda apresentaram desempenho significativo o APL relacionado à produção de leite e seus derivados em Açailândia-MA (7,5%), o setor calçadista em Juazeiro do Norte-CE (6,4%) e, por fim, a bovinocultura leiteira em Morada Nova-CE (2,3%).

Relativamente à quantidade de operações, a bovinocultura leiteira em Morada Nova-CE lidera com 23,8% dos contratos firmados. Em seguida, temos a indústria de laticínios em Major Isidoro-AL (12,5%), bem como a fruticultura (Manga/Uva) em Petrolina-PE que formalizou 12,0% do total de operações em apoio aos arranjos produtivos locais.

⁸ Referidos APLs foram priorizados pelos governos estaduais à luz de metodologia estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC e coordenada pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). No âmbito do BNB, cerca de 200 Agentes de Desenvolvimento se dedicam ao fortalecimento dessas cadeias produtivas, numa estratégia que contempla formação de redes de negócios, apoio à inovação e à sustentabilidade ambiental e fortalecimento da governança em cada território. Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial.

Tabela 68 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil						
Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	34	3,8	94	0,1
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Golveia	Carne	8	0,9	15	-
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	113	12,5	382	0,5
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	10	1,1	10.895	14,0
	Transformação Plástica - Salvador	Transformação Plástica	-	-	-	-
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	3	0,3	5	-
	Sisal - Valente	Sisal	-	-	-	-
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	36	4,0	181	0,2
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	24	2,6	4.959	6,4
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	216	23,8	1.786	2,3
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	26	2,9	144	0,2
ES	Fruticultura - São Mateus	Maracujá/Goiaba	-	-	-	-
	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	5	0,6	266	0,3
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	35	3,9	5.837	7,5
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	68	7,5	1.335	1,7
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	23	2,5	62	0,1
	Turismo - São Luís	Turismo	-	-	-	-
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	7	0,8	728	0,9
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	10	1,1	515	0,7
	Laticínios - Garanhuns	Leite	2	0,2	69	0,1
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	109	12,0	48.907	62,8
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	2	0,2	4	-
	Apicultura - Picos	Apicultura	10	1,1	61	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	2	0,2	43	0,1
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	19	2,1	67	0,1

Valores em R\$ Mil

Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
RN	Cerâmica - Assu	Olaria (Tijolo / Telha)	-	-	-	-
	Fruticultura - Assu	Todas as Frutas	8	0,9	229	0,3
	Laticínios - Caicó	Leite	43	4,7	532	0,7
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	2	0,2	50	0,1
SE	Petróleo e Gás - Aracaju	Petróleo e Gás	-	-	-	-
	Mandioca - Lagarto	Mandioca	33	3,6	68	0,1
	Pecuária de Leite - N. S. da Glória	Leite	58	6,5	567	0,7
Total			906	100,0	77.801	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iv. Projetos de modernização de empreendimentos tecnologicamente ineficientes e novos projetos que utilizem tecnologias inovadoras.

Nesta prioridade, são apresentadas informações acerca dos projetos que utilizam tecnologia inovadora, financiados com recursos do FNE-Prodetc, conforme negociado com o MI. De acordo com a Tabela 69, o Setor Comércio e Serviços absorveu 93,6% do montante contratado nesta prioridade. Observa-se ainda que essa linha de crédito obteve um crescimento tanto no número de operações (05) quanto no volume de recursos contratados (R\$ 719,0 mil) se comparado, não só ao primeiro semestre de 2009 como a todo o exercício anterior, quando foram contratados R\$ 205 mil em 03 três operações realizadas.

Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Primeiro Semestre de 2010

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial e Turismo	1	20,0	46	6,4
Comércio e Serviços	4	80,0	673	93,6
Total	5	100,0	719	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

v. Projetos de empresas que ampliem as exportações regionais.

De acordo com a Tabela 70, no segmento relacionado às exportações regionais, o Setor Industrial e Turismo responde por 64,0% dos contratos firmados no primeiro semestre de 2010, absorvendo, desse modo, 78,7% dos recursos aplicados em projetos contratados na amplitude do Programa Nordeste Exportação. Ao Setor Comercial e Serviços, foram destinados 21,3% do total contrato no período.

Tabela 70 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2010

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial e Turismo	16	64,0	92.382	78,7
Comércio e Serviços	9	36,0	25.050	21,3
Total	25	100,0	117.432	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

vi. Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local.

As informações prestadas a seguir referem-se aos projetos contratados com mini, micro e pequenos produtores/empresas aos quais se atribui maior geração de emprego, conforme solicitação do MI. Neste contexto, o atendimento desta prioridade efetivou-se a partir do conjunto de financiamentos realizados com micro e pequenos produtores rurais (exceto PRONAF) e com pequenas empresas, haja vista a contribuição dos financiamentos no âmbito do FNE para a criação e manutenção de postos de trabalho, bem como para o incremento da renda.

Conforme a Tabela 71, o Setor Comércio e Serviços lidera as aplicações com 56,0% dos recursos contratados. Esse Setor merece destaque ainda pelo crescimento em relação ao mesmo período de 2009, quando foi responsável por 4,4% dos valores contratados. Em seguida, apresenta-se o Setor Rural, que absorveu 28,0% do montante investido; o Setor Industrial e Turismo com 15,3% e o Agroindustrial com 0,7% dos valores contratados.

Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ com Mini, Micro e Pequenos⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Primeiro Semestre de 2010

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	4.975	38,5	194.588	28,0
Agroindustrial	62	0,5	4.907	0,7
Industrial e Turismo	994	7,7	105.980	15,3
Comércio e Serviços	6.882	53,3	388.281	56,0
Total	12.913	100,0	693.756	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

3.5.2. Prioridades Setoriais

i. Projetos de agricultura irrigada, em especial fruticultura, com ênfase na ampliação das áreas irrigadas com racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis.

Conforme acordado com o MI, a Tabela 72 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação de atividades de fruticultura irrigada, sem distinguir, contudo, aqueles que ampliam as áreas irrigadas promovendo a racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis. Observa-se importante diversificação das culturas financiadas, destacando-se a da banana, do abacaxi,

da laranja e do mamão que, juntas, absorveram 77,1% do montante contratado nesta prioridade. No que diz respeito ao número de contratos, a maior quantidade de operações foi destinada também ao cultivo da banana (33,6%), seguindo-se das culturas do maracujá e do mamão com participação de 21,6% e 8,6%, respectivamente.

Tabela 72 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010

Produto	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Abacaxi	2	1,7	6.635	22,0
Acerola	5	4,3	68	0,2
Banana	39	33,6	7.950	26,3
Caju	2	1,7	13	-
Côco	5	4,3	876	2,9
Goiaba	5	4,3	2.168	7,2
Laranja	4	3,4	4.406	14,6
Limão	4	3,4	221	0,7
Macadamia	1	0,9	2	-
Mamão	10	8,6	4.281	14,2
Manga	8	6,9	2.047	6,8
Maracujá	25	21,6	499	1,7
Melão	1	0,9	20	0,1
Uva	5	4,3	995	3,3
Total	116	100,0	30.181	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

ii. Projetos relacionados ao desenvolvimento regional, tais como: apicultura, aquicultura, carcinicultura, ovinocaprinocultura e pesca;

Dentre as atividades específicas atreladas ao desenvolvimento regional em razão das vocações locais, duas absorveram 85,4% dos recursos nesta prioridade: ovinocaprinocultura⁹ (53,1%) e carcinicultura (32,3%). Vale salientar a

⁹ Atividade adequada a regiões semiáridas, sendo amplamente explorada no Nordeste, dado que estes animais suportam bem viver em ambientes onde as condições edafoclimáticas são as mais adversas. www.nordeste rural.com.br, acesso em 11.02.2009.

diminuição do percentual destinado à carcinicultura, que no primeiro semestre de 2009 equivalia a 41,6% do total financiado nessa prioridade. Isso é reflexo da redução dos investimentos na atividade, em decorrência da valorização do real frente ao dólar, o que inviabiliza a exportação, sendo esta uma característica da atividade. No mais, o aumento da ovinocaprinocultura (44,5%, no primeiro semestre de 2009), reflete a valorização do produto local. À pesca foram destinados 10,6% do montante aplicado. Na ovinocaprinocultura foram realizados 83% dos contratos e na pesca, 13,0%, no primeiro semestre de 2010 (Tabela 73).

Tabela 73 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Primeiro Semestre de 2010

Produto	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Apicultura	986	3,9	4.094	4,0
Ovinocaprinocultura	21.236	83,0	55.526	53,1
Carcinicultura	22	0,1	33.822	32,3
Pesca	3.331	13,0	11.130	10,6
Total	25.575	100,0	104.572	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos desenvolvidos em espelhos d’água públicos;

As informações referentes a esta prioridade são relacionadas aos projetos dos perímetros públicos irrigados, conforme negociados com o MI. Nessa perspectiva, constam da Tabela 74 todos os projetos destinados à fruticultura irrigada, bem como aqueles realizados através do PROPESCA, ambos em áreas de perímetros públicos irrigados.

Referidas áreas abrangem sete estados dentre os 11 que compõem a jurisdição do BNB. No total, foram aplicados, aproximadamente, R\$ 24 milhões nos perímetros irrigados, por meio de 137 contratações.

O mais expressivo volume de recursos (43,2%) foi destinado ao perímetro denominado Jaíba, no Estado de Minas Gerais. Em seguida, vêm em relevo os projetos relacionados ao perímetro Tabuleiros de Russas, no município de Russas-CE, que absorveu 34,4% do montante financiado nesta prioridade, no primeiro semestre de 2010.

Relativamente ao número de contratos efetivados, verifica-se que o Estado da Bahia detém 64,3% das operações. Os perímetros irrigados deste Estado foram beneficiados com 2,7% do total de recursos aplicados na prioridade em

referência. O Estado do Ceará, que recebeu o maior volume de recursos (R\$ 11,3 milhões), apresenta 10,9% do total de contratos.

Tabela 74 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Espelho D'Água⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010

					Valores em R\$ Mil	
Estado	Perímetro Irrigado ⁽³⁾	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	CERAIMA	Livramento de Nossa Senhora	1	0,7	2	-
	CURAÇÁ, MANCADARU, MANIÇOBA e TOURÃO	Juazeiro	79	57,7	171	0,7
	FORMOSO "A"/FORMOSO "H"	Bom Jesus da Lapa	8	5,8	470	2,0
CE	ARARAS NORTE (CE)	Varjota	2	1,5	60	0,3
	BAIXO ACARAÚ (CE)	Acaraú	1	0,7	2.044	8,5
	CURU-PENTECOSTE (CE)	Pentecoste	2	1,5	31	0,1
		São Luis do Curú	1	0,7	834	3,5
	ICÓ-LIMA CAMPOS	Icó	1	0,7	55	0,2
	TABULEIROS DE RUSSAS (CE)	Russas	8	5,8	8.257	34,4
MA	BAIXADA OCIDENTAL (MA)	Pinheiro	1	0,7	99	0,4
MG	JAÍBA	Jaíba	13	9,5	10.357	43,2
	PIRAPORA	Pirapora	1	0,7	6	-
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	2	1,5	32	0,1
PE	BEBEDOURO e SENADOR NILO COELHO	Petrolina	13	9,5	1.499	6,3
	IRRIGADO BOA VISTA (PE)	Salgueiro	1	0,7	19	0,1
PI	PLATÔS DE GUADALUPE (PI)	Guadalupe	3	2,2	40	0,2
Total			137	100,0	23.976	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados os financiamentos enquadrados no PROPESCA e Fruticultura Irrigada (Projetos de implantação, expansão e ampliação). (3) Consideram-se apenas as contratações realizadas, no 1º semestre de 2010, nos perímetros públicos irrigados.

iv. Projetos agroindustriais que contribuam para a agregação de valor às matérias-primas regionais.

Em acordo com o MI, estão sendo fornecidas informações sobre os ramos de atividades financiadas no setor agroindustrial. Deste modo, a Tabela 75 apresenta os financiamentos destinados à agroindústria contratados por meio dos seguintes programas: AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA E PRONAF-AGRINF. Nesta prioridade que enfatiza a agregação de valor às matérias-primas da agroindústria regional, destacam-se os projetos voltados para a indústria de combustíveis nucleares, refino de petróleo e álcool, atividades que consumiram 32,0% dos recursos, bem como a indústria de abate e preparação e produção de carne, aves e pescado (23,1%) e as atividades relacionadas ao processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças, cujos projetos absorveram 17,6% do montante de recursos e respondem por 26,4% do total de operações contratadas. A atividade de laticínios e de processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças destacam-se ainda no número de operações realizadas sendo responsável por 47,9% dos contratos firmados.

Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Matéria-prima Regional – Primeiro Semestre de 2010

Atividades	Nº Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Abate e Prepar.Prod. Carne, Aves e Pescado	23	15,4	22.952	23,1
Avicultura	2	1,4	117	0,1
Bebidas e Fumo	1	0,7	70	0,1
Benef. Fibras	1	0,7	142	0,1
Com.Varejista	1	0,7	154	0,2
Fruticultura	4	2,7	1.308	1,3
Ind.Combust. Nucleares, Refino Petróleo e álcool	8	5,4	31.833	32,0
Ind.Prod. Alimentícios	7	4,6	1.497	1,5
Laticínios	32	21,5	6.951	7,0
Moagem e Benef.	10	6,8	533	0,5
Proces.Benef. Cana de açúcar	4	2,7	10.762	10,8
Proces.Benef. Castanha de Caju	6	4,1	446	0,4
Proces.Benef. Frutas e Hortaliças	39	26,4	17.483	17,6
Proces.Benef. Mel de Abelha	2	1,4	378	0,4
Proces.Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	3	2	4.195	4,2
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	1	0,7	700	0,7
Raízes e Tubérculos	2	1,4	18	0,0

Atividades	Nº Operações	%	Valor (R\$ mil)	%
Serv.Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	2	1,4	28	0,0
Total	148	100,0	99.567	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Abrange os programas AGRIN, PRONAF - Agroindústria e PRONAF-AGRINF.

De acordo com o Art. 9º-A, da Lei nº 7.827/89, que autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores para que estes realizem operações de crédito em seu nome próprio e com seu risco exclusivo, ainda foi efetivada nesse setor uma operação no valor de R\$ 28,6 milhões, perfazendo um total de R\$ 128,2 milhões investidos nesse segmento.

v. Projetos de infraestrutura econômica, compreendendo transporte, energia (com destaque para a geração e distribuição de energias alternativas: gás, biodiesel, etc), armazenagem, comunicação, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No que concerne aos projetos destinados à infraestrutura econômica financiados pelo PROINFRA neste primeiro semestre de 2010, destaca-se como único contratante o setor de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água com 03 operações contratadas pelo FNE, totalizando, aproximadamente, R\$ 259,1 milhões (Tabela 76).

Tabela 76 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Infraestrutura – Primeiro Semestre de 2010

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	3	100,0	259.068	100,0
Total	3	100,0	259.068	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em consonância com o Art. 9º-A, da Lei nº 7.827/89, o qual autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores para que estes realizem operações de crédito em seu nome próprio e com seu risco exclusivo, ainda foi contratado nessa prioridade uma operação no valor de R\$ 382,3 milhões, totalizando para o setor R\$ 641,3 milhões investidos.

vi. Projetos da indústria extrativa de minerais metálicos e não-metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da Região.

De acordo com a Tabela 77, nesta prioridade, foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não-metálicos, 81,9%. A atividade responde também por 63,6% das contratações realizadas.

Tabela 77 - FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	8	36,4	1.562	18,1
Extração de Minerais Não-Metálicos	14	63,6	7.079	81,9
Total	22	100,0	8.641	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

vii. Turismo em suas diversas modalidades.

No Setor de Turismo, o financiamento de atividades relacionadas ao serviço de hospedagem corresponde a 84,3% do total de recursos contratados nesta prioridade. Em seguida, temos as atividades auxiliares ligadas ao transporte com representatividade de 8,8% do valor contratado e 25,9% do total de operações. O setor de alimentação foi responsável por 11,6% das operações e 3,8% do volume de recursos contratados. As demais atividades do setor, a exemplo daquelas inerentes ao entretenimento, tiveram menor representatividade (Tabela 78).

Tabela 78 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Turismo – Primeiro Semestre de 2010

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alimentação	13	11,6	3.164	3,8
Ativs. Aux. Transportes	29	25,9	7.327	8,8
Com.Varejista	1	0,9	297	0,4
Hospedagem	52	46,4	70.638	84,3
Pesquisa e Desenvolvimento	2	1,8	80	0,1
Transportes	7	6,3	502	0,6
Outras Atividades	8	7,1	1.699	2,0
Total	112	100,0	83.707	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
-----------	-----------------	---	-------	---

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

viii. Projetos de alto potencial de geração de empregos em setor comercial de serviços, especialmente os ligados à ampliação da educação e saúde.

Foi acordado com o MI o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos. Ademais, esta prioridade não consta da programação do FNE para 2010.

3.5.3. Prioridades Espaciais

i. Projetos inseridos, segundo a metodologia da PNDR;

Ver item 3.6.

ii. Projetos localizados no semiárido.

Conforme a Tabela 79, o maior volume de recursos do FNE, cerca de 59,3%, foi contratado fora da região semiárida, a despeito do semiárido contar com percentual superior de operações (62,0%).

Diante da exigência legal de aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo na região semiárida, merece registro o detalhamento da análise quanto ao comportamento das aplicações nessas duas regiões, constantes do subitem 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido, no qual constam informações a respeito das contratações acumuladas na região semiárida, além das ações realizadas pelo BNB, no sentido de atingir o percentual estabelecido pela legislação do Fundo.

Tabela 79 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ por Região – Primeiro Semestre de 2010

Região	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	
Semiárido	113.721	1.423.357	
Fora do Semiárido	69.817	2.075.451	
Total	183.538	3.498.808	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais.

Para esta prioridade, foi acordado com o MI o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 80 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados por intermédio dos subprogramas AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA e PRONAF-AGRINF, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados, os quais foram destinados a quatro perímetros, abrangendo quatro estados da área de atuação do Fundo.

Entre estes projetos merece destaque o perímetro irrigado Barreiras Norte e São Desidério/Barreiras Sul, situado no município de Barreiras-BA, que absorveu 79,2% dos recursos em 50,% dos contratos (Tabela 80). Vale ressaltar que os perímetros irrigados localizados nos estados do Ceará, Piauí e Sergipe, que responderam juntos por 33,5% do número de operações e por 80% dos valores contratados para o mesmo período do exercício anterior, não realizaram contratações nesse primeiro semestre de 2010.

Tabela 80 – FNE – Contratações⁽¹⁾ de Projetos Agroindustriais em Perímetros Irrigados⁽²⁾ Públicos

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
					Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL	Barreiras	4	50,0	11.709	79,2
MG	LAGOA GRANDE	Janaúba	1	12,5	140	0,9
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Souza	1	12,5	928	6,3
PE	BEBEDOIRO (PE)	Petrolina	2	25,0	1.998	13,6
Total			8	100,0	14.775	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF- Agroindústria e PRONAF-AGRINF e MPE - Agroindústria.

iv. Projetos que promovam diversificação da produção nas zonas de monocultura.

Acordado com o MI o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos.

v. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), a saber: Chapada do Araripe, Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO), Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó (Ver item 3.6).

3.6. O FNE no Contexto da PNDR

i. Projetos inseridos, segundo a metodologia da PNDR.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos naquelas regiões definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política de Estado, priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações sócio-produtivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades subregionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (BRASIL, 2010).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as subregiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e

b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de subregiões, a saber: 1 - Subregiões de Alta Renda; 2 - Subregiões Dinâmicas; 3 - Subregiões Estagnadas; e 4 - Subregiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias, às microrregiões pertencentes aos grupos 2, 3 e 4. A Figura 2 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias.

Nesta prioridade foram aplicados, no primeiro semestre de 2010, 80,5% dos recursos contratados pelo Fundo. Com base na Tabela 81, verifica-se certo equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para cada tipologia (*baixa renda, média renda estagnado, média renda dinâmico*¹⁰), sendo o desempenho desta última categoria ligeiramente superior às demais, ficando a maior soma (33,6%) com a tipologia dinâmico de *média renda*.

¹⁰ A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB – Programação FNE 2010.

Tabela 81 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Baixa Renda ⁽²⁾	59.313	32,3	485.546	13,9
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	57.605	31,4	1.153.866	33,0
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	63.207	34,4	1.175.916	33,6
Alta Renda ⁽⁵⁾	3.413	1,9	683.480	19,5
Total	183.538	100,0	3.498.808	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmico de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

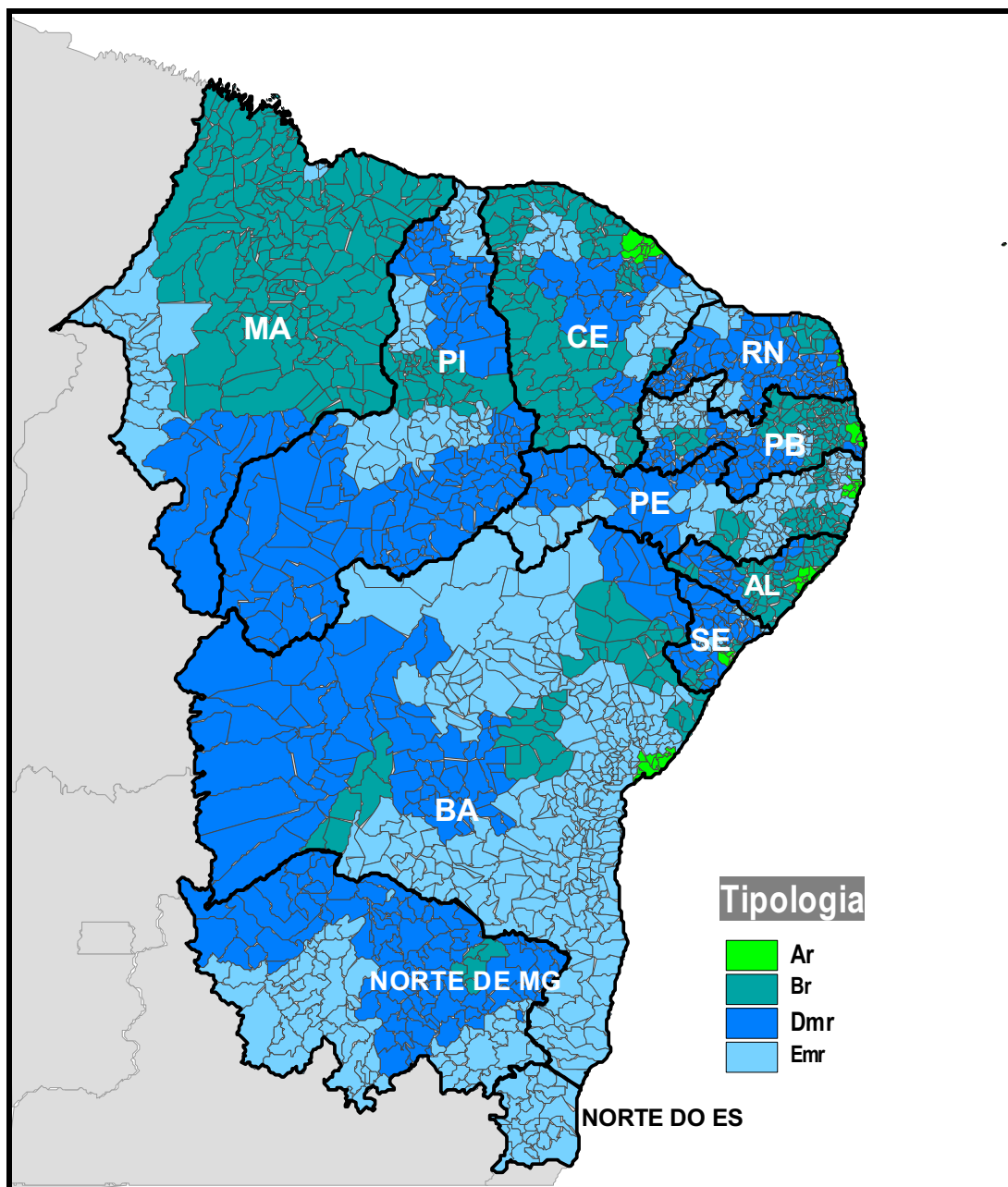


Figura 2 - Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do BNB.

Nota: Ar = Alta renda; BR = Baixa renda; Dmr = Dinâmico de menor renda; Emr = estagnado de média renda.
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

i.1 - Contratações por Tipo de Município e Porte

De acordo com a Tabela 82, verifica-se que os empreendimentos de porte mini/micro foram responsáveis por 95,2% dos contratos firmados dentro das áreas prioritárias da PNDR, havendo um certo equilíbrio na distribuição entre as

tipologias baixa renda; dinâmico de média renda e estagnado de média renda, evidenciando a preocupação com o desenvolvimento dessas regiões mais carentes. No que concerne aos recursos contratados, dentro dos territórios preferenciais, constata-se que o micro, pequeno e grande portes foram responsáveis por 54,8% dos investimentos.

Tabela 82 – FNE – Contratações^(h) por Tipo de Município e Porte – Primeiro Semestre de 2010

Tipologia	Valores em R\$ Mil									
	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.856	29.387	1.052	100.411	410	207.435	95	346.247	3.413	683.480
Baixa Renda	57.375	206.389	1.605	89.808	267	84.274	66	105.074	59.313	485.545
Dinâmico de Média Renda	60.458	212.765	2.085	113.722	420	175.186	244	674.243	63.207	1.175.916
Estagnado de Média Renda	53.657	201.641	3.032	209.734	726	250.799	190	491.693	57.605	1.153.867
Total	173.346	650.182	7.774	513.675	1.823	717.694	595	1.617.257	183.538	3.498.808

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

i.2 Contratações por Tipo de Município e Setor

Como pode ser observado na Tabela 83 o Setor Rural foi responsável por 95,8% das operações realizadas nas regiões prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (50,1%). Em seguida vem em destaque o Setor Comércio e Serviços com participação de 3,6% no número de operações e de 21,0% no volume de recursos investidos. Nesse Setor merece especial atenção a tipologia estagnado de média renda que contratou 67,7% dos recursos.

Tabela 83 – FNE – Contratações^(h) por Tipo de Município e Setor – Primeiro Semestre de 2010

Tipologia	Valores em R\$ Mil											
	Rural		Agroindústria		Industrial		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Alta Renda	1.585	13.579	9	1.126	376	331.117	1	39.068	1.442	298.590	3.413	683.480
Baixa Renda	57.705	344.549	28	8.644	145	34.060	1	18.126	1.434	80.167	59.313	485.545
Dinâmico de Média Renda	60.993	648.683	44	70.045	278	126.221	2	220.000	1.890	110.967	63.207	1.175.916
Estagnado de Média Renda	53.897	418.500	61	19.678	538	315.269	-	-	3.109	400.420	57.605	1.153.867

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Rural		Agroindústria		Industrial		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Total	174.180	1.425.311	142	99.493	1.337	806.667	4	277.194	7.875	890.144	183.538	3.498.808

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

i.3 - Contratações por Tipo de Município por Estado

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 84, que o Estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (17,6%), seguido do Ceará (14,3%) e do Maranhão com 12,7% das operações efetuadas. No entanto, analisando-se apenas os contratos firmados na tipologia *baixa renda*, verifica-se que o Maranhão aparece com o maior número de operações (19.541).

Tabela 84 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Estado – Primeiro Semestre de 2010

Estados	Tipologia	Valores em R\$ Mil	
		Quant.	Valor
AL	AR	175	39.978
	BR	6.549	47.094
	DMR	5.042	16.232
BA	AR	331	209.860
	BR	5.652	39.347
	DMR	6.495	240.542
	EMR	20.190	210.895
CE	AR	1.262	201.954
	BR	14.979	112.745
	DMR	5.811	122.573
	EMR	4.959	146.268
ES	EMR	343	58.784
MA	BR	19.541	186.806
	DMR	914	22.315

Valores em R\$ Mil

Estados	Tipologia	Quant.	Valor
	EMR	2.922	166.476
MG	BR	26	490
	DMR	9.876	102.072
	EMR	6.639	87.812
PB	AR	307	28.085
	BR	4.906	40.064
	DMR	3.666	13.077
	EMR	4.429	43.781
PE	AR	597	118.281
	BR	2.866	30.382
	DMR	7.163	50.358
	EMR	10.622	317.164
PI	BR	2.987	7.981
	DMR	8.855	357.459
	EMR	4.610	73.066
RN	AR	227	26.409
	BR	649	5.723
	DMR	9.117	111.826
	EMR	1.437	25.111
SE	AR	514	58.913
	BR	1.158	14.913
	DMR	6.268	139.463
	EMR	1.454	24.509
Total	-	183.538	3.498.808

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

i.4 - Contratações por Tipo de Município e Região

Levando-se em consideração o valor das operações realizadas na região semiárida, dentro das prioridades adotadas, com base na Tabela 85, constata-se que 96,1% das operações foram realizadas nas áreas de baixa renda, dinâmico de média renda e estagnado de média renda.

Tabela 85 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Tipo de Município e Região – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
Semiárido	AR	526	55.151
	BR	26.282	169.326
	DMR	50.978	638.952
	EMR	35.935	559.927
Outras Regiões	AR	2.887	628.329
	BR	33.031	316.220
	DMR	12.229	536.964
	EMR	21.670	593.939
Total	-	183.538	3.498.808

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), a saber: Chapada do Araripe, Xingó, Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO), Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.

A Figura 3 nos mostra a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Constam da Tabela 86 os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR). Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas nas mesorregiões localizadas na área de atuação do BNB, contrataram R\$ 702.4 milhões, totalizando 30.681 operações. Quando comparado ao mesmo período de 2009, que obteve R\$ 589,3 milhões contratados em 29.002 operações, percebe-se um aumento tanto no montante de recursos contratados como no número de operações, da ordem de 19,2% e 5,8%, respectivamente.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que com R\$ 305,5 milhões contratados, distribuídos em 3.754 operações, respondeu por 43,5% do valor total investido. A mesorregião do Xingó, com participação de 31,5% no número de operações, figura como a mesorregião com maior número de projetos financiados (9.656), com um volume contratado de R\$ 104,2 milhões. Merece destaque, ainda, a mesorregião da Chapada do Araripe onde houve o maior equilíbrio, em termos relativos, entre o número de operações e o montante contratado, a saber, 22,2% e 17,6%, respectivamente.

Tabela 86 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR⁽²⁾ – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	2.037	6,6	88.613	12,6
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	3.754	12,2	305.514	43,5
CHAPADA DO ARARIPE	6.812	22,2	123.746	17,6
JEQUITINHONHA/MUCURI	4.170	13,6	54.684	7,8
SERIDÓ	4.252	13,9	25.689	3,7
XINGO	9.656	31,5	104.204	14,8
Total	30.681	100,0	702.450	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

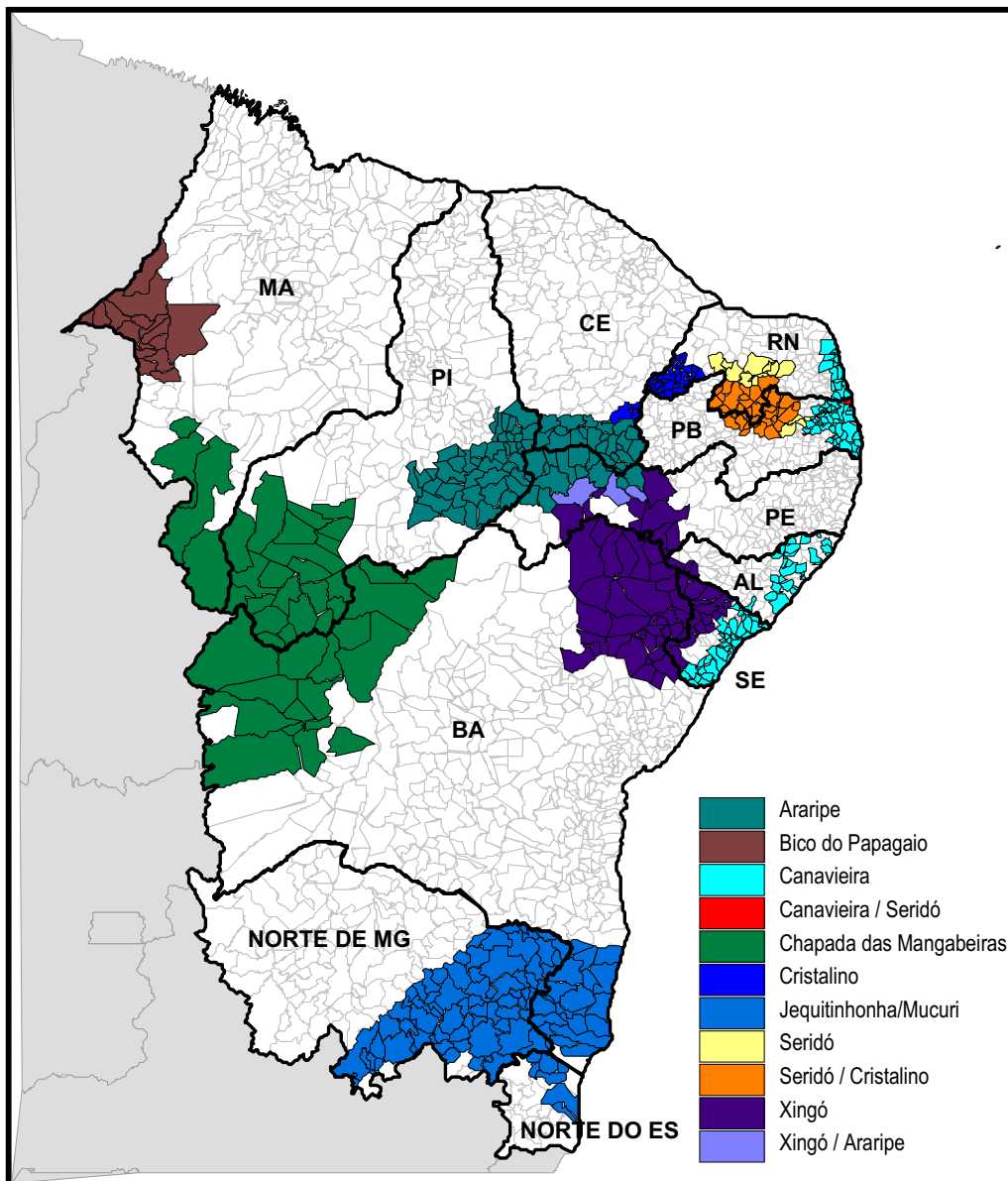


Figura 3 - Mesorregiões da Região Nordeste.

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

ii.1 Contratações em Mesorregiões por Porte

Conforme Tabela 87, verifica-se que do total das 30.681 operações contratadas nas mesorregiões, 28.895 delas foram destinadas a empreendimentos classificados como mini e micro portes, o que representa 94,2% das operações.

Destaca-se que os empreendimentos considerados de grande porte figuram como de menor expressão no tocante ao número de operações (0,5%). No

entanto, o mesmo segmento possui o maior volume em recursos contratados atingindo a marca aproximada de R\$ 377,6 milhões, o que representa 53,8% do volume global contratado.

Tabela 87 – FNE- Contratações em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Porte								Total	
	Mini / Micro		Pequeno		Médio		Grande		Quant.	Valor Contratado
	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado	Quant.	Valor Contratado		
Chapada das Mangabeiras	3.406	9.315	184	9.079	51	10.233	113	276.887	3.754	305.514
Chapada do Araripe	6.440	30.905	321	36.163	49	36.000	2	20.678	6.812	123.746
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.936	16.369	163	10.196	58	13.500	13	14.619	4.170	54.684
Xingó	9.199	48.510	327	18.943	121	28.638	9	8.113	9.656	104.204
Bico Papagaio	1.932	8.280	56	8.521	39	14.707	10	57.105	2.037	88.613
Seridó	3.982	11.674	244	11.272	24	2.519	2	224	4.252	25.689
Total	28.895	125.053	1.295	94.174	342	105.597	149	377.626	30.681	702.450

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.2 - Contratações em Mesorregiões por Estado

Analisando-se as aplicações do FNE nas Mesorregiões por Estado, é importante destacar que para a delimitação dessas mesorregiões foram consideradas características comuns entre municípios. Assim, existem mesorregiões que abarcam territórios de um ou mais estados.

Nesse sentido, com base nas informações prestadas na Tabela 88 verifica-se que os estados da Bahia e Pernambuco responderam juntos por 43,6% do número de operações realizadas nas suas mesorregiões. Vale lembrar que a mesorregião do Xingó, que teve participação de 31,5% no total de operações realizadas nas áreas de mesorregião, abrange os estados de Alagoas, Bahia e Pernambuco, contribuindo assim para essa concentração. Em termos de valores contratados, destacam-se os estados do Piauí e Bahia, com participação de 28,4% e 24,9% respectivamente. A mesorregião da Chapada das Mangabeiras teve forte influência na participação desses estados no aspecto de recursos contratados, lembrando que essa mesorregião contratou 43,5% do total dos recursos.

Tabela 88 – FNE - Contratações em Mesorregiões por Estado – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil			
Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	168	823
Bahia	Chapada das Mangabeiras	1.821	107.565
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	1.560	34.277
	Xingó	3.899	33.070
Ceará	Chapada do Araripe	2.839	96.894
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	52	311
	Bico do Papagaio	2.037	88.613
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.610	20.407
Paraíba	Seridó	1.372	4.250
Pernambuco	Chapada do Araripe	3.672	24.703
	Xingó	2.436	22.000
Piauí	Chapada das Mangabeiras	1.881	197.638
	Chapada do Araripe	301	2.150
Rio Grande do Norte	Seridó	2.880	21.439
Sergipe	Xingó	3.153	48.310

Total**30.681****702.450**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.3 - Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões

Com base na Tabela 89, constata-se que 76,5% das operações foram realizadas nas mesorregiões pertencentes à região semiárida.

Em contrapartida, quando analisamos o volume de recursos, percebe-se que as mesorregiões fora do semiárido responderam por 60,8% dos investimentos realizados. Em termos globais, merecem destaque a mesorregião do Xingó com o maior número de operações atingindo uma marca de 31,5% do total das operações; e a mesorregião da Chapada das Mangabeiras com o maior volume de contratações alcançando o montante de aproximadamente R\$ 305,5 milhões, o que representa 43,5% do total contratado para as mesorregiões.

Tabela 89 – FNE - Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões– Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil			
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semiárido		23.474	275.623
	Chapada das Mangabeiras	1.691	11.915
	Chapada do Araripe	6.812	123.746
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	1.063	10.069
	Xingó	9.656	104.204
	Seridó	4.252	25.689
Outras Regiões		7.207	426.827
	Chapada das Mangabeiras	2.063	293.599
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.107	44.615
	Bico Papagaio	2.037	88.613
Total		30.681	702.450

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii.4 - Contratações em Mesorregiões por Setor

Com base na Tabela 90, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 379,9 milhões contratados em 29.398 operações, o que representa participação de 54,1% e 95,8%, respectivamente. Dentro desse segmento, as mesorregiões Chapada do Araripe e Xingó respondem juntas por 53,7% da

quantidade de operações contratadas, ficando a Chapada das Mangabeiras com o maior volume de investimentos (50,1%).

O Setor Comercial e Turismo aparece como segundo maior em ordem de importância, com participação de 19,6% dos valores contratados e 3,4% no número de contratos. Aqui se verifica que a mesorregião do Bico do Papagaio foi a maior responsável pelos valores contratados (44,4%), ficando a chapada do Araripe com participação de 30,2% no que concerne ao número de contratos.

Tabela 90 – FNE- Contratações em Mesorregiões por Setor– Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Setor Rural	3.565	190.498	6.390	32.351	4.047	46.980	9.396	72.958	4.012	13.198	1.988	23.912	29.398	379.897
Setor Agroindustrial	5	11.724	1	4	2	534	8	2.732	1	38	1	73	18	15.105
Setor Industrial	12	502	104	44.664	14	628	33	12.628	44	3.369	7	3.277	214	65.068
Setor Turismo	1	50	2	10.358	1	50	1	34	-	-	1	50	6	10.542
Setor Infraestrutura	1	93.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	93.811
Setor Comercial/Turismo	170	8.927	315	36.370	106	6.493	218	15.852	195	9.084	40	61.301	1.044	138.027
Total	3.754	305.512	6.812	123.747	4.170	54.685	9.656	104.204	4.252	25.689	2.037	88.613	30.681	702.450

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

ii. Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento - RIDE's Petrolina-Juazeiro e Timon-Teresina.

As Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDEs – são regiões prioritárias definidas pela lei 6.047/2007. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base na Tabela 91 que foram investidos na RIDE Petrolina- Juazeiro, aproximadamente R\$ 87,0 milhões, em 1.020 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural que respondeu por 80,3% do número de contratos firmados e por 64,6% dos recursos investidos.

Tabela 91 – FNE- Contratações na RIDE⁽¹⁾ Petrolina-Juazeiro – Primeiro Semestre de 2010

Setor	Qtde de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	819	56.134	64,6
Agroindustrial	2	1.998	2,3
Industrial/Turismo	13	3.730	4,3
Infraestrutura	0	-	0,0
Comércio e Serviços	186	25.042	28,8
Total	1.020	86.904	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Regiões Integradas de Desenvolvimento.

Na RIDE-Timon-Teresina, de acordo com a Tabela 92, foram realizadas 720 operações, das quais cerca de 76,5% foram destinadas ao Setor Rural. No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços bem como o Setor Industrial/Turismo com participação de 47,1% e 45,9%, respectivamente.

Tabela 92 – FNE- Contratações na RIDE⁽¹⁾ Timon-Teresina – Primeiro Semestre de 2010

Setor	Qtde de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	551	3.008	6,4
Agroindustrial	4	253	0,5
Industrial/Turismo	28	21.519	45,9
Infraestrutura	0	0	0,0
Comércio e Serviços	137	22.102	47,1
Total	720	46.882	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Regiões Integradas de Desenvolvimento.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 Metodologia de Avaliação do FNE

A avaliação do FNE, além de fazer parte das políticas do BNB, atende a recomendação do Ministério da Integração Nacional e do Tribunal de Contas da União para avaliação dos Fundos Constitucionais FNE, FCO e FNO.

Ciente da necessidade do processo de avaliar suas ações, o BNB, por meio de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos – ETENE, criou em 2004 a Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Referida célula desenvolveu, em 2005, uma metodologia para avaliar as políticas e programas do Banco, iniciando-se pela avaliação dos resultados e impactos ocasionados pelo FNE. Após a aplicação de tal metodologia ao longo de 4 anos (2005 a 2009), esta foi revisada em 2009 e publicada no primeiro semestre de 2010, incorporando melhorias identificadas ao longo do processo.

Partindo do modelo conceitual de eficiência, eficácia e efetividade constante em HOLANDA (2006), a Avaliação do FNE contempla os dois últimos, abordados pelos aspectos de i) análise de resultados; ii) análise da efetividade das ações; e iii) análise de resultados e impactos.

O processo de avaliação selecionado é lastreado por uma Matriz de Estrutura Lógica, onde é apresentado o relacionamento entre objetivos, instrumentos de ação, efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, permitindo a visualização da lógica estabelecida para viabilizar o alcance dos objetivos definidos. Os quadros 1A e 2A mostram, respectivamente, a Matriz de Estrutura Lógica do FNE e os Indicadores de Execução, Efetividade e Resultados.

A Metodologia de Avaliação do FNE contempla, além da visão global do Fundo, os níveis: empreendimentos, estados, região (semiárida e fora do semiárido), setores econômicos e porte dos empreendimentos.

A metodologia adota a utilização de grupos de controle (empreendimentos não contemplados com o FNE) e grupo experimental (de tratamento), ou seja, constituído por empreendimentos que não receberam financiamento do Fundo, compondo duas situações que serão confrontadas. Nesse tipo de avaliação, *quase experimental*, o BNB se utiliza de dados secundários, a exemplo das informações obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dentre outras fontes.

Outro modelo adotado para a avaliação do FNE, é o *não experimental*, onde se considera apenas a população ou o grupo que recebeu financiamento do Fundo, reconstituindo-se a situação desse grupo antes da intervenção. Nesse modelo, são utilizados dados primários a partir da realização de pesquisa de campo, além da utilização de dados secundários.

Por fim, a metodologia de avaliação do FNE é desenvolvida por uma equipe mista, composta por funcionários do BNB, que compõem a equipe do ETENE, unidade administrativa que dispõe de uma área em sua estrutura organizacional, cuja função básica é a avaliação de políticas e programas, e por avaliadores externos. A composição da equipe de avaliação por técnicos do Banco e por consultores externos transmite maior isenção às avaliações dessa importante política.

Considerando-se a abrangência do FNE e suas características de política pública, que contempla distintos programas para financiamento dos diferentes setores da economia, constata-se que uma avaliação simultânea desses programas torna-se operacionalmente inviável e tecnicamente questionável, se observadas as especificidades das atividades econômicas e suas conjunturas. Assim sendo, o Banco adotou a seguinte estratégia de trabalho:

- avaliação anual de um ou mais Programas, selecionados em decorrência da representatividade do setor, por alguma razão circunstancial, ou mesmo por orientação dos órgãos de controle;
- realização de avaliações globais do FNE, por temas específicos como por exemplo: emprego, massa salarial, evidenciando, assim, os impactos sobre a economia gerados por todos os Programas;
- elaboração de relatórios semestrais de avaliação com as informações da execução, incorporando resultados e impactos dos estudos e avaliações concluídos ou em curso no período, além de inferências gerais realizadas por meio da Matriz de Insumo-Produto;
- desenvolvimento de estudos de casos quando se verifica uma situação que necessita de aprofundamento.

Em fase de conclusão está a pesquisa de Avaliação do FNE Rural, em específico as atividades de bovinocultura de corte, bovinocultura de leite e soja (essas a partir de dados primários), além das atividades de cultura de algodão e uva (mediante dados secundários), cuja síntese preliminar é apresentada a seguir.

Ainda em fase de contratação, tem-se as pesquisas de Avaliação do Agroamigo (programa de microcrédito rural orientado do BNB) e Pronaf.

4.2 Avaliação do FNE RURAL

O FNE RURAL (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste) tem como objetivos:

- 1) promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da diversificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas;
- 2) aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente, com o conseqüente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem assim de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras;
- 3) apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico, tendo como beneficiários produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais.

Os recursos do Programa FNE Rural são destinados à implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos agropecuários, contemplando as atividades de agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, bovinocultura, bubalinocultura, ovinocaprino cultura, avicultura, suinocultura, apicultura, sericicultura, estruticultura e produção de sementes e mudas, mediante o financiamento de todos os investimentos fixos e semifixos.

O FNE-RURAL é o Programa que responde pelo maior volume de contratações e pela maior quantidade de clientes no âmbito do FNE. Sua avaliação contempla pesquisa de campo e documental, abrangendo as atividades da bovinocultura do leite, bovinocultura do corte e cultivo da soja, as quais representaram 42,6% das contratações do FNE Rural no período de 1998 a 2008. As contratações dessas atividades, desde a criação do FNE, em 1989, representam 36,1% do total aplicado no período de 1989 a 2008, verificando-se a representatividade do setor. Além dessa pesquisa de campo envolvendo as três atividades acima citadas, está sendo realizada a avaliação do FNE Rural nas atividades de cultivo do algodão e cultivo da uva, a partir de dados secundários.

Esse importante trabalho é realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), por meio de pesquisadores dos diversos centros especializados dessa empresa, que estão avaliando os resultados e impactos nas atividades de cultivo de soja, bovinocultura de corte e leite, em

empreendimentos que contam com recursos do FNE Rural, na área de atuação do BNB. No âmbito dessa parceria, a Embrapa está elaborando, ainda, uma análise econômica para as atividades de cultivo da uva e do algodão.

Participam, também, dessa avaliação do FNE Rural, um consultor externo cuja função é realizar o acompanhamento metodológico, zelando pelo cumprimento da metodologia de avaliação em todos os seus procedimentos, evitando, assim, a inserção de condicionantes exógenas à pesquisa, o que pode conduzir a resultados tendenciosos; para aplicação da pesquisa de campo junto aos empreendedores das atividades investigadas foi contratado também empresa especializada no tema.

O modelo adotado na avaliação do FNE Rural foi o “não experimental”, utilizado quando a condição não é apropriada para a utilização de “grupo de controle”. O foco do modelo “não experimental” é a comparação da situação do empreendimento “antes” com a situação “depois” do financiamento, junto aos beneficiários das intervenções.

Essa avaliação do FNE Rural tem caráter “misto”, ou seja, conjuga a avaliação de consultoria externa com a interna, com vistas a superar as dificuldades e limites de ambas, preservando-se suas vantagens e suprimindo-se, do processo avaliativo, a tendência de envolvimento entre avaliado e avaliador.

4.2.1 Cultivo de Soja

4.2.1.1 Análise Econômica

A revolução sócio-econômica e tecnológica protagonizada pela soja no Brasil, pode ser comparada ao fenômeno ocorrido com a cana-de-açúcar no Brasil Colônia e do café no Brasil Império. A soja responde por uma receita cambial direta para o País de mais de oito bilhões de dólares anuais e muitas vezes esse valor, se considerados os benefícios que gera ao longo da sua extensa cadeia produtiva¹¹.

A soja liderou a implantação de um novo povoamento no Brasil central, levando o progresso e o desenvolvimento para a região despovoada e desvalorizada, fazendo brotar cidades no Cerrado.

O explosivo crescimento da produção de soja no Brasil, de quase 30 vezes no transcorrer de apenas três décadas, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na história do País.

Ela também apoiou ou foi a grande responsável pela aceleração da mecanização das lavouras brasileiras; pela modernização do sistema de transportes; pela expansão da fronteira agrícola; pela profissionalização e

¹¹ Informação extraída do site <http://www.biodieselbr.com/plantas/soja/soja.htm> em 11/01/2010.

incremento do comércio internacional; pela modificação e enriquecimento da dieta alimentar dos brasileiros; pela aceleração da urbanização do País; pela interiorização da população brasileira (excessivamente concentrada no sul, sudeste e litoral); pela tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho); assim como, impulsionou e interiorizou a agroindústria nacional¹².

A soja é uma leguminosa/oleaginosa adaptada às condições dos cerrados brasileiros, graças aos avanços da pesquisa agrícola, cuja cultura simboliza e até se confunde com a própria modernização da agricultura brasileira.

O crescimento da produção e o aumento da capacidade competitiva da soja brasileira sempre estiveram associados aos avanços científicos e a disponibilização de tecnologias ao setor produtivo. A sojicultura beneficiou-se da pesquisa intensiva no desenvolvimento destas tecnologias de produção, bem como de cultivares adaptadas às mais variadas condições edafoclimáticas em que se procurou expandir sua área de plantio, propiciando assim a obtenção de cultivares da soja (*Glycine Max* (L) Merrill) adaptados às baixas latitudes. Desta forma sua fronteira agrícola brasileira caminhou no sentido norte/nordeste do país.

O estabelecimento de parques industriais para o processamento da soja, de máquinas e de insumos agrícolas através de incentivos do governo para o incremento da produção e o estabelecimento de agroindústrias; facilidade da mecanização total da cultura; surgimento de um sistema cooperativo dinâmico e eficiente que deu forte apoio à produção, à industrialização e à comercialização das safras; além da expansão das novas fronteiras agrícolas; melhoria nos sistemas de transportes (viário, portuário e comunicação, visando a exportação e a participação importante na balança comercial do país são também fatores importantes para a expansão da atividade no Brasil.

A soja é amplamente cultivada em vários países do mundo. Os principais produtores mundiais são os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina e a China. No Brasil, as principais áreas produtoras estão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do País. Os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e de Goiás são os principais produtores de soja do Brasil¹³ (Figura 4).

¹² Idem

¹³ Informação extraída do site: <http://www.biodieselbr.com/plantas/soja/soja.htm> em 01/12/2009

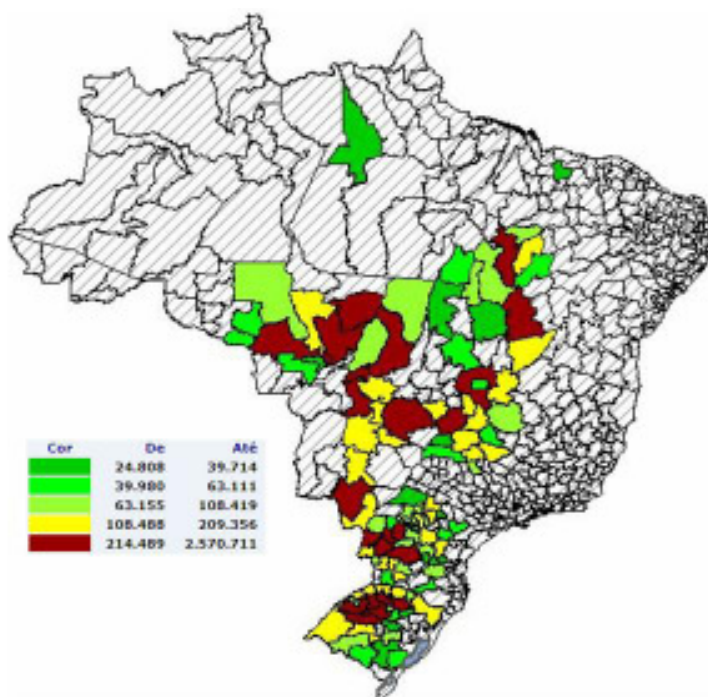


Figura 4 - Distribuição espacial da área de produção de soja no Brasil - safra 2006/07.

Fonte: IBGE (2009).

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja. Na safra 2006/07, a cultura ocupou uma área de 20,7 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 58,4 milhões de toneladas. Os Estados Unidos, maior produtor mundial do grão, responderam pela produção de 86,8 milhões de toneladas de soja. A produtividade média da soja brasileira é de 2.823 kg por hectare, chegando a alcançar cerca de 3.000 kg/ha no Estado de Mato Grosso, o maior produtor nacional. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mostram que a oleaginosa tem uma importante participação nas exportações brasileiras. Em 2006 foram US\$ 9,3 bilhões, o que representou 6,8% do total exportado¹⁴.

Segundo dados da USDA, na safra 2008/2009 espera-se uma produção mundial de 210,6 milhões de toneladas em uma área plantada de 96,3 milhões de hectares; nos Estados Unidos a produção está estimada em 80,5 milhões de toneladas em 30,2 milhões de hectares e produtividade de 2.666 Kg/ha; o Brasil espera uma safra de 57,1 milhões de toneladas em uma área plantada de 21,7 milhões de hectares e produtividade de 2.629 kg/ha (CONAB)¹⁵.

¹⁴ Informação extraída do site da Embrapa Soja:

http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=22&cod_pai=16 em 01/12/2009.

¹⁵ Informação extraída do site Embrapa Soja:

http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=294&cod_pai=16 em 01/12/2009.

A soja no Brasil é predominantemente utilizada para o processamento do grão em óleo e proteína. A proteína processada (torta ou farelo) é utilizada como suplemento protéico na ração animal. Esse farelo é torrado/aquecido a ponto de inativar os fatores antinutricionais naturalmente presentes na soja.

Sua produção, por ser uma atividade altamente intensiva no uso de capital e por demandar a utilização de certos padrões tecnológicos, apresenta características de uma agricultura industrial, ou seja, dentro de uma mesma região, a partir das condições agroecológicas regionais, existem poucas variações na tecnologia de produção da oleaginosa. Isso significa que a grande maioria dos sojicultores, por exemplo, da região Extremo Oeste da Bahia tende a empregar insumos modernos de maneira muito similares: sementes, fertilizantes, defensivos etc. Dentro de uma mesma região, as variáveis que podem apresentar maiores diferenças nos sistemas de produção de soja estão associadas, sobretudo, com o tamanho da área explorada e com o tipo de agricultor (familiar ou patronal).

4.2.1.2 Síntese da Execução

A atividade sojícola recebeu do BNB, entre 1989 e 2008 quase R\$ 1,8 bilhão, em mais de 1.500 operações, destinando para a soja irrigada 2,4% do total dos recursos, e para a soja de sequeiro 95,3%, além de outros 2,3% não especificados, provavelmente para sequeiro. Quanto ao porte dos clientes houve uma concentração dos recursos na categoria grande, com 93,4% dos valores contratados, sendo destinados para as categorias mini, pequeno e médio, juntas, 6,6% desse valor (Gráfico 8).

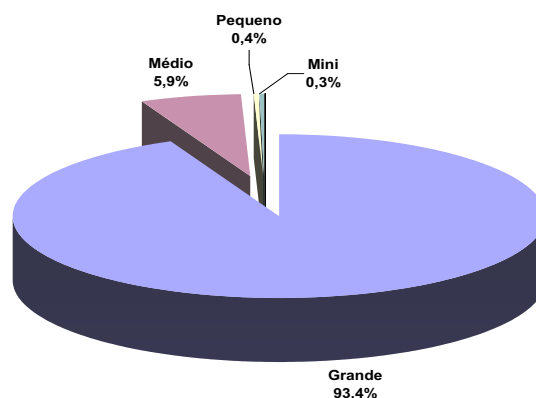


Gráfico 8 - FNE Rural – Cultivo de Soja por Porte - Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Os estados da Bahia, Piauí e Maranhão receberam os maiores números de contratações do FNE para a atividade soja, no período de 1989 a 2008, respondendo, respectivamente, por 39,4%; 26,5% e 23,3% das operações contratadas. Quanto aos valores contratados para a atividade, representado também em termos percentuais, neste mesmo período, o Maranhão recebeu

46,6%; a Bahia 27,0% e o Piauí 25,2%, possuindo estas unidades federativas vastas áreas de cerrados propícios para o desenvolvimento da soja (Gráfico 9).

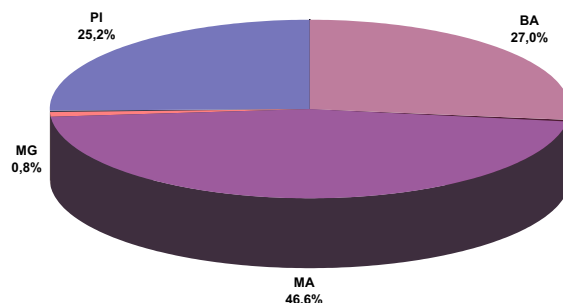


Gráfico 9 - FNE Rural – Cultivo de Soja por Estado - Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Nos estados com maior contratação do FNE para o cultivo da soja, observa-se a concentração dos valores aplicados em empreendimentos de grande porte, sendo que na Bahia, no Maranhão e no Piauí a participação desta categoria foi respectivamente, de 96,2%, 94,4% e 90,0% do total.

As aplicações de recursos em soja em outros estados da região Nordeste são marginais, se comparadas às realizadas nas três principais áreas produtoras. Essas aplicações, portanto, só se justificam em cultivos irrigados para produção de sementes, a exemplo do que ocorre no Distrito de Irrigação de Limoeiro do Norte. Além das três principais áreas produtoras, pode-se observar uma mancha relativamente forte de aplicações na região de Chapadinha (MA), que conta com boas áreas de cerrados, onde vem crescendo a produção da oleaginosa (Figura 5).

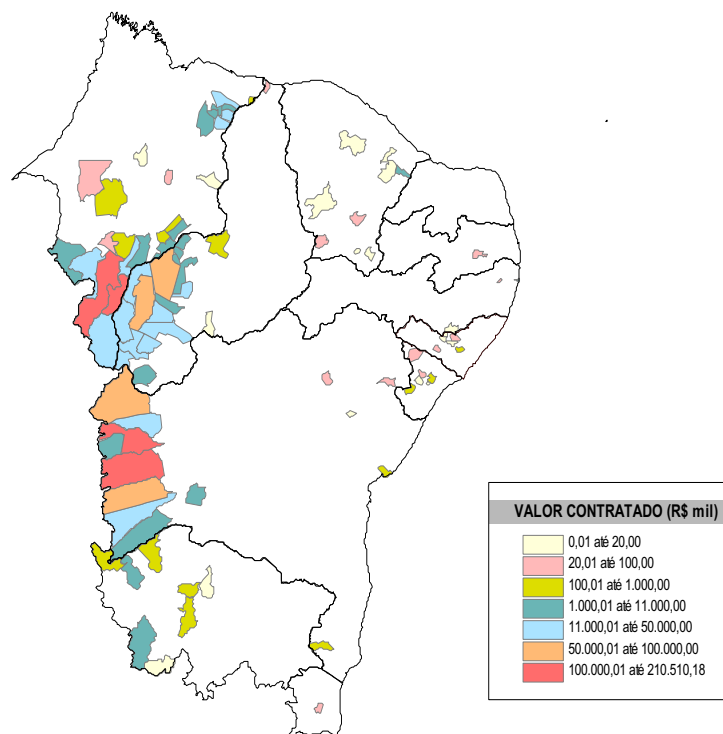


Figura 5 - Mapa das contratações do FNE – Cultivo de Soja - Período: 1989 a 2008.

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Em relação ao volume de recursos contratados por região, no período de 1989 a 2008, observamos que o cultivo da soja teve maior concentração fora do semiárido nordestino, sendo aplicado R\$ 1,2 bilhão, que corresponde a 93,4% do total aplicado. Quanto à região semiárida, foram aplicados R\$ 86,0 milhões, ou seja, 6,6% dos recursos. Esta concentração fora do semiárido deve-se às características edafoclimáticas propícias à exploração da atividade sojícola.

4.2.1.3 Resultados e Impactos

Alguns resultados e impactos preliminares da aplicação do FNE Rural na atividade de cultivo da soja, decorrentes da análise dos dados coletados na pesquisa de campo junto aos empreendedores financiados pelo BNB, estão apresentados nesse item.

Esses resultados, que se referem à produção, produtividade, geração de emprego e aos aspectos ambientais, tecnológicos e de gestão da cultura de soja financiada, têm caráter preliminar.

A conclusão da pesquisa de campo vai possibilitar maior aprofundamento das análises dos dados relativos à soja, como também das atividades de bovinocultura de corte e de leite.

Para a definição da amostra, foi selecionado, dentro do período de 1999 a 2008, o ano de 2006, ano em que foram financiados 164 clientes na atividade de cultivo da soja. A seleção desse ano de 2006 deve-se ao fato de a atividade requerer pelo menos três anos para atingir estabilidade, ou seja, equilibrar custos e receitas.

O tamanho da amostra foi estabelecido em 76 clientes (Tabela 93), e para sua definição adotou-se um erro amostral de aproximadamente 7,0%, com nível de confiança de 90,0%, estabelecendo escore de 1,64 sob a curva normal e proporção máxima de 50,0%, o que traduz uma variância da ordem de 0,25. Para seleção dos sujeitos da amostra, foi utilizada a técnica de sorteio aleatório.

Apresenta-se, a seguir, o painel amostral dos clientes financiados no cultivo da soja, com as respectivas distribuições por unidade da federação, no âmbito da área de atuação do BNB, região climática semiárida ou fora do semiárido e porte do empreendimento.

Tabela 93 - Painel amostral dos clientes financiados no cultivo da soja, no ano de 2006 (com milheto)

UF	Fora do Semiárido					Semiárido					Total
	Grande	Médio	Mini	Pequeno	Subtotal	Grande	Médio	Mini	Pequeno	Subtotal	
AL	—	—	—	—	—	—	—	01	01	02	02
BA	26	06	—	—	32	—	—	—	—	—	32
CE	—	—	—	—	—	—	—	07	—	07	07
MA	11	06	—	01	18	—	—	—	—	—	18
MG	—	01	—	—	01	—	—	—	—	—	01
PE	—	—	—	—	—	—	—	01	—	01	01
PI	08	03	—	—	11	02	01	—	—	03	14
SE	—	—	—	—	—	—	01	—	—	01	1
Total	45	16	—	01	62	02	02	09	01	14	76

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil - BNB

A seguir, são efetuadas as análises comparativas das situações dos empreendimentos antes e depois do financiamento, trazendo-se, também, os dados constantes dos projetos de implantação dos empreendimentos. Essa tipologia de abordagem é foco do modelo “não-experimental” utilizado na metodologia dessa pesquisa e equipe mista de avaliação, conjugando pesquisadores internos e externos ao BNB.

Quanto aos aspectos de produção da soja, os empreendimentos antes do financiamento apresentavam, em média, uma área total de plantio, nas condições de sequeiro, da ordem de 1.250 ha, com produtividade média de 48 sacas de 60 kg, o que resulta em uma produção total da ordem de 60.000 sacas de soja por safra agrícola.

Os dados apresentados na situação depois de implantados os projetos de financiamento revelam uma área total de plantio em torno de 1.715 ha, cuja produtividade média foi de cerca de 51 sacas de soja/ha, proporcionando uma produção total de 87.465 sacas. Diante disso, ao comparar os dados de produção antes e depois do financiamento do FNE, observa-se um aumento da ordem de 45,8% no volume dessa variável.

Registra-se, também, que os dados de produção projetados para esses empreendimentos apontavam para uma produtividade média de 51,31 sacas de 60kg/ha, sinalizando que os projetos atingiram suas principais metas. Esses dados podem indicar, ainda, que as projeções para os itens financiados, nesses empreendimentos, tais como máquinas, correção do solo, construção civil, silos, dentre outros, mostram-se adequadas.

Os ganhos de produção podem ser explicados por duas razões: 1) pela ampliação de 37,2% na área média cultivada com a oleaginosa, que foi, em grande parte, decorrente do maior aporte de capital, proveniente de importantes fontes financiadoras, em que se destaca o FNE Rural; e 2) pelos incrementos ao redor de 6,3% na produtividade média dos empreendimentos financiados.

Especialmente, em relação aos ganhos de produtividade, é importante ressaltar que eles se devem, sobretudo, a investimentos em tecnologia de produção, notadamente as tecnologias de plantio direto, correção do solo e fertilização, que possibilitam, dentre outras coisas, minimizar problemas de erosão do solo, ampliar a oferta de nutrientes essenciais para o desenvolvimento das plantas e contribuir para a conservação do solo, que pode ser considerado o recurso produtivo fundamental para a exploração de atividades agrícolas. Como esses investimentos tecnológicos tendem a requerer, também, expressivo aporte de capital, pode-se destacar a importância dos financiamentos do FNE Rural para a atividade sojícola.

Com base na análise dos dados coletados junto aos estabelecimentos financiados pelo FNE, é possível inferir que outros aspectos contribuíram para o aumento da produtividade da soja. Dentre eles, podem ser destacadas as melhorias no processo de tratamento das sementes e a maior preocupação com o controle de pragas e doenças, confirmando, assim, o que aponta a pesquisa de campo com relação ao quesito melhoria nas tecnologias de produção.

Sob os mesmos parâmetros de antes e depois da implantação dos projetos de cultivo da soja, a partir de financiamentos do FNE, pode-se fazer alguns comentários acerca do emprego de mão-de-obra.

Antes do projeto, a área total média das propriedades era de 3.045 ha, com uma média de 16,1 empregados, o que totaliza cerca de 0,5 emprego para cada 100 hectares. A situação pós-financiamento revela que as propriedades tiveram sua área média ampliada em 18,7%, pois passou para 3.613 ha, e um total médio de empregados da ordem de 46,9, que corresponde a cerca de 1,3 emprego para

cada 100 hectares. Esses dados demonstram que, embora a sojicultura seja uma atividade altamente capital intensiva, após a implantação dos projetos em foco houve ampliação da ordem de 160,0% no nível de emprego, nesses empreendimentos financiados.

O nível médio de emprego apresentado nos projetos de financiamento foi de 1,36 para cada 100 hectares, expressando significativa contribuição do Programa FNE Rural para o aumento da oferta de emprego na atividade.

Esse crescimento no nível médio de emprego pode, em grande parte, ser explicado pela tendência crescente de cultivo da soja de conformidade com os princípios da denominada agricultura de precisão. Nesse tipo de agricultura, dentre outras coisas, busca-se utilizar insumos nas quantidades adequadas, sem carências ou desperdícios, existindo, assim, maiores exigências em termos de monitoramento da lavoura, por parte dos trabalhadores, em frequência quase diária, com o objetivo de otimizar os processos agrícolas, em que se incluem os controles de pragas e doenças.

O BNB, atento aos potenciais impactos que a cultura da soja pode ocasionar ao meio ambiente, incentiva, também, a adoção de medidas preventivas e avalia os empreendimentos financiados quanto a distintos aspectos. Dentre eles, estão os relacionados às práticas de proteção e conservação do solo, à utilização de produtos químicos, à condição de possuir licenciamento ambiental atualizado e outorga d'água, à preservação das nascentes, matas ciliares e encostas, ao estado de conservação das fontes hídricas (lagoas, açudes, rios e riachos), à prática de queimadas, às formas de obtenção de energia e à recomposição das áreas desmatadas.

Observou-se, preliminarmente, que, de uma maneira geral, os empreendedores depois dos financiamentos do FNE Rural estão, notadamente, atendendo à legislação ambiental para obter o licenciamento ambiental de suas propriedades, averbar as áreas de reserva legal e obter outorgas para o direito ao uso das fontes hídricas. Com relação à conservação do solo, observou-se, ainda, que os empreendedores estão, com maior frequência, preservando as nascentes dos cursos d'água e adotando práticas de adubação verde e de pousio das terras produtivas.

No âmbito dos cuidados com o uso de agrotóxicos, os dados indicam que os empreendedores da soja estão mais frequentemente realizando a tripla lavagem das embalagens, calibrando os pulverizadores e limpando-os após o uso, empregando os equipamentos de proteção individual, bem como reservando um local específico para armazenamento desses produtos.

Para o BNB, a melhoria nas tecnologias de produção e de gestão dos empreendimentos financiados representa um compromisso a ser alcançado e, para isso, o Banco estimula seus clientes a buscar os avanços técnicos e gerenciais incluindo, no acompanhamento sistemático desses empreendimentos

e, também, nessa pesquisa de campo, a observação de aspectos relacionados ao planejamento da produção, controle de custos, treinamento de empregados, à adoção de formas de associação, à análise e correção do solo, ao tratamento de sementes, ao controle de pragas e doenças, ao uso da técnica de plantio direto, à rotação de cultura, ao uso de curvas de nível, ao uso de irrigação, e ao sistema de armazenagem de grãos.

Os dados preliminares da pesquisa apontam para uma maior atenção, por parte dos empreendedores, com a qualidade das sementes utilizadas no plantio, adotando, mais frequentemente, técnicas para tratamento dessas sementes, bem como o controle de pragas e doenças e a utilização de sistema adequado para armazenagem dos grãos.

Quanto aos aspectos gerenciais, os empreendedores, em maior número, afirmam que, após o financiamento, passaram a realizar o planejamento prévio da produção, a utilizar sistemas de informação de mercados, a adotar alguma ferramenta para controle dos custos de produção e a treinar seus funcionários.

Ressalta-se que, embora preliminares, os dados da pesquisa apontam para uma melhoria, de maneira geral, da tecnologia de produção e de gestão na atividade da soja. Esses primeiros resultados vêm ao encontro do objetivo do FNE Rural de aumentar a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração e com o incremento dos níveis de emprego e renda.

Sabe-se que muito mais se tem a avançar nesse processo contínuo de aperfeiçoamento e de desenvolvimento de um modelo social, econômica e ambientalmente sustentável de produção da soja.

A conclusão das etapas de trabalho da pesquisa, o aprofundamento das análises e a síntese das conclusões vão proporcionar significativos subsídios para orientar as políticas de aplicação do FNE Rural nessa atividade, como objetivo principal de um processo avaliativo.

A cadeia produtiva da soja apresenta um intensivo uso de capital e uma pouca ocupação relativa de mão-de-obra na produção agrícola, em consequência dos avanços tecnológicos da atividade, mas ao longo de sua forte e longa cadeia há uma interconexão com uma variada gama de outras atividades, quais sejam: óleos vegetais, margarinas, sorveterias, confeitarias, fábricas de rações, avicultura e suinocultura, biodiesel, bebidas lácteas, mercado de máquinas e insumos agrícolas etc, com forte capacidade de geração de renda, arrecadação tributária, divisas e empregos (direto e indiretos).

Dados da Matriz Insumo Produto do Nordeste apontam os reais impactos da sojicultura (Tabela 94), dentre os quais pode-se destacar:

Geração e incorporação de R\$ 7,3 bilhões de renda bruta (VBP), à produção regional (MIP);

Geração de R\$ 3,8 bilhões de renda – valor adicionado (MIP);

Geração de mais de 10 mil empregos – formais ou não (MIP);

Impacto de R\$ 1,0 bilhão na massa salarial (MIP);

Incremento da ordem de cerca de R\$ 1,2 bilhão em tributos (MIP).

Tabela 94 - Cultivo de soja - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Valor da Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego ⁽³⁾ (Média Anual)	Salário	Tributos
Alagoas	0,44	1,80	0,90	2	0,24	0,29
Bahia	497,54	2.173,47	1.131,34	2.876	296,44	349,00
Ceará	1,80	7,89	4,17	10	1,06	1,28
Espírito Santo	0,07	0,29	0,15	0	0,04	0,05
Maranhão	859,32	3.022,04	1.679,23	4.603	430,30	483,84
Minas Gerais	15,25	66,61	34,67	88	9,08	10,70
Paraíba	0,00	-	-	-	-	-
Pernambuco	3,56	14,46	7,50	20	1,87	2,34
Piauí	465,36	1.991,33	1.022,19	2.490	346,61	331,24
Rio Grande do Norte	0,00	-	-	-	-	-
Sergipe	0,90	3,03	1,63	4	0,41	0,48
Total	1.844,23	7.280,91	3.881,77	10.093	1.086,06	1.179,21

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados nos vinte anos de contratações do FNE- cultivo de soja.

O BNB, por intermédio dos recursos do FNE, teve papel relevante no financiamento direto e na alavancagem de outras fontes de recursos, que ensejou esse processo de crescimento, não apenas pelo crédito em si, mas pelas ações integradas e esforços de articulação e organização dos agentes produtivos.

Cabe salientar que os efeitos multiplicadores e impactos dos investimentos em soja não se limitam aos empregos e à renda gerada nessa cadeia agroindustrial, mas se ampliam e se estendem a outras importantes cadeias produtivas de grãos, fibras e carnes. Como tal, fazer uma análise dos impactos apenas da soja nos cerrados nordestinos pode gerar resultados infinitamente inferiores aos reais impactos, se considerada a integração das cadeias produtivas e seus respectivos impactos à montante e à jusante da produção.

Por fim, registre-se que a soja, a despeito de ser capital intensivo na produção de grãos e, portanto, ser cada vez menor a densidade de mão-de-obra

necessária por unidade de área em função dos avanços tecnológicos, é a atividade-chave das áreas de cerrados, que tem forte impacto sobre emprego, renda e geração de divisas.

4.2.2 Bovinocultura de Corte

4.2.2.1 Análise Econômica

A pecuária bovina é uma atividade econômica de grande expressão, ocupando, ao longo do planeta, uma área ao redor de 3 bilhões de hectares de pastagens (SILVA; CARVALHO, 2005). No Brasil são 176 milhões de hectares, em sua maioria pastagens cultivadas, com exceção de regiões específicas como o Pantanal e a Campanha gaúcha. No mundo todo, as pastagens abrigam ao redor de 980 milhões de bovinos e o Brasil possui o segundo maior rebanho, com 170 milhões de cabeças, o que representa 17% do efetivo mundial.

A produção global de carne alcança ao redor de 57 milhões de toneladas de equivalente-carcaça, e o Brasil, responsável por 13% desse total, ocupa a segunda posição entre os países produtores com 7,6 milhões de toneladas. Esse volume de produto movimentava bilhões de dólares por ano, fruto da comercialização anual de mais de sete milhões de toneladas de equivalente-carcaça. O Brasil é o principal exportador, sendo responsável por quase 25% das exportações mundiais.

Quanto ao consumo de carne bovina, o Brasil apresenta um número bastante elevado, da ordem de 39,7kg de equivalente-carcaça/habitante/ano, sendo superado por poucos países, dentre eles Argentina (65,6kg) e Estados Unidos (40,6kg). A dimensão da população brasileira, aliada ao alto consumo *per capita*, revela a importância do mercado interno.

A pecuária brasileira vem sofrendo ameaças de natureza econômica, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, tem-se o aumento dos custos, a pressão das atividades concorrentes pela terra, o crescimento do consumo dos produtos substitutos a base de frango e suíno, e o baixo retorno do capital investido na atividade. No lado social, a atividade, no âmbito da fazenda, gera poucos empregos, e em termos ambientais, o desmatamento da Amazônia e as exigências quanto às áreas de reserva legal tendem a forçar maior eficiência no uso da terra.

A produtividade dos rebanhos bovinos tem como um dos principais indicadores a respectiva taxa de abate, que é a razão entre o número de animais abatidos e o efetivo total do rebanho. O Brasil obteve a segunda menor taxa de abate mundial, passando de 22,7% em 1998 para 23,3% em 2008. Isto representa um aumento de apenas 3%, situando-o abaixo da média mundial, que foi de 25%.

A pecuária de corte brasileira também mostra desempenho baixo quando este é expresso em termos de produção de equivalente-carcaça por animal do rebanho. Esta produção aumentou de 42,7kg para 43,8kg entre 1998 e 2008, ou seja, apenas 1,1kg em uma década, ficando somente acima da média mundial (31,3kg em 1998 e 37,4kg em 2008) e da Índia. No mesmo período, a China elevou sua produção de 38,6 para 58,4kg de equivalente-carcaça por animal do rebanho. Já os Estados Unidos produziram 119,1kg de equivalente-carcaça por animal do rebanho em 1998, aumentando tal número para 127,1kg em 2008. Quanto à União Européia, esta obteve pouco progresso no período, aumentando em apenas 1,4kg a produção de equivalente-carcaça por animal do seu rebanho, ou seja, passou de 92,0kg em 1998 para 93,4kg em 2008 (Gráfico 10).

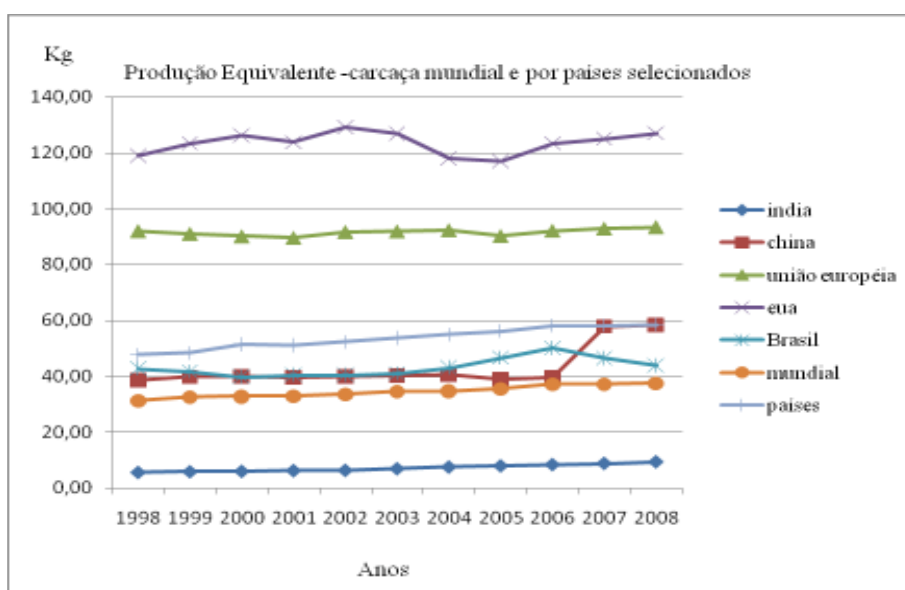


Gráfico 10 - Produção de carne em equivalente-carcaça por animal do rebanho, considerando a totalidade do rebanho - mundo e países/regiões selecionadas, 1998-2008.

Fonte: Elaborado a partir de dados do Anualpec 2009 (2009).

Dentre as regiões brasileiras, a região Norte aumentou em 66% o seu efetivo, passando de 20,3 milhões de cabeças em 1998 para 33,6 milhões em 2008. Este crescimento foi o mais expressivo dentre as regiões brasileiras sendo, no entanto, caracterizado por uma produção extensiva resultante da abertura de novas fronteiras agrícolas, a custo de desmatamentos.

O segundo maior crescimento do rebanho verificou-se no Nordeste brasileiro, com um aumento de 24% no período 1998-2008, passando de 21,9 milhões para 27,1 milhões. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste sofreram, respectivamente, reduções de 4%, 3% e 3% em seus efetivos, no mesmo período (Gráfico 11).

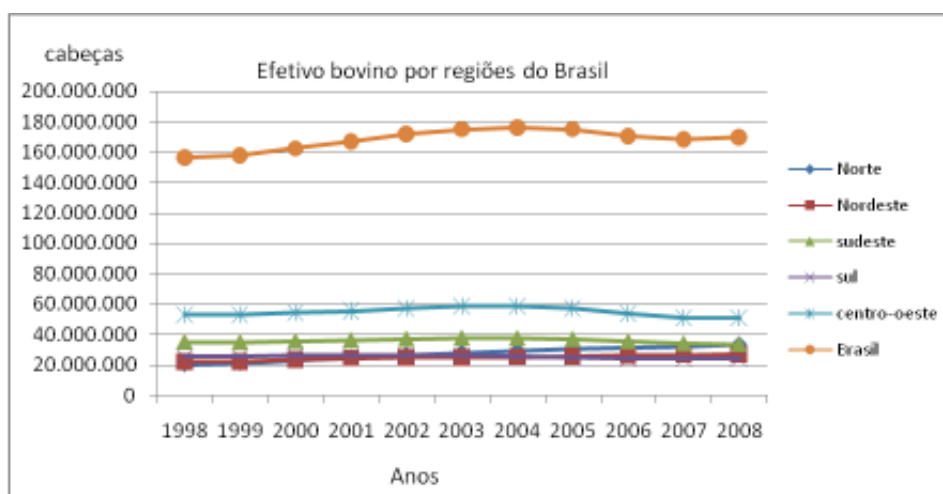


Gráfico 11 - Efetivo Bovino por Regiões do Brasil, 1998-2008.

Fonte: Elaborado a partir de dados do Anualpec 2009 (2009).

Quanto à evolução do número de estabelecimentos entre 1996 e 2006, tem-se o seguinte: na região Norte aumentou em 21,4%, e o rebanho médio em 48,4%; na região Nordeste, o número de estabelecimentos aumentou em apenas 1,6%, e o rebanho médio em 12,5%; o número de estabelecimentos na região Sudeste reduziu-se em 5,7%, e o rebanho médio aumentou em 3,2%; na região Sul, entre os anos censitários, ocorreu uma redução de 13,1% no número de estabelecimentos e um aumento no tamanho do rebanho médio de 6,1%; e na região Centro-Oeste, o número de estabelecimentos aumentou em 16% e o rebanho médio reduziu em 8,5%. Em 2006, a região com o maior número de estabelecimentos e menor rebanho médio foi a Nordeste, que apresentou também a menor densidade em UA/ha (Tabela 95).

Tabela 95 - Densidade Média Prevalente nos Estabelecimentos com Pecuária (em UA/ha), nas Diversas Regiões Brasileiras.

Região	Nº Estabelecimentos		Variação (%)	Rebanho médio por estabelecimento		Variação (%)	UA/ha		Variação (%)
	1996	2006		1996	2006		1996	2006	
Norte	185.976	225.840	21,44	93	138	48,39	0,60	0,81	35,11
Nordeste	953.821	969.230	1,62	24	27	12,50	0,61	0,68	11,97
Sudeste	566.686	534.565	-5,67	63	65	3,17	0,81	0,93	14,95
Sul	787.252	683.789	-13,14	33	35	6,06	1,08	1,12	3,92
Centro- Oeste	204.462	237.172	16,00	248	227	-8,47	0,69	0,80	16,92
Brasil	2.698.197	2.650.596	-1,76	57	64	12,28	0,73	0,84	14,52

Fonte: Elaborado a partir de dados do Anualpec 2008 (2008).

O Brasil aumentou expressivamente sua participação no comércio mundial de carne bovina na última década. A quantidade de equivalente-carcaça exportada passou de 370 mil toneladas em 1998 para 1.829 mil toneladas em 2008,

significando um aumento de 394% no período. A Austrália, maior exportador até 2003 e hoje posicionada em segundo lugar, atrás do Brasil, aumentou suas exportações em apenas 9% nesse período, passando de 1.268 mil para 1.386 mil toneladas. A Índia aumentou consideravelmente suas exportações na última década, passando de 245 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 810 mil toneladas em 2008, o que corresponde a um aumento de 231%. A Nova Zelândia apresentou uma evolução de 488 mil toneladas em 1998 para 515 mil toneladas em 2008, e os Estados Unidos reduziram suas exportações de 985 mil para 851 mil toneladas nesse mesmo período.

Com relação às importações, os Estados Unidos são líderes, embora tenham reduzido suas compras em 5,7% na última década, passando de 1.199 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 1.131 mil toneladas em 2008. A Rússia, importante mercado para o Brasil, aumentou em 31,2% as suas importações, passando de 770 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 1.010 mil toneladas em 2008. O México também aumentou suas importações, de 307 mil toneladas para 440 mil toneladas nesse mesmo período, um aumento de 43,3%. A União Européia passou de auto-suficiente em 1998 a importadora de 400 mil toneladas de equivalente-carcaça em 2008. Do grupo de países relevantes quanto às importações de carne bovina, apenas o Japão reduziu as suas importações na última década, passando de 989 mil toneladas em equivalente-carcaça em 1998 para 675 mil toneladas em 2008, uma redução de 31,7%.

O diferencial do preço da arroba pago ao produtor nos Estados Unidos e na América do Sul, em valores nominais, é expressivo, evidenciando uma remuneração muito baixa para o produto na América Latina, incompatível com a adoção de tecnologias necessárias à obtenção de ganhos de produtividade elevados. O aumento da taxa de natalidade, da taxa de desmama e da capacidade de suporte das pastagens, assim como uma produção maior de equivalente-carcaça por animal abatido, dependem da qualidade das pastagens, que para ser obtida, requer correção do solo e adubação, cujos insumos têm custos elevados.

Verifica-se que, no período analisado, os preços pagos pela arroba do boi gordo nos Estados Unidos aumentaram em 14,2%, enquanto no Brasil, Paraguai e Uruguai os aumentos foram, respectivamente, de 49,1, 45,2 e 12,9%. A Argentina, por seu turno, teve o preço da arroba do boi gordo reduzido em 35,5%. O preço da arroba do boi gordo no Brasil, em dólares americanos, a preços de 2008 (IPC/USA) passou de US\$31,36 em 1998 para US\$46,75 em 2008, enquanto nos Estados Unidos esse preço passou de US\$57,05 para US\$65,13 no período. Atualmente, é possível inferir que a adoção das tecnologias disponíveis, bem como de novas tecnologias, só se viabilizarão na pecuária de corte brasileira se o preço da arroba alcançar, no mercado brasileiro, cotação semelhante à do mercado americano.

A produtividade da pecuária de corte brasileira é baixa, decorrente da predominância de sistemas de produção extensivos em que as pastagens apresentam baixa capacidade de suporte. Em função disso, a pecuária brasileira é um negócio pouco lucrativo e gerador de pouquíssimos empregos no campo. Contudo, sua grande dimensão no País implica uma oferta significativa de animais para abate, o que impossibilita a obtenção de melhor remuneração ao produtor para a arroba do boi vendida. Mesmo nos anos caracterizados pelo abate de fêmeas, alternativa encontrada pelo produtor para fazer frente à necessidade de capital de giro, não se obtém uma boa remuneração para a arroba do boi, uma vez que as fêmeas complementam a oferta, conforme se explica pelo chamado "ciclo do gado". Cabe ainda ressaltar os desequilíbrios existentes na cadeia produtiva onde persiste o conflito histórico entre produtores e frigoríficos, revelado pela discrepância entre o preço recebido pelo produtor e o preço praticado no varejo.

A utilização da tecnologia "integração lavoura-pecuária" tem sido recomendada como alternativa à produção extensiva, contudo, faltam, ainda, estudos conclusivos sobre a sua utilização. Neste cenário, torna-se evidente que a intensificação da produção de bovinos de corte passa, também, por políticas de preço para insumos e produto capazes de viabilizar o emprego de tecnologias indutoras de ganhos de produtividade.

4.2.2.2 Síntese da Execução

No período de 1998 a 2008, foram aplicados na Bovinocultura de Corte R\$ 1,9 bilhão com recursos do FNE Rural por meio de 24.895 operações. Neste período, a bovinocultura de corte representa 15,9% dos valores contratados e 12,8% do número de contratações do FNE Rural. Em relação à atividade de criação de bovinos, sua participação é de 56,2% dos valores contratos e 35,5% do número de operações.

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE Rural na atividade de bovinocultura de corte, percebe-se que 55,8% do volume de recursos foram aplicados com clientes de empreendimentos de grande e médio portes e 44,2% nos mini e pequenos empreendimentos, embora estes dois últimos concentrem 88,8% do número de operações (Gráfico 12).

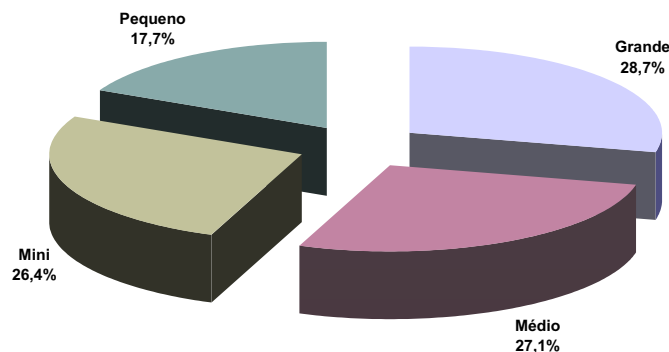


Gráfico 12 – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

A distribuição dos valores contratados por porte dos empreendimentos foi a seguinte: grande 568,4 milhões (28,7%), médio 537,0 milhões (27,1%), mini 522,4 milhões (26,5%) e pequeno 350,9 milhões (17,7%). Em relação ao número de operações contratadas, os empreendimentos de porte mini representam 64,7% (16.118 contratos) do total das operações, os pequenos 24,1% (5.987 operações), médio 8,9% (2.207 contratos) e grande 2,3% (584 contratos).

No período de 1998 a 2008, os Estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Maranhão, com R\$ 696,2 milhões, representando 35,2% do valor total financiado; Bahia, com cerca de R\$ 531,6 milhões (26,9%) e Minas Gerais, R\$ 234,7 milhões (11,9%). Juntos, estes Estados totalizaram R\$ 1,4 bilhão, ou seja, 73,9% dos recursos totais aplicados das contratações no período em questão (Gráfico 13).

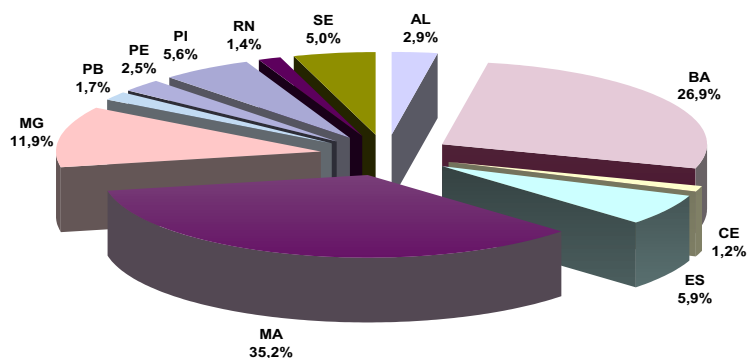


Gráfico 13 – Contratações Bovinocultura de Corte por Estado – Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Quanto ao número de operações realizadas no período de 1998 a 2008, os Estados que se destacam são: Maranhão com 28,7% (7.142) das operações; seguido pela Bahia, 28,4% (7.061); Piauí, 10,8% (2.679) e Minas Gerais, 9,9% (2.473). Por outro lado, os de menor destaque são: Espírito Santo com 0,6% (138)

do número de contratações, logo atrás de Alagoas 2,5% (623) e Rio Grande do Norte com 2,6% (638) (Tabela 96).

Tabela 96 - FNE Rural Contratações Bovinocultura Corte por Estado - Período: 1998 a 2008

Estado	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	623	2,5	56.859	2,9
Bahia	7.061	28,4	531.659	26,9
Ceará	653	2,6	23.870	1,2
Espírito Santo	138	0,6	116.100	5,9
Maranhão	7.142	28,7	696.243	35,2
Minas Gerais	2.473	9,9	234.702	11,9
Paraíba	934	3,8	34.545	1,7
Pernambuco	856	3,4	48.496	2,5
Piauí	2.679	10,8	110.121	5,6
Rio Grande do Norte	638	2,6	28.114	1,4
Sergipe	1.697	6,8	98.124	5,0
Total	24.895	100,0	1.978.832	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

A distribuição dos valores contratados por porte, nos estados, apresenta-se diferente da observada no conjunto dos estados da área de atuação do BNB que se concentra nos empreendimentos de grande e médio portes. Somente nos estados da Bahia e Espírito Santo as aplicações concentraram-se nestes portes: no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe as maiores contratações foram em clientes de pequeno e mini portes; no Maranhão, nos portes mini e grande, e em Alagoas, nos portes médio e pequeno (Tabela 97).

Tabela 97 - FNE Rural Contratações ⁽¹⁾ Bovinocultura de Corte por Estado e Porte - Período: 1998 a 2008

Valores em R\$ Mil

Estado	Porte								Total	%
	Grande	%	Médio	%	Pequeno	%	Mini	%		
Alagoas	10.238	1,8	22.870	4,3	12.935	3,7	10.816	2,1	56.859	2,9
Bahia	154.066	27,1	160.791	29,9	90.976	25,9	125.826	24,1	531.659	26,9
Ceará	3.876	0,7	4.121	0,8	6.256	1,8	9.617	1,8	23.870	1,2
Espírito Santo	87.935	15,5	26.471	4,9	1.397	0,4	297	0,1	116.100	5,9
Maranhão	232.560	40,9	178.536	33,2	106.404	30,3	178.743	34,2	696.243	35,2
Minas Gerais	63.679	11,2	74.458	13,9	49.663	14,2	46.901	9,0	234.702	11,9
Paraíba	51	0,0	7.066	1,3	10.867	3,1	16.561	3,2	34.545	1,7
Pernambuco	5.381	0,9	6.442	1,2	12.914	3,7	23.759	4,5	48.496	2,5
Piauí	5.724	1,0	18.868	3,5	15.876	4,5	69.652	13,3	110.121	5,6
Rio Grande do Norte	2.304	0,4	5.014	0,9	15.494	4,4	5.302	1,0	28.114	1,4
Sergipe	2.603	0,5	32.428	6,0	28.179	8,0	34.914	6,7	98.124	5,0
Total	568.415	100,0	537.067	100,0	350.963	100,0	522.387	100,0	1.978.832	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

As agências do Banco do Nordeste que apresentaram maior volume de contratações foram: Açailândia, que contratou cerca de R\$ 160,3 milhões, seguida pelas agências de Imperatriz (MA) (R\$ 141,1 milhões) e Teixeira de Freitas (BA) (R\$ 106,4 milhões).

Na aplicação por município, os que mais receberam financiamentos na atividade de Bovinocultura de Corte foram Açailândia (MA) com R\$ 108,2 milhões, Imperatriz (MA) com R\$ 30,1 milhões, Medeiros Neto (BA) com R\$ 27,9 milhões, Santa Luzia (MA) com R\$ 27,8 milhões e Mucurici (ES) com R\$ 26,4 milhões.

Foram destinados para a Região do Semiárido brasileiro, por meio de 11.884 operações na atividade, 35,1% dos recursos do FNE Rural, no período de 1998 a 2008, o que representa cerca de R\$ 694,3 milhões. Na região fora do semiárido, foram contratados 64,9% (R\$ 1,3 bilhão) em 13.011 operações no período.

Nas contratações por porte de cliente nas regiões, observa-se que as aplicações na região do Semiárido concentraram-se nos empreendimentos de porte mini, e fora do semiárido os valores contratados têm maior representatividade nos clientes de grande porte.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste (Tabela 98), estima-se que o total de R\$ 1,9 bilhão contratado no período 1998-2008, implicará, por efeitos diretos ou indiretos, na geração de R\$ 9,2 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 4,8 bilhões ao valor adicionado na economia da Região.

Tabela 98 - Criação de bovinos de corte - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Valor da Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego ⁽³⁾ (Média Anual)	Salário	Tributos
Alagoas	56,86	238,51	118,49	418,36	34,66	38,79
Bahia	531,66	2.361,29	1.219,57	4.496,36	380,21	391,89
Ceará	23,87	106,95	54,53	196,55	15,72	17,67
Espírito Santo	116,10	435,69	237,70	981,84	68,66	71,16
Maranhão	696,24	2.817,78	1.477,50	5.130,85	417,54	464,14
Minas Gerais	234,70	989,49	495,03	1.872,85	136,87	161,90
Paraíba	34,55	150,78	77,72	280,26	20,51	23,32
Pernambuco	48,50	195,50	99,29	368,54	27,99	31,73
Piauí	110,12	402,54	213,37	851,35	64,37	66,06
Rio Grande Norte	28,11	515,64	266,32	981,88	83,03	85,58
Sergipe	98,12	1.042,40	538,38	1.984,93	167,85	173,00
Total	1.978,83	9.256,57	4.797,90	17.563,76	1.417,41	1.525,23

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados através do FNE – Bovinos de Corte.

No que se refere ao mercado de trabalho da Região Nordeste, estima-se que os investimentos, nesta atividade, tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 17,5 mil ocupações, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão. Na geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados mais de R\$ 1,5 bilhão.

4.2.3 Bovinocultura de Leite

4.2.3.1 Análise Econômica

A pecuária de leite tem passado por transformações importantes em todo o mundo. Os preços internacionais de produtos lácteos atingiram níveis recordes em 2007 e recuaram no ano seguinte, o que gerou uma grande volatilidade nos preços internacionais e domésticos. No âmbito da oferta global, os países asiáticos e latino-americanos têm ganhado espaço no cenário mundial, enquanto a Europa vem reduzindo sua participação.

A produção mundial de leite em 2007 foi de 671 bilhões de litros, considerando todos os tipos (FAO, 2009). A produção de leite de vaca foi de 560,6 bilhões de litros ou 83,5% do total. No período de 1997 a 2007 a produção mundial de leite cresceu cerca de 22% (2,0% a.a.), enquanto a produção de leite de vaca aumentou 20% (1,8% a.a.). Crescimento superior foi verificado no leite de búfala, com a produção aumentando 48%, graças ao desempenho da Índia e Paquistão.

A produção brasileira cresce acima da média mundial e o País possui alguns diferenciais como grande mercado consumidor, custo competitivo, disponibilidade de terra, água e tecnologia para produção em qualquer região. Entre 1990 e 2007 a produção brasileira passou de 14,48 bilhões de litros para 26,13 bilhões de litros, um aumento de 80,5% (3,5% a.a.). Neste mesmo período, a produção na Região Nordeste cresceu 63,2% (2,9% a.a.), passando de 2,04 bilhões de litros para 3,33 bilhões de litros. No entanto, o movimento de expansão regional foi maior nos últimos setes anos.

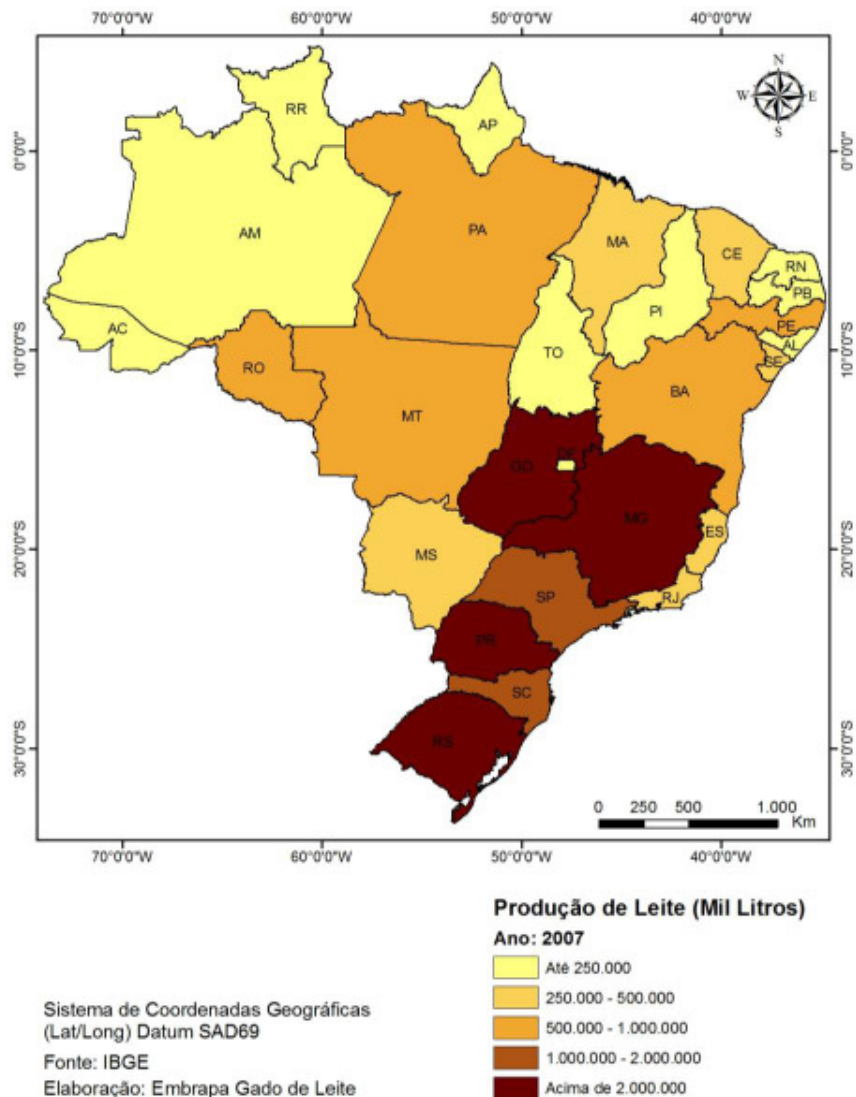


Figura 6 – Distribuição da Produção de Leite no Brasil em 2007 (mil litros)

Fonte: IBGE – Elaboração Embrapa Gado de Leite

No caso das exportações, o comércio de lácteos ainda é pequeno, sendo que a maioria dos países possui sua produção destinada ao atendimento do próprio mercado doméstico. Os países da Oceania e da União Européia respondem pelo maior fluxo mundial de comércio de leite e derivados.

O setor lácteo brasileiro passou por inúmeras transformações nas últimas duas décadas e a produção de leite vem crescendo substancialmente nos últimos anos. A Região Nordeste também vem se destacando, com participação crescente na produção nacional, sobretudo no período mais recente. O principal estado produtor é a Bahia com 966 milhões de litros anuais, seguido de Pernambuco, com 662 milhões (Gráfico 14).

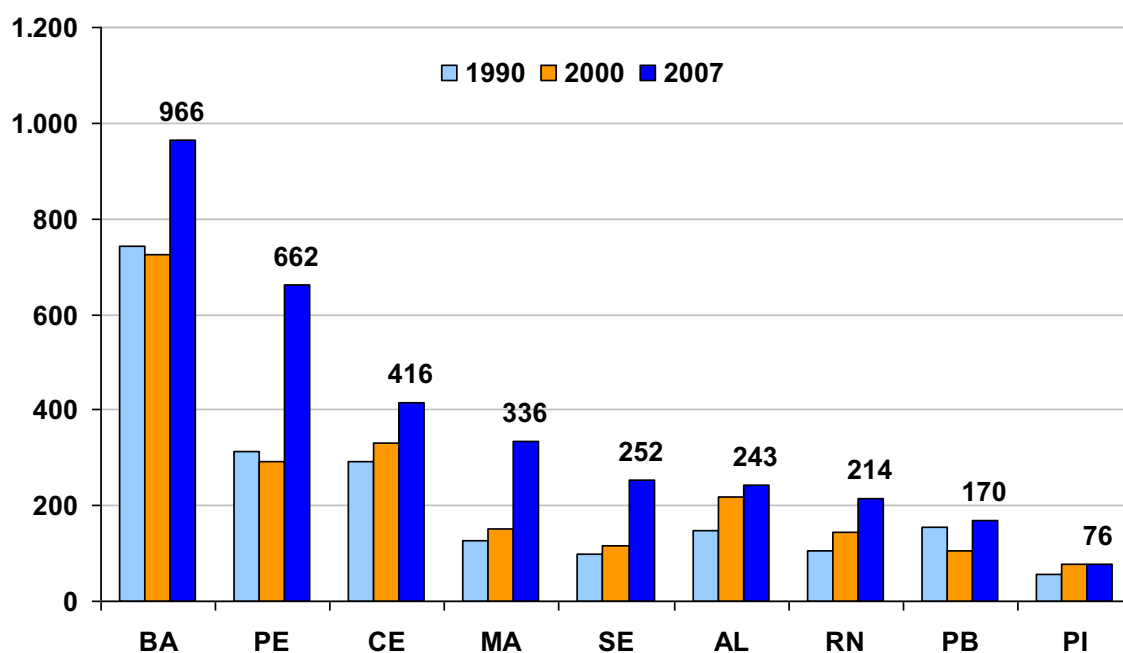


Gráfico 14 - Produção de Leite por Estado do Nordeste (milhões de litros)

Fonte: IBGE (2008a). Elaboração: Embrapa Gado de Leite.

Enquanto a produção nordestina se expandiu a uma taxa média anual de 2,9% entre 1990 e 2007, no período de 2000 para 2007 a taxa foi de 6,4%. Os estados com maior expansão percentual na produção regional foram Pernambuco, Maranhão e Sergipe, todos com a produção duplicando no período mais recente.

Vale ressaltar que a produção regional cresceu tanto devido ao aumento no número de vacas ordenhadas, quanto ao ganho de produtividade. No entanto, apesar de crescente, a produtividade média por vaca na Região ainda é muito baixa, sendo quase a metade da verificada no Brasil. Apenas Alagoas, Pernambuco e Sergipe possuem produtividade no patamar brasileiro, que, aliás, é pequeno em relação ao padrão mundial.

A Região Nordeste vem expandindo a produção e o consumo de lácteos nos últimos anos, com diversos investimentos e programas de incentivo à atividade leiteira. Os programas sociais e a melhoria, ainda que modesta, da renda da população está impulsionando a demanda na Região, que é importadora de leite e derivados. Existem muitas oportunidades a serem exploradas, considerando inclusive a baixa produtividade do rebanho. A possibilidade de expansão da oferta é um fator estratégico e de grande potencial para toda a Região Nordeste. Só assim, será possível que os produtores e laticínios se apropriem mais dos benefícios econômicos oriundos do leite e de seus derivados, aumentando a importância que o leite tem para a economia da Região.

4.2.3.2 Síntese da Execução

O BNB, através do programa FNE Rural, vem apoiando a atividade de bovinocultura de leite. Assim, é que foi aplicado na atividade, no período de 1998 a 2008, R\$ 1,5 bilhão com recursos do Programa, através de 45.173 operações. Neste período, a bovinocultura de leite representa 12,4% dos valores contratados e 23,3% das contratações do FNE Rural, em relação à atividade de criação de bovinos sua participação é de 43,8% dos valores contratos e 64,5% do número de operações (Gráfico 15).

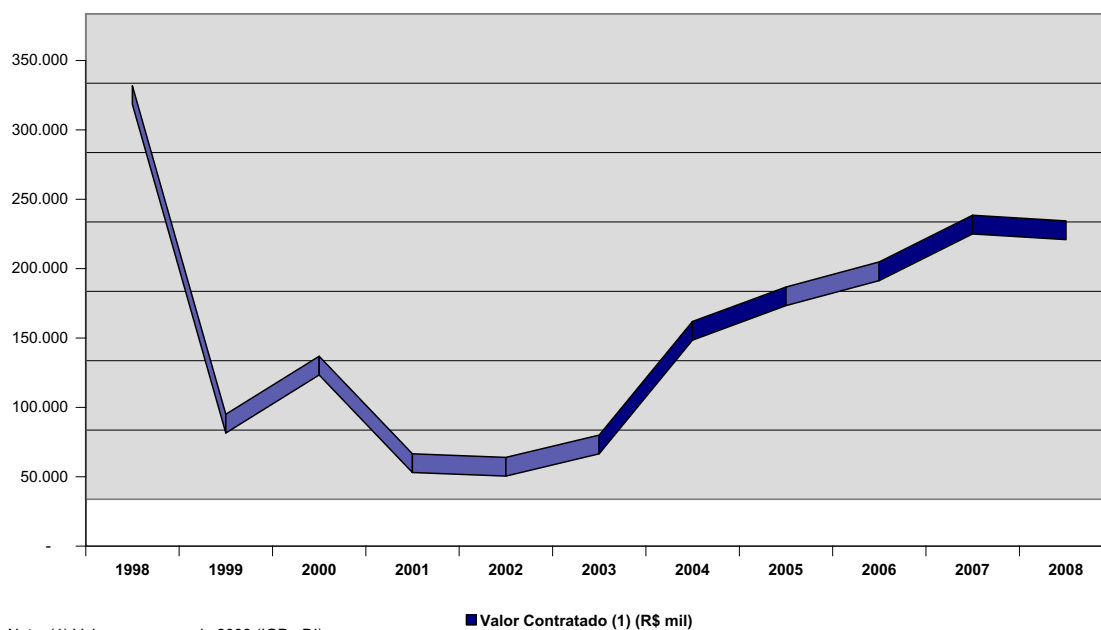


Gráfico 15 - FNE Rural - Bovinocultura de Leite – Contratações - 1998 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE Rural, percebe-se que o volume de recursos concentra-se nos de mini e pequeno portes representando 86,4 % (R\$ 1,3 bilhão) dos recursos. É nesses portes que está o maior número de operações representando 98,0% do número de operações (44.290 contratos) (Gráfico 16). Os demais empreendimentos representam apenas 13,6% (R\$ 209,6 milhões) dos valores contratados e 2,0 % (881 contratos) do número de operações. Este resultado pode ser atribuído a alguns fatores como a tradição regional na atividade, o produtor ter o animal como reserva de valor e gerador de alimento básico para a unidade familiar.

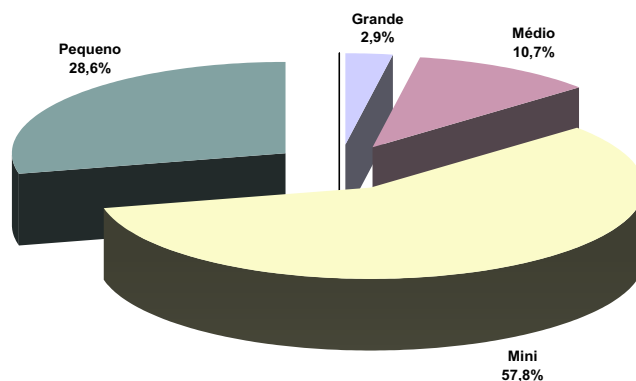


Gráfico 16 - FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Porte - Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

No período de 1998 a 2008, os Estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Bahia, com R\$ 300,0 milhões, representando 19,5% do valor total financiado, Ceará, com cerca de R\$ 201,9 milhões (13,1%) Pernambuco, R\$ 174,7 milhões (11,3%), e Sergipe, com R\$ 138,9 milhões (9,0%). Juntos, estes Estados totalizaram R\$ 815,5 milhões, ou seja, 52,9% dos recursos totais aplicados das contratações no período em questão (Gráfico 17). No âmbito da produção de leite sob inspeção, estes Estados representam cerca de 70% da produção do Nordeste.

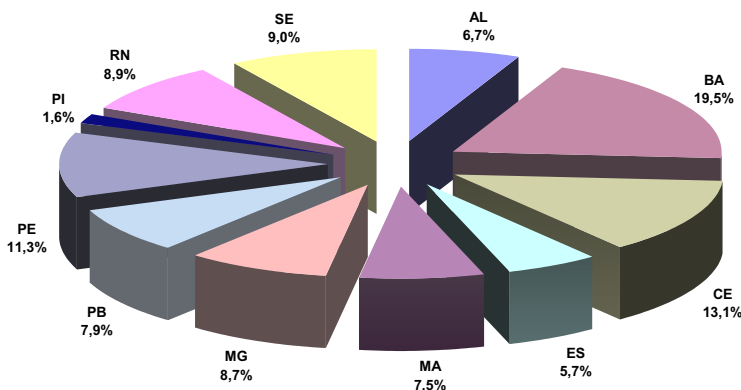


Gráfico 17 - FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Estado - Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Os Estados com menor representatividade, foram Piauí 1,6% (R\$ 24,3 milhões), Espírito Santo 5,7% (R\$ 87,5 milhões) e Alagoas 6,7% (R\$ 103,8 milhões). Estes Estados totalizaram R\$ 215,6 milhões, ou seja, 14,0% dos recursos totais aplicados.

Na análise por Região, 68,7% dos recursos do FNE Rural destinados a atividade, no período de 1998 a 2008, cerca de R\$ 1,0 bilhão, foram aplicados na Região do Semiárido através de 36.298 operações. Já a região fora do Semiárido obteve 31,3% (R\$ 482,0 milhões) do valor contratado e apenas 19,6% (8.875 operações) no período.

Conforme pode ser observado na Tabela 99, estima-se que o total de R\$ 1,5 bilhão contratado no período 1998-2008, implicará, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, na geração de R\$ 6,3 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 3,3 bilhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Tabela 99 - Criação de bovinos de leite - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Valor da Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego ⁽³⁾ (Média Anual)	Salário	Tributos
Alagoas	103,81	435,44	216,33	763,80	63,28	70,81
Bahia	300,09	1.332,79	688,37	2.537,90	214,61	221,20
Ceará	201,98	905,00	461,40	1.663,13	133,01	149,50
Espírito Santo	87,56	328,57	179,26	740,44	51,78	53,66
Maranhão	115,98	469,40	246,13	854,73	69,56	77,32
Minas Gerais	134,13	565,47	282,89	1.070,29	78,22	92,52
Paraíba	122,25	533,61	275,06	991,82	72,59	82,54
Pernambuco	174,77	704,55	357,81	1.328,15	100,87	114,34
Piauí	24,30	88,83	47,08	187,86	14,20	14,58
Rio Grande do Norte	136,92	388,86	200,84	740,47	62,61	64,54
Sergipe	138,92	595,70	307,67	1.134,33	95,92	98,87
TOTAL	1.540,70	6.348,22	3.262,85	12.012,92	956,65	1.039,88

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados através do FNE – Bovinos de Leite.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 12 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações, de aproximadamente R\$ 956,6 milhões. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 1,0 bilhão.

4.2.4 Cultivo de Algodão

4.2.4.1 Análise Econômica

A cotonicultura, a despeito de historicamente ser uma atividade praticada em moldes tradicionais em pequena escala, desempenhou importante papel no âmbito da economia regional, quanto à auto-suficiência no suprimento de matéria prima ao parque têxtil, sobretudo, quanto à capacidade de geração de emprego e renda.

Não obstante sua importância, essa atividade enfrentou nas duas últimas décadas sérios problemas – grande dispersão da produção e falta de organização dos produtores, problemas fitossanitários (praga do bicudo) e problemas de mercado com a abertura comercial, criando sérios obstáculos à atividade e redução substancial na produção.

Os obstáculos à produção foram superados pela pesquisa – medidas de monitoramento e controle do bicudo, e pela mudança do padrão da produção agrícola a partir do ano 2000, passando de uma agricultura tradicional para uma agricultura empresarial em escala vigente nos cerrados, constituída de agentes conscientes desse padrão de exploração, de suas oportunidades e riscos. Não obstante, mesmo com pequena participação em área e produção e com maior exposição aos citados riscos, há ainda uma parcela de agricultores que operam no modelo tradicional, nos vários estados do Nordeste dedicada ao plantio de algodão.

O Brasil se posiciona como o quinto maior produtor de algodão (Gráfico 18) e está firmemente destacado no mercado internacional, sendo o quarto maior exportador de fibras de algodão do mundo, ficando atrás de EUA, Índia e o Uzbequistão. As dificuldades climáticas em 2003 na Austrália, o avanço do algodão no cerrado e a alta qualidade do algodão brasileiro têm aberto um mercado crescente para a exportação. Assim, o País superou a Austrália e caminha para a disputa da terceira posição mundial na exportação com o Uzbequistão. Nesse contexto, a vitória do Brasil na OMC contra os subsídios do algodão nos EUA tende a impulsionar a produção interna e abrir mais mercados para sua fibra no exterior. As crescentes exportações brasileiras tendem a ser um impulso importante para a manutenção ou mesmo um ligeiro aumento da área plantada com algodão no País.

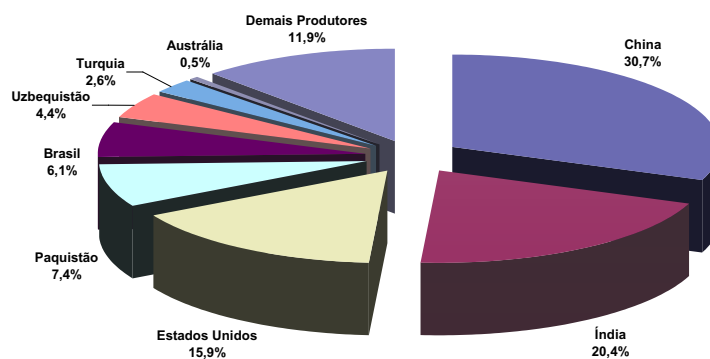


Gráfico 18 - Principais Países Produtores de Algodão – Safra 2007/2008 (Em milhões de toneladas)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Cotton World Markets and Trade (2009).

Quanto aos estoques, na safra 2007/2008, o País encontra-se bem posicionado em quarto lugar, atrás de China, Estados Unidos, Índia, e à frente do Paquistão, os quais responderam em conjunto, por 78,0% dos estoques mundiais da fibra.

China, Estados Unidos, Índia e Paquistão, são países que têm peso relevante na governança da cotonicultura mundial, decisivos quanto ao direcionamento e mudanças do setor. Entretanto, ante as novas tendências de produção de energia limpa, a exemplo do etanol americano, o Brasil é o país que dispõe das melhores condições para se apropriar das oportunidades, pela disponibilidade de recursos naturais e tradição na atividade, e, sobretudo, pelo consistente processo de aprendizagem e conhecimento acumulado, associado a uma elite produtora de alto padrão gerencial, com visão de mercado.

Aspecto relevante do programa do etanol americano para os produtores brasileiros, além de reduzir sua participação na produção de soja e de algodão, permitindo a expansão da produção agrícola interna, diz respeito à redução dos desperdícios e distorções de mercado, com a redução nos subsídios agrícolas, criando dificuldades aos europeus e asiáticos em manter seus programas agrícolas com elevados subsídios. Esse é um fato bastante positivo não apenas para os cotonicultores, mas para toda a agricultura brasileira.

4.2.4.2 Síntese da Execução

A falta de acesso ao crédito - um dos problemas do passado comumente reclamado pelos agentes produtivos, foi superado¹⁶ com a criação do Fundo

¹⁶ Superada significa dizer que agora existe a disponibilidade do crédito, mas continua a restrição ao acesso por outras razões (dificuldade de aquisição de máquinas pelos mini e pequenos, dada a escala da produção e indivisibilidade dos bens, além da falta de organização que poderia superar esses obstáculos; insuficiência de garantias e a própria aversão a riscos por esse segmento de produtores).

Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, instituído pela Constituição de 1989.

No caso particular da cotonicultura, a despeito das adversidades já citadas, as aplicações foram sempre crescentes no período de vigência do Fundo, sobretudo a partir de 2003, quando o Banco adotou uma política mais agressiva de aplicações do FNE, reduzindo restrições de financiamento para essa e outras culturas que demandam volumes expressivos de recursos.

A cotonicultura regional hoje ganha novos contornos em termos de inovações tecnológicas em todos os elos da cadeia produtiva, gerando sinergias e fortes impactos na quantidade e na qualidade do produto, abrindo e disputando de forma competitiva, oportunidade de mercado com os concorrentes internos e externos. Assim, além de atender ao parque têxtil regional, a cotonicultura regional gera fortes impactos à economia regional na geração de divisas, de renda e de empregos.

Observa-se que a substituição de modelos de exploração ou, dito de outra forma, a prevalência do modelo empresarial, embora tenha suprimido considerável parcela da mão-de-obra empregada no campo por ser capital intensivo, como o boom de crescimento não se limitou à produção, parte dessa mão-de-obra migrou para outros segmentos do sistema agroindustrial¹⁷.

As contratações do FNE Rural destinadas à atividade de cultivo de algodão apresentam operações desde a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, em 1989. No início do período, os valores anuais contratados quando atualizados pelo IGP-DI a preços de 2008, foram pequenos, não chegando a R\$ 1 mil. Em 1990 foram contratadas 124 operações envolvendo R\$ 1,0 mil; em 1993 foram realizadas 184 operações para um volume de recursos da ordem de R\$ 10 mil. A partir de 1994 é que realmente as contratações para o cultivo de algodão apresentam valores significativos, tendo contratado neste ano R\$ 39,1 milhões. Nos anos seguintes, o ano de 2001 foi o que apresentou menor valor de aplicações (R\$ 5,4 milhões). O ano de 2005 apresentou forte crescimento atingindo o volume de recursos da ordem de R\$ 360,9 milhões, seguido de forte retração em 2006 para o nível de R\$ 197,1 milhões, atingindo o maior volume de aplicações em 2008 (R\$ 469,5 mil) (Gráfico 19).

¹⁷ Hoje a maioria das fazendas dispõe de unidade agroindustriais para separação da pluma, enfardamento e padronização, para atender os mercados mais exigentes. Ademais, exceto a parcela de agricultores familiares, os produtores que não dispõem de unidades de beneficiamento não vendem o algodão *in natura*, mas apenas terceirizam os serviços de separação da pluma do caroço, limpeza e enfardamento.

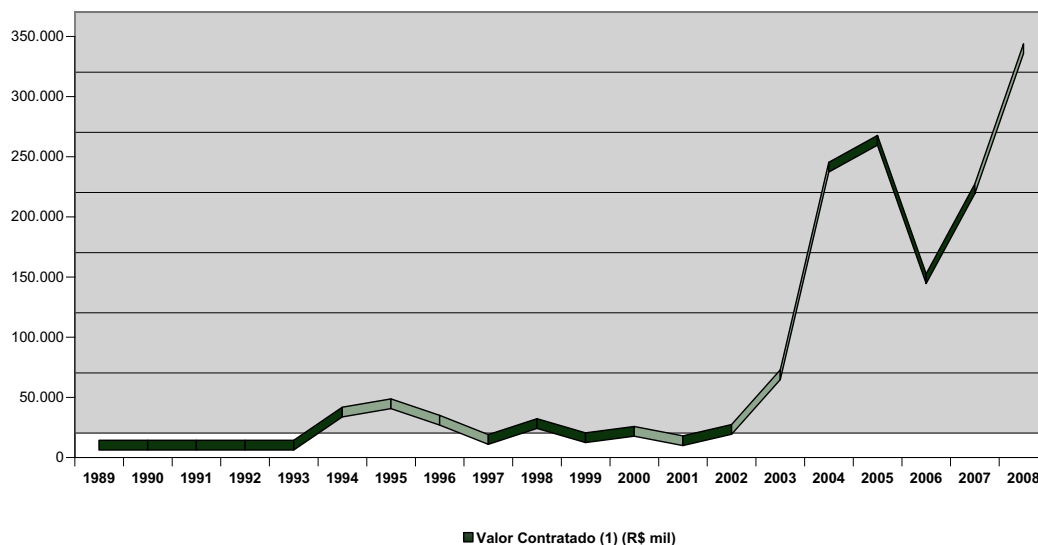


Gráfico 19 - FNE Rural - Evolução dos Financiamentos à Cotonicultura - Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.
 Nota: (1) Valores a preços de 2008.

No período 1989 a 2008, foram contratadas 5.894 operações e aplicados algo em torno de R\$ 1,9 bilhão de reais, representando cerca de 9,9% das aplicações do FNE Rural¹⁸ e cerca de 3,2% do FNE total¹⁹.

¹⁸ No âmbito do FNE Rural foram contratados R\$ 19,6 milhões de reais, a preços de 2008.

¹⁹ No âmbito do FNE Total, foram aplicados R\$ 52,9 milhões de reais, a preços de 2008.

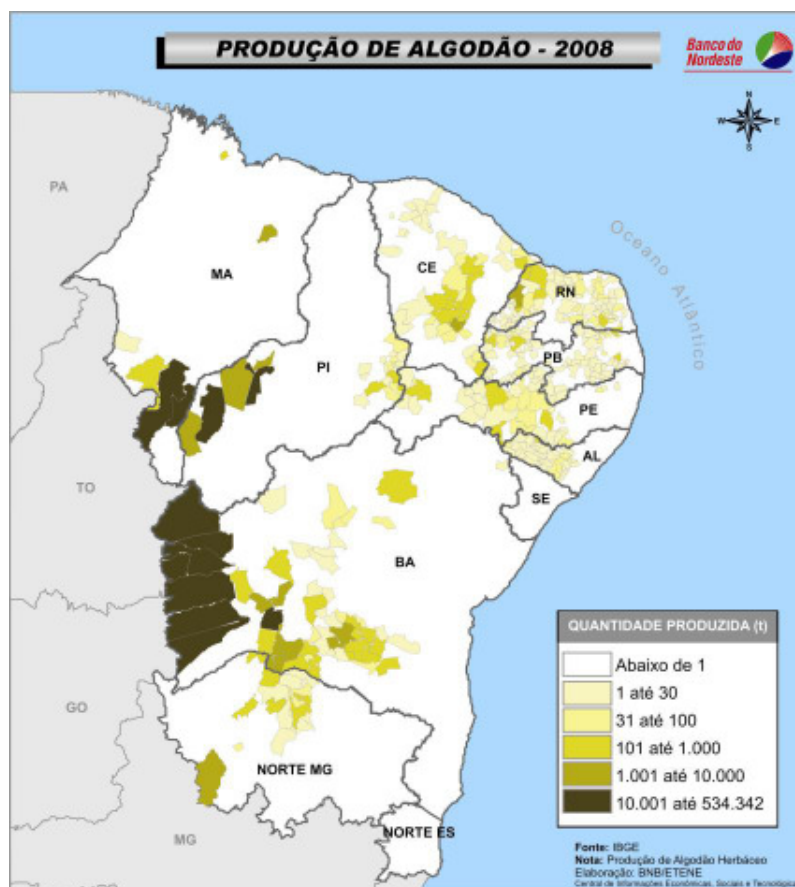


Figura 7 – Área de Atuação do BNB com Destaque para os Estados e Áreas Produtoras de Algodão em 2008 – Quantidade Produzida.

Fonte: IBGE. Elaboração: BNB/ETENE - Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE.
 Nota: Produção de algodão herbáceo.

No que tange à distribuição dos recursos, 85,1% das operações destinaram-se aos mini e pequenos produtores, mas 90,3% dos valores contratados destinaram-se aos grandes produtores (Gráfico 20).

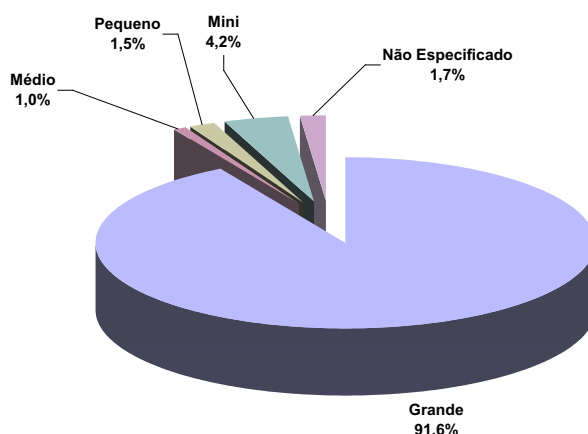


Gráfico 20 - Contratações Cultivo de Algodão por Porte – 1989 a 2008.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Os Estados com maiores participações são Bahia (75%), Maranhão (10%) e Piauí (5,8%), exatamente aqueles que têm áreas de cerrados, onde se concentram as grandes explorações da malvácea em apreço, razão porque, embora 85,3% das operações se concentrem na região semiárida, 87,3% dos recursos concentraram-se fora da região semiárida (Gráfico 21).

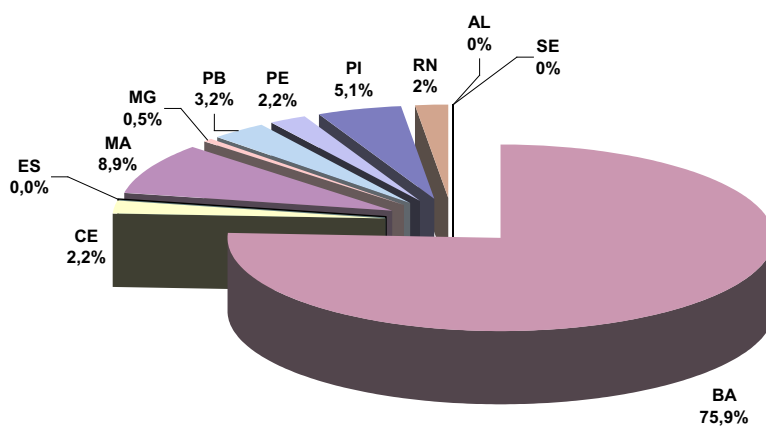


Gráfico 21 - Contratações Cultivo de Algodão por Estado – 1989 a 2008.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Base do Ativo.

Em princípio são evidentes os impactos – a quase extinção da produção regional foi exatamente a falta de capacidade de competir no mercado interno e hoje a Região compete no mercado externo com os maiores exportadores mundiais, mas o desafio agora, e que esse trabalho buscou responder, diz respeito aos reais impactos da cotonicultura no Nordeste (Tabela 100), dentre os quais destacam-se:

- a) Geração e incorporação de cerca de R\$ 8,3 bilhões de renda bruta (VBP), à produção regional (MIP);
- b) Geração de R\$ 7,3 bilhões de renda - valor adicionado (MIP);
- c) Geração de 11,5 mil empregos – formais ou não (MIP);
- d) Impacto de R\$ 1,1 bilhão na massa salarial (MIP);
- e) Incremento da ordem de R\$ 1,3 bilhão em tributos (MIP)

Tabela 100 – Cultivo de Algodão – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste - 1989 a 2008

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego (Média Anual)	Salário	Tributação
Alagoas	0,5	2,0	3.000,7	3	-	-
Bahia	1.475,2	6.444,5	3.354,5	8.912	879,0	1.034,8
Ceará	42,5	186,6	98,6	244	25,1	30,3
Espírito Santo	0,0	-	-	-	-	-
Maranhão	173,8	611,1	339,6	973	87,0	97,8
Minas Gerais	8,8	38,4	20,0	53	5,2	6,2
Paraíba	62,1	240,0	129,5	365	32,3	38,8
Pernambuco	43,1	175,1	90,8	253	22,7	28,4
Piauí	99,9	427,4	219,4	558	74,4	71,1
Rio Grande do Norte	37,3	144,6	72,0	208	18,7	23,2
Sergipe	0,4	1,4	0,8	2	0,2	0,2
Total	1.943,6	8.271,1	7.325,7	11.571	1.144,6	1.330,8

Fontes: BNB-ETENE.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas. Média Anual de Empregos Gerados nos vinte anos de contratações do FNE – Cultivo de Algodão.

4.2.5 Cultivo de Uva

4.2.5.1. Análise Econômica

A maior concentração da produção de uva no mundo ocorre na Europa, embora com tendência decrescente, tendo em vista o crescimento apresentado por outros continentes como Ásia, América, África e Oceania. Os maiores produtores de uva (média 2005/2007) são Itália, França, Estados Unidos, China e Espanha. O Brasil figura no ranking como o décimo nono país tanto em produção de uvas como em área, participando apenas com 2,0% da produção mundial e 1,1% da área cultivada.

Entretanto, a produção brasileira de uvas evoluiu substancialmente de 2000 a 2008, com crescimento de 39,2%, passando de 1,02 milhão para 1,42 milhão de toneladas, cuja distribuição por região está apresentada no Gráfico 22

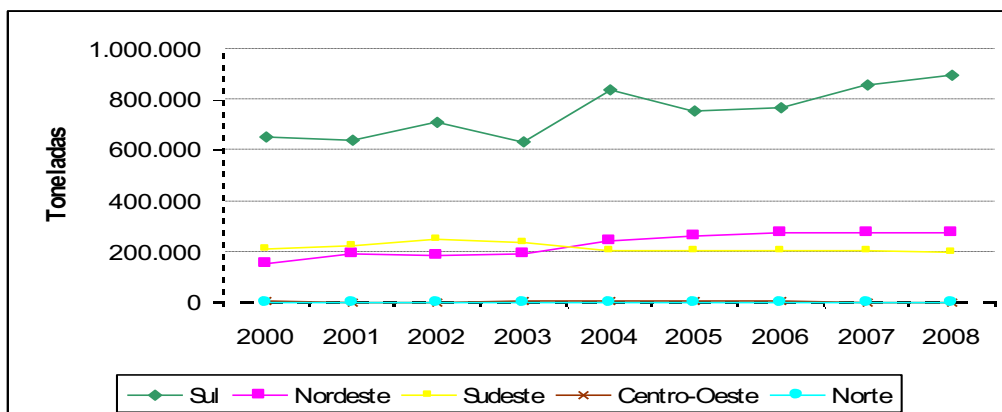


Gráfico 22 - Produção Nacional de Uvas, por Região Geográfica - 2000-2008.

Fonte: Carneiro (2008)

A produção, segundo o IBGE, concentra-se no Rio Grande do Sul, responsável por 54,6% da produção nacional, destinada à elaboração de vinhos, sucos e derivados. São Paulo (13,6%), Pernambuco (11,9%), Paraná (5,1%) e Bahia (7,0%), figuram entre os grandes produtores nacionais, com a produção destinada, em sua maioria, ao consumo *in natura*.

A Região Nordeste apresentou um grande incremento no cultivo de uva entre os anos de 1985 e 1995, passando de 964 ha (1,7% da área total do País) para 4.838 ha (7,96% da área total do País), em apenas uma década. A Região é responsável por cerca de 98% das exportações brasileiras, e em 2008 ocupou 10.284 ha de videiras, 12,8% da área total cultivada no País e respondeu por cerca de 18,8% da produção brasileira de 1.421.431 toneladas. Os principais produtores são os estados de Pernambuco e Bahia, mais especificamente em Petrolina e Juazeiro, regiões que possuem grande potencialidade de recursos naturais e possuindo grandes projetos de irrigação, fruto de investimentos públicos e privados.

Em 2008, o Pólo de Petrolina-Juazeiro foi responsável por 65,5% da produção nordestina. A viticultura nessa região semi-árida se destaca no cenário nacional, não apenas pela expansão da área cultivada e do volume de produção, mas principalmente pelos altos rendimentos alcançados e pela qualidade da uva produzida, que alcança altos preços no mercado internacional. Seguindo as tendências de consumo do mercado mundial de suprimento de frutas frescas, a região inclina-se, atualmente, para produção de uvas sem sementes, assim como para a adoção de normas de controle de segurança alimentar conforme sistemas definidos pelas legislações nacional e internacional.

4.2.5.2. Análise da Execução

Consoante a base do ativo do BNB, a cultura da uva vem se destacando desde 2004, quando as aplicações aumentaram sobremaneira, conservando, porém o caráter irregular em sua distribuição. No período 2004-2008, o montante aplicado foi de R\$ 261,5 milhões, representando cerca de 84% das aplicações efetuadas na cultura desde 1989. Esse aumento pode ser reflexo da elevação de quase 50% na produção do estado de Pernambuco no ano de 2004.

As contratações por porte dos empreendimentos apresentaram concentração na categoria de grande porte, tendo sido esta responsável por 63,3% do total de recursos aplicados no cultivo de uva entre 1989 e 2008 pelo FNE. As categorias de mini, pequeno e médio portes, responderam juntas por 35,6% das contratações. É importante salientar que os estados de Pernambuco e Bahia abrigam, principalmente, empreendimentos de grande porte. Dentre os empreendimentos de grande porte financiados, somente Pernambuco concentrou 70,2% das aplicações da Região, seguido da Bahia, com 28,9%.

As contratações por estado (Tabela 101) no período 1989 a 2008 constata a participação de Pernambuco e Bahia com 67,1% e 12,4% da quantidade de operações contratadas, respectivamente. No que tange aos valores contratados, os mesmos estados participaram com 71,3%; 23,1% dos recursos aplicados.

Tabela 101 - FNE Rural - Contratações Cultivo de Uva por Estado - Período: 1989 a 2008

Estado	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	0	0,0	0	0,0
Bahia	103	12,4	71.752	23,1
Ceará	33	4,0	2.823	0,9
Espírito Santo	1	0,1	29	0,0
Maranhão	1	0,1	0	0,0
Minas Gerais	80	9,6	12.256	3,9
Paraíba	22	2,6	274	0,1
Pernambuco	558	67,1	221.150	71,3
Piauí	28	3,4	2.030	0,7
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0
Sergipe	5	0,6	7	0,0
Total	832	100,0	310.321	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Dentre as agências do Banco do Nordeste, a que apresentou maior volume de contratações para o cultivo da uva foi a agência de Petrolina no estado de Pernambuco que contratou cerca de R\$ 135,8 milhões, seguida pelas agências de Juazeiro, na Bahia, e Recife, em Pernambuco, que juntas foram responsáveis por 86,2% dos recursos contratados pelo FNE Rural nesta atividade.

Na região do semiárido nordestino foram contratados R\$ 297,3 milhões que correspondeu a 95,8% do total aplicado, tendo em vista as características propícias para a exploração nessa região. Do total de recursos, 66% foram destinados a empreendimentos de grande porte enquanto 21% foram destinados para médio porte, perfazendo um total de 87%, donde se depreende a pequena participação de pequenos produtores.

4.2.5.3 Resultados e Impactos

Na análise de resultados e impactos do cultivo da uva utilizaram-se dados secundários e inferências com base em coeficientes técnicos e na Matriz de Insumo-Produto, não sendo utilizada pesquisa de campo.

Em relação à oferta de uva, a região Nordeste respondia por 0,4% da produção nacional em 1975, quando as regiões Sudeste e Sul detinham 99,0% da produção nacional. Essa situação começou a se alterar a partir dos anos 1990, com a região Nordeste aumentando progressivamente sua produção, alcançando 294.296 toneladas em 2007, correspondente a 21,5% da produção nacional. Enquanto a produção nacional cresceu 136,2%, entre 1975 e 2007, a produção do Nordeste cresceu 13.934,1% (Tabela 102).

Tabela 102 - Produção de Uva no Brasil por Região(em ton)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
1975	580.586	0	2.097	142.362	436.102	25
1985	712.182	0	8.766	104.015	599.401	0
1995	836.545	0	118.321	146.258	571.805	161
2005	1.232.564	300	262.776	205.553	759.092	4.843
2006	1.257.064	314	277.096	208.197	766.590	4.867
2007	1.371.555	296	294.296	211.162	857.959	7.842

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Entre 1975 e 2007, a área colhida com uva no Brasil cresceu 36%, enquanto na região Nordeste a área colhida cresceu 1.791,8%, passando de 527 ha para 9.970 ha. A área colhida no Nordeste passou, nesse período, de 0,9% para 12,7% da área colhida no Brasil.

Quando confrontada com as contratações dos financiamentos do FNE para cultura da uva, identifica-se que o crescimento de área e produção dessa atividade no Nordeste coincide com a concentração dos valores financiados. Os R\$ 310,3 milhões contratados pelas operações de crédito do FNE para a cultura da uva até 2008, incidem praticamente na sua totalidade, no período entre 1994 e 2008, quando houve o grande crescimento da produção na região (Tabela 103).

Tabela 103 - Contratações do FNE para Cultura da Uva

Ano	Qtde. de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1989	20	0
1990	35	0
1991	17	0
1992	21	0
1993	33	2
1994	9	721
1995	12	4.772
1996	20	6.349
1997	19	6.105
1998	52	14.857
1999	27	3.071
2000	31	5.380
2001	15	569
2002	12	1.054
2003	35	5.904
2004	58	59.970
2005	83	34.211
2006	124	51.223
2007	104	30.021
2008	105	86.111
Total	832	310.321

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Quando examinadas as operações de crédito por Estado, verifica-se também que os maiores produtores, Pernambuco e Bahia absorveram 94,4% dos valores contratado, ressaltando novamente a correlação entre os avanços dessa cultura com os financiamentos do FNE para a mesma (Tabela 104).

Tabela 104 - Contratações do FNE para Cultura da Uva por Estado

Estado	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	0	0,0	0	0,0
Bahia	103	12,4	71.752	23,1
Ceará	33	4,0	2.823	0,9
Espírito Santo	1	0,1	29	0,0
Maranhão	1	0,1	0	0,0
Minas Gerais	80	9,6	12.256	3,9
Paraíba	22	2,6	274	0,1
Pernambuco	558	67,1	221.150	71,3
Piauí	28	3,4	2.030	0,7
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0
Sergipe	5	0,6	7	0,0
Total	832	100,0	310.321	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Com o desenvolvimento da pesquisa, adaptando as variedades e melhorando as técnicas de produção, o surgimento de uma produção irrigada de forma mais profissional e uma disponibilidade maior de crédito, a produtividade e produção de uva no Nordeste cresceu de forma substancial, passando de 4 ton/ha/ano, em 1975, para 25,7 ton/ha/ano, em 2007, o que representa um crescimento de 542,5%, superando em 45,2% a produtividade média nacional que foi de 17,7 ton/ha/ano.

Observa-se nas contratações do FNE que 93,0% dos seus financiamentos foram dirigidos para a exploração da cultura da uva irrigada, fato este responsável pelas altas produtividades e pela viabilização dessa atividade no semi-árido nordestino.

As exportações nacionais de uva apresentam tendência crescente desde 1990 e, a partir de 2002, a região Nordeste passou a responder por praticamente a totalidade das exportações nacionais com participação acima de 98,0%. Enquanto que o volume de uva exportada nacional cresceu 43 vezes, no Nordeste, cresceu 191 vezes.

Esta situação está relacionada com o fato da produção do Nordeste ser de uva de mesa, boa parte de uva sem caroço, destinada à exportação, aliada ao fato de que as condições climáticas da Região permitem a obtenção de produção em épocas de entressafra na Europa, o que facilita a exportação e permite a obtenção de melhores preços.

A exemplo do comportamento da produção e da produtividade, os aumentos das exportações de uva do Nordeste têm uma razoável coincidência com o período em que se deram as contratações do FNE para essa cultura, reforçando que o Fundo proporcionou uma importante contribuição para esses resultados com a oferta de crédito oportuno e em condições favoráveis à essa atividade econômica.

Em termos de valor da produção, o crescimento na Região também foi bem superior ao nacional passando de R\$ 242,7 milhões em 1990 para R\$ 733,1 milhões em 2007, significando um crescimento de 202,1%. O valor da produção do Nordeste representava 15% do valor total da produção nacional de uva em 1990, e em 2007, representou 38,6%.

As inferências obtidas através da Matriz Insumo-Produto do Banco do Nordeste estimam que o total de R\$ 310,3 milhões contratados pelo FNE para a cultura da uva no período 1989-2008, proporcionou a geração, entre empregos formais e informais, de mais de 4 mil ocupações no Nordeste, o que representou um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 195,9 milhões (Tabela 105).

Tabela 105 - Cultivo de Uva - Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Valor da Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bahia	71,8	314,6	166,9	1.118,6	52,4	51,7
Ceará	2,8	12,5	6,7	34,9	1,9	2,0
Espírito Santo	0,0	0,1	0,1	0,5	0,0	0,0
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Minas Gerais	12,3	53,7	28,5	191,1	9,0	8,8
Paraíba	0,3	1,1	0,6	3,4	0,2	0,2
Pernambuco	221,2	904,0	477,2	2.759,2	131,2	145,4
Piauí	2,0	8,6	4,5	26,8	1,2	1,4
Rio G. Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sergipe	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
TOTAL	310,3	1.294,7	684,5	4.134,5	195,9	209,6

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI).

(3) Em número de pessoas.

As projeções indicam também, por seus efeitos diretos e indiretos, a geração de R\$ 1,3 bilhão em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 684,5 milhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

No tocante à geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 209,6 milhões em taxas e impostos.

O cultivo de uva no Nordeste está praticamente restrito aos Estados da Bahia e Pernambuco, com destaque para este último, o qual responde sozinho por mais de 65% do total apurado em quaisquer dos efeitos observados (cerca de 94,0% da produção total, 94,1% do total do valor adicionado, 93,6% das ocupações, 93,5% dos salários e 69,16% dos tributos).

4.3 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Primeiro Semestre de 2010

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.3.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o interrelacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do país são adquiridos tais insumos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País, além de utilizar-se de dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, paga-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital e nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade

produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerça influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, emprego, importações, impostos, salários e valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas deste setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final, nos anos posteriores os impactos são residuais.

4.3.2 Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2010

Os valores totais contratados pelo FNE no primeiro semestre de 2010 alcançaram aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, distribuídos entre os setores Rural (34,8% dos recursos), Industrial e Turismo (24,3%), Comercial e Serviços (21,7%), Infraestrutura (16,1%) e Agroindustrial (3,1%). Considerando apenas os efeitos no âmbito da região Nordeste, sem contar com os impactos em outras regiões do

País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2²⁰, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 10,3 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2010²¹. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o Rural, com 33,0% desse valor.

O valor agregado à economia da região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação do PIB da região) é estimado em R\$ 5,9 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 2,0 bilhões. O resultado nos setores Indústria e Turismo, Comércio e Serviços e Infraestrutura, também são expressivos (Tabela 106).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 394 mil ocupações (formais e informais) deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2010. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 174 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 44,3% dos empregos gerados na região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano²², utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Indústria e Turismo e Comercial e Serviços deverão gerar em torno de 113 mil e 65 mil ocupações, respectivamente, representando 28,6% e 16,4%. Os setores Infraestrutura e Agroindustrial deverão responder por 31 mil e 11 mil ocupações, respectivamente (Tabela 106).

Tabela 106 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2010⁽¹⁾

Indicador	Rural	Agroindustrial.	Indústria	Infraestrutura	Comercio e Serviços	Total
Valor Contratado (em R\$ Milhões)²	1.425,3	128,2	998,2	659,4	890,1	4.101,2
Resultados por Setor - Nordeste						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	3.386,3	300,4	3.482,1	1.021,4	2.064,9	10.255,2
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	1.998,0	173,0	1.987,3	553,6	1.151,6	5.863,5
Empregos (em número de pessoas)	174.445	10.970	112.613	31.021	64.719	393.767
Salários (em R\$ milhões)	542,4	49,7	564,6	153,4	322,1	1.632,1

²⁰ Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

²¹ A nossa suposição é que as contratações de 2010 geram investimentos e operações em custeio, realizados no ano de 2010, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

²² Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

Indicador	Rural	Agroindustrial.	Indústria	Infraestrutura	Comercio e Serviços	Total
Tributos (em R\$ milhões)	481,0	43,2	510,3	155,2	306,6	1.496,2
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	5.781,2	508,8	5.903,9	1.745,3	3.523,6	17.462,8
Valor Agregado / Renda (em R\$ milhões)	2.988,7	259,2	2.989,6	852,5	1.755,4	8.845,4
Empregos (em número de pessoas)	204.745	13.518	142.172	39.682	82.400,7	482.518,4
Salários (em R\$ milhões)	847,9	76,5	876,4	246,4	510,0	2.557,1
Tributos (em R\$ milhões)	934,8	82,8	971,1	292,7	583,2	2.864,5

Fonte: BNB-ETENE - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços correntes.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 1,6 bilhão, cabendo ao Setor Indústria e Turismo a importância de R\$ 564,6 milhões, representando 34,6% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Rural, com 33,2% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, com destaque para os setores Indústria e Turismo e Rural.

Cabe ainda comentar sobre o custo da geração de emprego, a partir das contratações realizadas. O menor custo de geração de empregos encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 8.170,50 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 8.864,02 em Indústria e Turismo, R\$ 11.686,76 no Setor Agroindustrial, R\$ 13.753,23 em Comércio e Serviços, R\$ 21.256,87 em Infraestrutura, e R\$ 10.415,30 na média das contratações. A maior relação é no Setor de Infraestrutura, denotando que é um setor mais intensivo em capital.

4.3.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras, os chamados vazamentos que ocorrem na produção, contabilizando as repercussões totais em todo o País.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 17,5 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 7,2 bilhões, ou 41,3%, ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 482 mil novas ocupações, 18,4% desses são gerados para fora da

região Nordeste (Tabela 106). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.3.2.2 Impactos das Atividades Seleccionadas dos Estados

A Tabela 107 discrimina os impactos do FNE no Nordeste, a partir de atividades seleccionadas da economia de cada um desses estados, sendo consideradas as duas atividades com maiores montantes de contratações. Cabe ressaltar que algumas atividades com contratações de relevo, em 2009, foram superadas por outras atividades no primeiro semestre de 2010. As duas principais atividades no primeiro semestre de 2010, em Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, não faziam parte do seletor grupo de 2009. De certa forma, isso sinaliza a diversificação e a ampliação do espectro das atividades relevantes. O total de recursos contratados pelas duas maiores atividades de cada estado, representaram 38,6% dos recursos contratados pelo FNE no primeiro semestre de 2010, equivalente a R\$ 1,6 bilhões.

A atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água é a principal em valor contratado, olhando todos os estados. Representa 56,7% dos R\$ 1,6 bilhão. Ela é a principal atividade em valor de contratações do Estado da Bahia, R\$ 421,3 milhões (Infraestrutura), com repercussões de R\$ 1,1 bilhão no valor bruto da produção e R\$ 585,7 milhões no valor agregado (renda). Os impactos nos salários, tributos e novas ocupações foram R\$ 164,3 milhões, R\$ 168,5 milhões e 30 mil.

No Setor Industrial, excluindo-se a atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água, merece destaque a indústria de produtos químicos, mais especificamente a fabricação de intermediários para resinas e fibras, no estado de Alagoas, com valores contratados de R\$ 29,7 milhões, gerando impactos na Região de R\$ 87,6 milhões no valor bruto da produção e no valor agregado (renda) de R\$ 29,4 milhões. Vale observar, ainda, os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 7,4 milhões e R\$ 9,8 milhões, respectivamente, além de 1,4 mil novas ocupações estimadas no semestre.

Tabela 107 - Impactos no Nordeste das Contratações do FNE em Atividades Seleccionadas, por Estado¹ – Primeiro Semestre de 2010

Estado	Atividades ¹	R\$ Milhões Correntes					
		Valor Contratado	Produção	Renda	Empregos*	Tributos	Salários
AL	Ind.Prod.Quimicos	29,7	87,6	29,4	1.387	9,8	7,4
	Bovinocultura	18,7	44,6	25,3	2.482	6,19	7,5
BA	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	421,3	1.087,0	585,7	29.999	168,5	164,3

R\$ Milhões Correntes

Estado	Atividades ¹	Valor Contratado	Produção	Renda	Empregos*	Tributos	Salários
	Grãos	110,3	305,5	176,5	12.683	34,2	45,2
CE	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	144,2	374,9	203,3	11.450	57,7	57,7
	Comércio Varejista	65,5	172,9	95,6	10.449	24,2	29,5
MA	Bovinocultura	110,3	234,9	150,0	17.846	32,0	40,8
	Comércio Varejista	51,2	104,9	63,9	4.706	14,3	16,4
PB	Comércio Varejista	20,7	48,5	28,5	1.902	6,6	8,9
	Bovinocultura	20,3	46,6	28,3	2.741	6,5	7,9
PE	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	112,1	281,5	151,4	10.317	43,7	39,2
	Comércio Varejista	53,7	137,6	80,1	7.654	17,2	24,2
PI	Produção e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	220,0	545,6	299,2	15.664	88,0	92,4
	Grãos	89,9	220,2	131,2	7.002	30,6	38,7
RN	Carcinicultura(Camarão)	28,1	66,1	34,9	14.885	8,7	9,0
	Comércio Atacadista	23,9	54,8	27,8	1.779	7,4	9,6
SE	Grãos	32,0	69,1	41,9	6.282	7,0	8,6
	Ind.Comb.Nucleares, Refino Petróleo e álcool	31,8	61,8	31,8	1.725	8,9	11,8

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (*) Número de Pessoas. (1) Atividades com maiores montantes de contratações em cada estado. (2) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram no período de aplicação dos recursos (2010).

No Setor Agropecuário, destaque para a atividade de grãos, destaque para a soja e o milho, dos estados da Bahia, Piauí e Sergipe, com valores contratados no montante total de R\$ 232,2 milhões, provocando impactos de produção e renda, na Região, nos valores de R\$ 594,8 milhões e R\$ 349,6 milhões, respectivamente. Os impactos em termos de empregos, salários e tributos foram de aproximadamente 26,0 mil novas ocupações, R\$ 92,5 milhões e R\$ 71,8 milhões. A bovinocultura é a atividade de maior volume de contratações no estado do Maranhão, R\$ 110,3 milhões. Esses investimentos geram impactos estimados de 17,8 mil novas ocupações, no primeiro semestre de 2010, e com reflexos, ainda, de R\$ 234,9 milhões na produção e R\$ 150,0 milhões no valor agregado (renda). Os impactos na massa salarial e tributos são de R\$ 40,8 milhões e R\$ 32,0 milhões, respectivamente.

No Setor de Infraestrutura, sobressai a atividade de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, já comentada acima pelas operações de relevo no estado da Bahia. A Agroindústria é um dos setores de destaque no estado de Sergipe, com contratações no valor total de R\$ 32,0 milhões para usina de álcool. Os impactos na produção, renda, salários e tributos, são estimados nos valores de R\$ 69,1 milhões, R\$ 41,9 milhões, R\$ 8,6 milhões e R\$ 7,0 milhões,

respectivamente. A matriz de insumo-produto também estima a criação de 6,3 mil empregos.

O comércio varejista é a atividade básica, em valor de contratações no Setor Comércio e Serviços. Dos nove estados do Nordeste, quatro tem no comércio varejista uma das duas principais atividades com contratações do FNE. O valor das contratações monta a R\$ 191,1 milhões, onde 34,3% desse valor é no estado do Ceará. Os impactos na Região, estimados pela matriz de insumo-produto, são: R\$ 463,9 milhões na produção, R\$ 268,2 milhões no valor agregado (renda), R\$ 78,9 milhões na massa salarial e R\$ 62,4 milhões em tributos. Cabe ainda ressaltar os impactos estimados em 24,7 mil novas ocupações.

4.3.2.3 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos para Atividades (FNE), com Valores Acima de R\$ 10 milhões

Os valores contratados pelo FNE para as atividades²³, que tiveram um total de operações com valores superiores a R\$ 10 milhões, alcançaram aproximadamente R\$ 3,4 bilhões no primeiro semestre de 2010, como mostra a Tabela 108. Cabe o maior destaque para o Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 1,3 bilhão, ou 38,2% do total dos recursos. Em seguida, figura o Setor de Industrial, com 23,7% e o Setor Infraestrutura, com 19,4% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com 3,1% dos recursos. Cabe novamente ressaltar que o Setor Infraestrutura é um dos setores pouco intensivo em mão de obra, mas, em contrapartida é o que mais gera externalidades positivas, como os benefícios gerados para novos investimentos econômicos que serão atraídos pela maior e melhor oferta dos serviços de energia elétrica, telecomunicações e transportes na região, e a melhoria da saúde das comunidades com os investimentos em saneamento básico.

Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2. Os esperados acréscimos na produção bruta regional são de aproximadamente R\$ 8,5 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 5,8 bilhões. O número de empregos gerados na Região, no primeiro semestre de 2010, em decorrência das contratações, foi estimado em 330 mil, e aproximadamente 61 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 5,8 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 2,5 bilhões para as demais regiões brasileiras.

²³ Os dados foram consolidados pela atividades, mas os cálculos foram feitos a partir do produto, por exemplo, na atividade grãos, os resultados foram calculados para milho, soja, etc.

Tabela 108 – Repercussões Sociais e Econômicas das Contratações do FNE - Atividades com Valores Superiores a R\$ 10 milhões

Resultados por Setor								
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agro-industrial	Industrial	Comercial	Serviços	Infraestrutura	Total
Valor Contratado (em R\$ milhões)	650,9	648,7	104,3	806,3	335,9	196,8	659,4	3.402,3
Resultados por Setor - NE								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.629,6	1.579,6	239,2	2.032,2	828,5	516,5	1.673,5	8.499,1
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	963,8	920,9	126,2	1.104,0	461,8	273,3	907,1	4.757,0
Empregos (em número de pessoas)	111.466	87.744	6.628	59.207	8.915	8.436	47.902	330.297
Salários (em R\$ milhões)	289,5	263,6	41,8	295,2	138,7	75,6	263,0	1.367,4
Tributos (em R\$ milhões)	208,1	222,3	34,0	287,2	121,3	78,7	262,9	1.214,4
Resultados por Setor – Resto do BR								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.033,0	1.142,3	160,6	1.385,6	566,7	325,4	1.157,1	5.770,8
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	451,8	487,1	92,4	541,3	258,2	138,3	491,1	2.460,2
Empregos (em número de pessoas)	13.535	12.297	1.777	15.281	961	2.032	15.432	61.315
Salários (em R\$ milhões)	141,7	145,7	20,4	181,8	72,8	43,0	153,5	758,9
Tributos (em R\$ milhões)	171,1	203,7	29,7	246,5	103,8	63,4	219,8	1.038,1
Resultados por Setor – TOTAL								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	2.662,6	2.721,9	399,9	3.417,8	1.395,2	841,9	2.830,6	14.269,9
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	1.415,6	1.408,0	218,5	1.645,3	720,0	411,5	1.398,2	7.217,2
Empregos (em número de pessoas)	125.001	100.041	8.405	74.488	9.876	10.468	63.333	391.612
Salários (em R\$ milhões)	431,2	409,3	62,2	476,9	211,5	118,6	416,5	2.126,3
Tributos (em R\$ milhões)	379,2	426,0	63,7	533,7	225,1	142,1	482,7	2.252,5

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valor total das contratações com valores superiores a R\$ 10 milhões por atividade, consolidadas por produto. (2) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram dentro do ano da aplicação dos recursos (2010). (3) Valores a preços correntes de 2010.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada até junho/2010 foi de 3,7%, mantendo-se praticamente estável em comparação com a verificada ao final de 2009, que foi de 3,6% (Tabela 109).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (14,3%) que apresentou pequena elevação em relação ao final de 2009, cujo índice foi de 14,0%. Quanto aos demais índices de

inadimplência, observaram-se também pequena elevação em relação a 2009 os segmentos das categorias de Micro e Mini e de Grande portes, que passaram dos 7,3% e 1,2% para 7,5% e 1,3%, respectivamente. Os segmentos com categorias Pequeno e Médio portes tiveram pequena redução, onde estavam no final de 2009 com 4,7% e 2,7% e passaram para 4,6% e 2,6%, respectivamente.

Tabela 109 – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários – Posição: 30.06.2010

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Valores em R\$ mil	
				Inadimplência (%) ⁽¹⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽³⁾
Cooperativas/Associações	403.296	1,4	57.847	0,2	14,3
Micro e Mini	7.469.465	26,6	563.938	2,0	7,5
Pequeno	2.950.419	10,5	136.848	0,5	4,6
Médio	4.033.099	14,4	106.548	0,4	2,6
Grande	13.252.682	47,2	170.716	0,6	1,3
Total	28.108.961	100,0	1.035.897	3,7	3,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais em relação ao saldo das aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os índices de todos os segmentos mantiveram-se estáveis comparando com os registrados no final de 2009.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 11.775/2008, bem como, o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a manutenção da redução da inadimplência no 1º semestre/2010.

Em se tratando dos setores beneficiados, o setor rural continua apresentando um maior índice de inadimplência em relação aos demais setores, embora tenha ocorrido uma leve redução em relação ao ano 2009, que passou de 6,1% para 6,0%. No setor agroindustrial, a inadimplência subiu de 2,5% para 3,0% e nos setores industrial e de turismo a elevação foi de 1,80% para 2,10%, comparando-se o final de 2009 com o 1º semestre/2010. O setor de comércio e serviços teve aumento em seu índice de 1,20% para 1,30%, enquanto que os setores de infraestrutura e financiamento à exportação permanecem sem índices consideráveis (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 30.06.2010

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Rural	14.148.204	50,3	851.071	3,0	6,00
Agroindustrial	1.001.746	3,6	29.618	0,1	3,00
Industrial/Turismo	5.168.696	18,4	107.301	0,4	2,10
Infraestrutura	3.804.985	13,5	1.355	-	-
Comércio e Serviços Financ. à Exportação	3.611.890 373.440	12,9 1,3	46.552 -	0,2 -	1,30 -
Total	28.108.961	100,0	1.035.897	3,7	3,7

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores acima mostrados mantiveram-se constantes ao final do 1º semestre/2010 comparado com o final de 2009. Exceção à parte para os setores de infra-estrutura, que começou a apresentar saldo em atraso, e de Financiamento à Exportação que continua sem apresentar os referidos saldos na sua composição.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 apresentou-se em 8,1% ao final do 1º semestre/2010, representando uma pequena elevação em relação ao ano de 2009 quando referido índice fechou em 7,8%. Já quanto às operações contratadas após 30.11.1998, o percentual de inadimplência do 1º semestre/2010 foi de apenas 2,5%, (Tabela 111) ou seja, manteve-se estável com o mesmo índice apresentado em 2009.

Tabela 111 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 30.06.2010

Valores em R\$ mil					
Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.837.954	20,8	473.698	1,7	8,1
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	22.271.007	79,2	562.199	2	2,5
Total	28.108.961	100,0	1.035.897	3,7	3,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste renegociou 48,1 mil operações de crédito no 1º semestre/2010, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 102,8 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 15,6 milhões, ou seja, 15,1% do total regularizado (Tabela 112).

Tabela 112 – FNE – Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Primeiro Semestre de 2010

Valores em R\$ mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	2.694	583	4.033	4.616
Bahia	7.397	2.811	17.795	20.606
Ceará	9.827	1.420	13.059	14.479
Espírito Santo	18	24	399	423
Maranhão	3.783	1.781	5.992	7.773
Minas Gerais	1.561	695	3.936	4.631
Paraíba	2.518	1.131	3.883	5.014
Pernambuco	6.515	2.062	18.835	20.897
Piauí	5.752	3.425	9.161	12.586
Rio Grande do Norte	3.141	805	9.366	10.171
Sergipe	6.301	1.111	5.724	6.835
Total	49.507	15.848	92.183	108.031

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação das Unidades de Recuperação de Crédito (URCs), que desenvolveram trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento, como por exemplo a criação de Grupo de Trabalho com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; e o desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei nº 11.775, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento de renegociação e orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com a implementação da Lei nº 11.775/2008, em 17/09/2008, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas, viabilizaram melhores condições para regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no de 2009.

Admissão de mais de dois mil funcionários no período entre 2003 e 2008, que tem refletido nos resultados atuais. Além disso, a área jurídica do Banco teve sua estrutura melhorada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

Ainda como importante fator de contribuição para a melhoria do desempenho na recuperação de créditos e conseqüentemente na redução dos índices de inadimplência, foi criada a Área de Recuperação de Crédito e reestruturação das URC's, com impactos na estrutura organizacional da Área de Gestão de Produtos de Crédito e de Serviços Bancários, das Superintendências Estaduais e dos Comitês de Crédito da Direção Geral. A Área será subordinada à Presidência, com a seguinte estrutura: **Ambiente de Reestruturação de Ativos, Ambiente de Estratégias de Recuperação de Crédito e Ambiente de Terceirização e Cobrança de Crédito**. As URC's passaram a ser subordinadas à Área de Recuperação de Crédito e denominadas **Gerências de Reestruturação de Ativos (GERAT's)**.

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de **100%** das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos **5%** dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 30.06.2010, 1,86 milhão de operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 63.038 atividades de campo em operações do FNE no 1º semestre de 2010, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 44.229 se referem à vistoria, sendo 10.550 de rotinas e 33.679 de desembolso.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2010

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 47,0%, 26,0% e 5,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2010. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 22,0% (Gráfico 23).

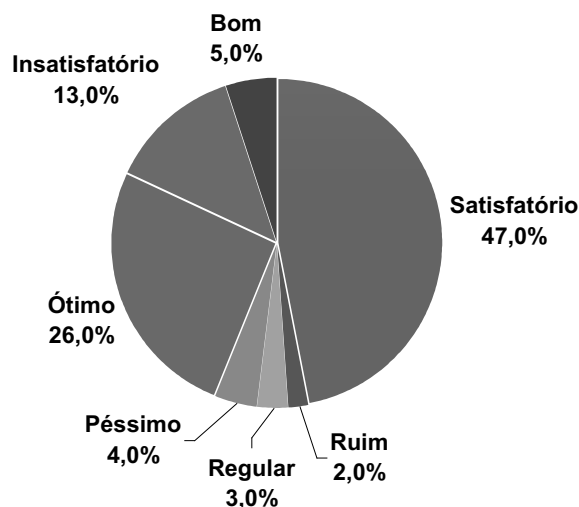


Gráfico 23 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2010

6.2 Ações Realizadas

O Banco, durante o primeiro semestre de 2010, programou ações com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis para maximização dos resultados no tocante à análise e acompanhamento das operações de crédito. A seguir, destacam-se as principais ações ocorridas no período acima citado:

Encontro Técnico das Centrais de Apoio Operacional

Os objetivos do encontro foram fortalecer o diálogo entre as unidades técnicas do Banco, reforçar a padronização de procedimentos e buscar melhorias para execução de nossas atividades e atendimento de nossas unidades-clientes.

Curso de Formação de Análise em Projetos Econômicos

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foi realizado junto aos analistas e técnicos de campo das Centrais de Apoio Operacionais, o Curso de Formação de Analistas com carga horária de 160 horas/aula.

6.3 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no primeiro semestre de 2010 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (78%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). **Nordeste**: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

Alves (2008). **Transferência de Recursos Provocada pela Intermediação Financeira**: o caso do Nordeste. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

ANUALPEC 2008 - **Anuário da Pecuária Brasileira**. AgraFNP Pesquisas Ltda, São Paulo, SP.

ANUALPEC 2009 - **Anuário da Pecuária Brasileira**. AgraFNP Pesquisas Ltda, São Paulo, SP.

BANCO DO NORDESTE. **Documento Referencial das atividades do agronegócio - UVA**, 2008 (mimeo).

_____ Programação FNE/2010 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, set/2009.

BANCO DO NORDESTE-Etene. **Análise dos impactos das contratações do FNE no Nordeste, sob a ótica da matriz de insumo-produto** (1989 a Julho de 2008) (mimeo).

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177 de 12 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 6.367 de 30 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em 16/03/2010.

Carvalho, O. de. (1988). **A Economia Política do Nordeste – Secas, Irrigação e Desenvolvimento**. Editora Campus: Brasília.

Carvalho, O. de e Egler, C.A.G. (2003). **Alternativas de Desenvolvimento para o Nordeste Semiárido**. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

FURTADO, C. **Sem ciência social, economia é pura álgebra**. Nossa História, p. 58-63, out. 2004. Entrevista.

IBGE (2000). **Censo Demográfico**: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Rio de Janeiro.

HOLANDA, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos**. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE (2000). **Censo Demográfico**: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo. Rio de Janeiro.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio / 2006**.

IBGE (2008). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro.

_____ (2008). **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/>>;

_____ (2008) **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp>. Acesso em: 10 dez. 2008.

IBGE (2009). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro.

IBGE (2007). **Contagem da População**.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>. Acesso em 01.ago.2009.

INSTITUTO FNP. **AGRIANUAL. Anuário da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Instituto FNP, 2008.

Lemos, J. de J. S. (2008). **Mapa da Exclusão Social no Brasil** – radiografia de um país assimetricamente pobre. Banco do Nordeste: Fortaleza.

Ministério da Indústria e Comércio Exterior (2009). **Balança Comercial por Unidade da Federação**.

<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em 10.ago.2009.

Ministério da Integração Nacional (2004). **Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2005). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Brasília.

Ministério da Integração Nacional (2006). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**: desafios e possibilidades para o Nordeste no século XXI. Brasília.

Oliveira, C. M. S. (2007). **O Nordeste e a Ação do Setor Público** – 1991-2005. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

PIRES, I. J. B. P. **Conceitos e indicadores do mercado de trabalho**: uma visão estatística. Fortaleza: RTM, 2003.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

Serra e Miranda (2009). **Entraves ao Desenvolvimento Regional**: Uma Análise a Partir dos Fluxos Comerciais da Região Nordeste do Brasil. In: BNB Conjuntura Econômica, Fortaleza, n.21, abr-jun, 2009.

SILVA, S.C. da; CARVALHO, P.C. de F. **Foraging behaviour and herbage intake in the favourable tropics/subtropics**. In: XX International Grassland Congress. Ireland, june-july, 2005. p. 81-95.

SOUZA, Jane M.G. **Sistema agroindustrial da banana no Ceará**: um estudo comparativo entre as regiões do Baixo Jaguaribe e Maciço de Baturité sob o enfoque do agronegócio, Fortaleza, 1999.

STEVENSON, W. G. **Estatística aplicada à administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

ANEXOS

Objetivo	Ações	Produtos	Resultados	Impactos
<p>Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.</p>	<p>Programas de Crédito a) FNE – RURAL b) AQUIPESCA c) FNE PROFROTA PESQUEIRA d) FNE – INDUSTRIAL e) PROATUR f) AGRIN g) PRODETEC h) FNE – COMÉRCIO E SERVIÇOS i) PROINFRA j) PRONAF k) PROCULTURA l) FNE VERDE m) FNE PRO-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL n) FNE MICRO E PEQUENA EMPRESA</p>	<p>a) Empreendimentos Implantados b) Empreendimentos Relocalizados c) Empreendimentos Ampliados d) Empreendimentos Modernizados</p>	<p>a) Aumento da produção dos empreendimentos financiados b) Aumento dos empregos nos empreendimentos financiados c) Aumento do faturamento das empresas financiadas d) Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados e) Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas empresas financiadas f) Ampliação de mercado das empresas financiadas nos setores</p>	<p>a) Aumento do PIB Regional b) Aumento da produção dos setores financiados c) Aumento da Oferta de Emprego Regional d) Aumento das Exportações Regionais e) Redução das desigualdades entre a região Nordeste e a demais regiões do País.</p>

Quadro 1.A – Matriz de Estrutura Lógica do FNE.

Fonte: Metodologia de Avaliação do FNE.

Indicadores de Execução	
Ação / Indicador	Forma de Obtenção
a) Financiamentos	
Nº Total de Operações Contratadas	Base do Ativo
Valor Financiado para Investimentos	
Valor Financiado para Custeio / Capital de Giro	
Valor Total Financiado	
Nº Total de Operações Contratadas por Porte	
Valor Total Financiado por Porte	
Nº Total de Operações Contratadas na Região Semiárida	
Valor Total Financiado na Região Semiárida	
Nº Total de Operações Contratadas por Setor	
Valor Total Financiado por Setor	
Nº Total de Operações Contratadas por Estado	
Valor Total Financiado por Estado	
Nº de Empreendimentos Financiados com Implantação	
Nº de Empreendimentos Financiados com Ampliação	
Nº de Empreendimentos Financiados com Relocalização	
Nº de Empreendimentos Financiados com Modernização	
Valor Total Financiado para Implantação	
Valor Total Financiado para Relocalização	
Valor Total Financiado para Ampliação	
Valor Total Financiado para Custeio	
b) Produtos	
a) Nº de Empreendimentos Implantados (total, por porte, por Região e por Estado)	SIAT/ Pesquisa de Campo
b) Nº de Empreendimentos Ampliados (total, por porte, por Região e por Estado)	
c) Nº de Empreendimentos Modernizados (total, por porte, por Região e por Estado)	
d) Nº de Empreendimentos Financiados Mantidos (total, por porte, por Região e por Estado)	
e) Nº de Empreendimentos Expandidos (total, por porte, por Região e por Estado)	
Indicadores de Resultados	
Resultado / Indicador	Forma de Obtenção
a) Aumento de Produção dos Empreendimentos Financiados	
% de aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados - Total, por porte, por Região, e por Estado	Pesquisa de Campo / MIP
% de aumento da produção dos empreendimentos financiados - Total, por porte, por Região, e por Estado	
b) Empregos Gerados nos Empreendimentos Financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) Total, por porte, por Região, e por Estado	Pesquisa de Campo / MIP
Empregos Diretos Gerados (Com carteira, sem	

carteira e temporário) Total, por porte, por Região, e por Estado	
Custo do Emprego Gerado (Número de empregos gerados por Valor Total dos Projetos) Total, por setor, por porte, por Região, e por Estado	
c) Aumento do faturamento dos Empreendimentos Financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) Total, por porte, por Região e por Estado	Pesquisa de Campo
% de aumento da Receita bruta - Total, por porte, por Região e por Estado	Pesquisa de Campo
d) Melhoria nos indicadores de Preservação Ambiental para os Projetos Financiados	
% de redução da prática de queimadas na agricultura	Pesquisa de Campo
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam e controlam emissões atmosféricas (antes e depois)	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
e) Aumento da Proporção de Empreendimentos que Adotam as Práticas Gerenciais Modernas e Tecnologias Competitivas Empresas Financiadas	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e/ou padronização de produtos	Pesquisa de Campo
% de empreendimentos que capacitam empregados	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção	
f) Ampliação de Mercado	
% da produção destinada ao mercado local média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por Região, e por Estado	Pesquisa de Campo
% da produção destinada ao mercado estadual média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por Região, e por Estado	
% da produção destinada ao mercado regional/nacional média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por Região, e por Estado	
Indicadores de Impactos	
Resultado / Indicador	Forma de Obtenção
a) Aumento do PIB Regional	
% de crescimento do PIB Regional - Total, por setor, por porte, por Região, e por Estado	IBGE
b) Aumento da Produção dos Setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais setores financiados - Total, por porte, por Região, e por Estado	IBGE e Estatística Setoriais
c) Aumento da Oferta de Emprego Regional	

% de Aumento estoque de emprego regional - Total, por setor, por porte, por Região,e por Estado	RAIS, CAGED e MIP
<i>d) Aumento das Exportações Regionais</i>	
% de aumento das exportações Regionais -Total, por setor, por porte, por Região,e por Estado	Estatísticas Oficiais de Exportações
<i>e) Redução das Desigualdades entre a Região Nordeste e as Demais Regiões do País</i>	
% de aumento da relação Renda per capita do Nordeste / renda per capita nacional	IBGE
% de aumento da relação PIB Nordeste / PIB nacional	

Quadro 2.A - Indicadores de Avaliação do FNE.

Fonte: Metodologia de Avaliação do FNE.

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
I – RURAL, AQUICULTURA E PESCA		
1. FNE RURAL		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da agropecuária e do setor florestal da área de atuação da SUDENE, com observância da legislação ambiental e o conseqüente incremento da oferta de matérias primas agroindustriais através de: fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários e florestais; diversificação das atividades e melhoramento genético dos rebanhos e culturas agrícolas em áreas selecionadas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos rurais, contemplando: investimentos, custeio agrícola e pecuário, inclusive retenção de crias bovinas e beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas). ▪ Associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais. ▪ Incorporadores, pessoas jurídicas (projetos enquadrados como distritos privados de irrigação). ▪ Pessoas físicas ou jurídicas (projeto de florestamento ou reflorestamento com fins econômicos). <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
2. FNE AQUIPESCA		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da aquicultura e pesca através do fortalecimento e modernização da infraestrutura produtiva, uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação,</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas e associações de produtores, que desenvolvam, ou pretendam desenvolver, atividades de aquicultura e pesca.

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	modernização e reforma de empreendimentos de aquicultura e pesca, contemplando: investimentos, custeio e beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção.	ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.

3. FNE PROFROTA PESQUEIRA

<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA NACIONAL 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da frota pesqueira nacional, estimulando a competitividade do setor, o compromisso do uso sustentável de recursos pesqueiros e a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a construção, aquisição, reforma e modernização de embarcações pesqueiras destinadas à pesca oceânica (Lei nº 10.849/2004 e Decreto nº 5.474/2005).</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas pesqueiras industriais (Art. 1º Decreto nº 5.474, de 22.06.2005); ▪ Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas; ▪ Cooperativas que se dediquem à atividade pesqueira. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
--	--	--

II – INDUSTRIAL, AGROINDUSTRIAL E TURISMO

1. FNE INDUSTRIAL

<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INDUSTRIAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento do setor industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas industriais privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), inclusive de mineração, constituídas sob as leis brasileiras.
---	--	--

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocização de empreendimentos industriais, inclusive do setor de mineração contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos em unidades industriais já construídas ou em construção; capital de giro associado ao investimento e aquisição isolada de matérias-primas e insumos.</p>	<p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
2. FNE AGROINDUSTRIAL		
<p>▪ PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DO NORDESTE</p>	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocização de empreendimentos agroindustriais, contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos em unidades já construídas ou em construção; capital de giro associado ao investimento e aquisição isolada de matérias-primas e insumos.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas agroindustriais (firmas individuais e pessoas jurídicas), cooperativas e associações formais de produtores que se dediquem às atividades de transformação ou beneficiamento de matérias-primas agropecuárias. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
3. FNE PROATUR		
<p>▪ PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL</p>	<p>OBJETIVO: Integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (empresários registrados na

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando: investimentos, inclusive a aquisição de empreendimentos que constituam meios de hospedagem, com unidades já construídas ou em construção; capital de giro associado ao investimento fixo; aquisição isolada de insumos; aquisição de veículos de passeio nacionais novos, apenas para empresas locadoras de veículos, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada e aquisição, conversão, modernização, reforma ou reparação de embarcações utilizadas no transporte turístico de passageiros, inclusive de forma isolada.</p>	<p>junta comercial e pessoas jurídicas) as quais tenham como objetivo econômico principalmente a atividade turística desenvolvida pelos segmentos indicados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Agências de viagens e turismo e operadoras turísticas; b) Meios de hospedagem (<i>resorts</i>, hotéis, hotéis históricos, hotéis-fazenda, barcos-hotel, pousadas, hospedarias de turismo ecológico ou ambiental, pousos rurais e alojamentos de selva); c) Transportadoras turísticas; d) Organizadoras de feiras; e) Organizadoras de congressos; f) Empresas prestadoras de serviços especializados que sejam terceirizadas e prestem serviços exclusivamente a eventos; g) Empresas que atuem com parques temáticos; h) Empresas que atuem com áreas de <i>camping</i>; i) Serviços de alimentação: restaurantes e lanchonetes localizados nos corredores turísticos; j) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo náutico (a exemplo de marinas); k) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo cultural

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>(a exemplo de museus);</p> <p>l) Empreendimentos destinados à realização de eventos de negócios (a exemplo de centros de convenções);</p> <p>m) Empreendimentos que promovam atividades de animação (a exemplo de casas de espetáculos);</p> <p>n) Empreendimentos destinados a proporcionar prática de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e de esportes;</p> <p>o) Empreendimentos destinados à promoção turística;</p> <p>p) Empresas de planejamento e consultoria turística;</p> <p>q) Locadoras de veículos;</p> <p>r) Restauração de edifícios históricos para fins turísticos;</p> <p>s) Arenas multiuso, de responsabilidade da iniciativa privada, entendidas como ginásios, ou estádios que incorporem tecnologia e flexibilidade estrutural para diversos tipos de eventos de entretenimento e lazer, contemplando anexo, restaurantes, bares, lojas, instalações de apoio, serviços, etc.</p>
		<p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
III – COMERCIAL E SERVIÇOS		
1. FNE COMÉRCIO E SERVIÇOS		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA OS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS 	<p>OBJETIVO: Contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos setores de comércio e serviços, apoiando a integração, estruturação e aumento da competitividade, especialmente de micro e pequenas empresas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando: investimentos, inclusive serviços de complexos prisionais de ressocialização, de responsabilidade da iniciativa privada, viabilizados por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs); capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas, como parte constitutiva de sua atividade comercial regular; aquisição isolada de insumos pelas empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas comerciais e prestadoras de serviço (inclusive empresários), constituídas sob leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma da Lei. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
IV – INFRAESTRUTURA		
1. FNE PROINFRA		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DA REGIÃO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover a ampliação dos serviços de infraestrutura econômica, dando sustentação às atividades produtivas da Região.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pessoas jurídicas e firmas individuais; ▪ Consórcios de empresas constituídas para a finalidade de conduzir o

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando créditos para investimento e capital de giro associado ao investimento, para os seguintes setores: geração e distribuição de energia oriunda de fontes convencionais; obras de expansão de rede de distribuição de energia elétrica; oferta de água de boa qualidade para uso múltiplo; infraestrutura de transporte e logística; saneamento básico; sistemas telefônicos fixos ou moveis em comunidades; exploração de gás natural.</p>	<p>empreendimento financiado;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do poder público, nos empreendimentos considerados prioritários para a economia, em decisão do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

V – PROGRAMAS ESPECIAIS

1. FNE INOVAÇÃO

<ul style="list-style-type: none"> ▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INOVAÇÃO 	<p>OBJETIVO: Promover atividades e empreendimentos inovadores, o desenvolvimento da indústria regional de software e das empresas prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).</p> <p>FINALIDADE: Financiar empreendimentos inovadores, tanto na ampliação da sua capacidade de desenvolver inovações, incluindo o apoio a iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, quanto na incorporação de tecnologias já disponíveis para o aprimoramento significativo de produtos, serviços e/ou</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (firmas individuais e pessoas jurídicas), constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma daL, bem como os produtores rurais, atendidos individualmente ou por meio de suas entidades associativas. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
--	--	--

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	processos e financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocização de empresas desenvolvedoras de <i>software</i> e prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	

2. FNE-VERDE

BENEFICIÁRIOS:

▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À CONSERVAÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: Promover o desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e competitividade das empresas e das cadeias produtivas.

FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos, contemplando créditos para: investimentos; custeio; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de matérias-primas e insumos; beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas.

▪ Produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam em linhas gerais:

- a) Projetos de fabricação e/ou comercialização de produtos ou serviços direcionados ao controle da poluição ambiental em quaisquer de suas formas (hídrica, do solo, do ar, sonora, radioativa, etc.), ou para utilização eficiente de recursos naturais e energia;
- b) Projetos cujos produtos e serviços apresentam um diferencial de ganho ambiental dentro dos setores dos quais fazem parte;
- c) Projetos de uso racional de recursos naturais e energia, de disposição e tratamento de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), de controle da geração de ruídos, de construção civil

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>com eficiência ecológica e semelhantes;</p> <p>d) Projetos de recuperação da qualidade ambiental em espaços territoriais;</p> <p>e) Projetos de manejo florestal e de reflorestamento, inclusive para fins econômicos (produtos e serviços florestais);</p> <p>f) Projetos para implantação de melhorias ambientais em seus processos produtivos ou que precisam atender requisitos legais para regularização de suas atividades.</p> <p>g) Projetos para implantação de melhorias ambientais em seus processos produtivos ou que precisam atender requisitos legais para regularização de suas atividades.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

3. FNE PROCULTURA

▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO A CULTURA

OBJETIVO: Estruturar e desenvolver a economia da cultura, integrando e induzindo a produção, circulação e comercialização de produtos culturais, em reconhecimento às especificidades locais e regionais, contribuindo para o aumento da oferta de empregos

BENEFICIÁRIOS:

- Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas), exclusive fundações, conforme a seguir:
 - a) Produtoras de espetáculos de artes cênicas;

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>na Região.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor cultural, bem como a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais mediante a concessão de créditos para: investimento; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de insumo pelas empresas prestadoras de serviços.</p>	<p>b) Produtoras de espetáculos de música;</p> <p>c) Produtoras, gravadoras, editoras e distribuidoras de discos (CDs, DVDs) e outras mídias;</p> <p>d) Produtoras de audiovisual;</p> <p>e) Produtoras de artes visuais;</p> <p>f) Editoras de livros e outras publicações, excluindo jornais e revistas;</p> <p>g) Salas de exibição, casas de espetáculos, teatros, galerias de arte;</p> <p>h) Museus, bibliotecas, centros culturais;</p> <p>i) Comerciantes atacadistas e varejistas de produtos culturais, excluindo bancas de revistas;</p> <p>j) Fabricantes de instrumentos e acessórios musicais;</p> <p>k) Escolas de artes cênicas, de música, de audiovisual, de artes visuais, de literatura e de restauração de patrimônio histórico.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

4. FNE PRÓ-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À REGULARIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESERVA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS</p>	<p>OBJETIVO: regularizar e recuperar áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, em atendimento às seguintes diretrizes:</p> <p>a) Promoção do desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a recuperação de reserva legal ou</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <p>▪ Produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam projetos de</p>
---	--	--

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
	<p>área de preservação ambiental;</p> <p>b) Incentivo ao produtor rural para se ajustar à legislação ambiental vigente;</p> <p>c) Estímulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas degradadas;</p> <p>d) Disseminação do conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, boas práticas de produção, responsabilidade social e preservação ambiental.</p> <p>FINALIDADE: Financiar os investimentos necessários à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.</p>	<p>regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4 (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>

5. FNE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS MPEs</p>	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPEs), contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade do segmento.</p> <p>FINALIDADE: Financiar a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos, contemplando: investimentos; capital de giro associado ao investimento; aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas, como parte constitutiva de sua atividade comercial regular, aquisição isolada</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), classificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo os critérios da lei geral das MPEs. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.4, (restrições), que consta na programação do FNE 2010.</p>
---	---	---

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ ITENS FINANCIÁVEIS
<p>6. PRONAF²⁴</p> <p>▪ PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</p>	<p>de insumos e matérias-primas.</p> <p>OBJETIVO: Destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, observadas as condições estabelecidas, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.</p> <p>FINALIDADE: Os créditos do PRONAF podem destinar-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-parte de agricultores familiares em cooperativas de produção.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ São beneficiárias do PRONAF, as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovarem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Investimento e Custeio.</p>

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento.

Fonte: Elaboração Própria a partir da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE 2010 (Objetivos e Beneficiários/Itens Financiáveis), do Manual Básico de Operações de Crédito do BNB (Finalidade) e do MCR – Manual de Crédito Rural do Banco Central (PRONAF).

²⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) segue regras específicas, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), podendo sobrepor-se às condições estabelecidas neste documento para os programas do FNE.